



**Universidade de Cruz Alta**

Marco Antonio Ribeiro Edler

**O PENSAMENTO URBANO COMO INDUTOR  
DE QUALIDADE DE VIDA E INSERÇÃO SOCIAL  
DE COMUNIDADE DE CATADORES DA CIDADE DE CRUZ ALTA/RS**

Dissertação

Cruz Alta-RS, 2015

Marco Antonio Ribeiro Edler

**O PENSAMENTO URBANO COMO INDUTOR  
DE QUALIDADE DE VIDA E INSERÇÃO SOCIAL  
DE COMUNIDADE DE CATADORES DA CIDADE DE CRUZ ALTA/RS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sirlei de Lourdes Lauxen

Cruz Alta-RS, Dezembro 2015

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ  
Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social

**O PENSAMENTO URBANO COMO INDUTOR  
DE QUALIDADE DE VIDA E INSERÇÃO SOCIAL  
DE COMUNIDADE DE CATADORES DA CIDADE DE CRUZ ALTA/RS**

Elaborado por

Marco Antonio Ribeiro Edler

Como requisito parcial para obtenção do Título de  
Mestre em Práticas Socioculturais e  
Desenvolvimento Social.

Banca Examinadora

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréa Quadrado Mussi \_\_\_\_\_ IMED–Passo Fundo

Prof. Dr. Diego Pascoal Golle \_\_\_\_\_ UNICRUZ

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sirlei de Lourdes Lauxen \_\_\_\_\_ UNICRUZ

Cruz Alta-RS, 11 de dezembro de 2015

À memória e à presença imperecíveis de meu pai.

## **AGRADECIMENTOS**

Meu primeiro agradecimento se dirige ao meu maior, mais duradouro e mais puro mestre e amigo, por tudo o que me ensinou e por tudo o que me induziu a aprender, meu pai Setembrino Corrêa Edler, que partiu exatamente na data na qual eu daria meu primeiro passo em direção a este final.

À minha mãe Zuleika, por ter estado a meu lado em todas as minhas decisões; por ter me escutado em todas as ocasiões em que precisei simplesmente falar; por sua parceria incondicional desde meus primeiros tempos escolares.

Ao meu filho Gabriel, amigo e incentivador de sempre, pelos momentos em que discordamos criando assim oportunidades para que eu me revisse e por todos os momentos em que pensamos juntos, e juntos pudemos construir muito além do que nossa pura relação biológica construiria.

À minha amada, Maria Tereza, por uma imensidão de sentimentos e cumplicidades; por todos os tempos de espera; por ter me acompanhado neste processo de busca por mais uma qualificação, de ter lido e discutido comigo textos e autores que provavelmente não teria feito voluntariamente; por ter silenciado em momentos em que o silêncio me era necessário; por ser a mais bela companhia que eu poderia desejar e por seu sorriso de todos os dias, que tem o dom de alívio e de incentivo.

À Thaís, filha de coração, por sua sabedoria silenciosa; pelo abraço cheio de carinho; por sua percepção e solidariedade com minhas falas e meus silêncios; por sua leveza de menina, por suas alegrias, algumas vezes mais contidas, mas sempre verdadeiras.

Aos professores e amigos Antonio Escandiel de Souza, Carla Rosane da Silva Tavares Alves, Diego Pascoal Golle, Elizabeth Fontoura Dorneles, Jana Koefender, Maria Aparecida Santana Camargo, Patrícia Dall’Agnol Bianchi e Solange Beatriz Billig Garcês. A cada um competiu uma parcela da responsabilidade de guiar a nós, mestrando, para que trilhássemos as propostas de nosso Curso. A cada um a minha homenagem e agradecimento pela maneira com

que cumpriram com suas respectivas missões, agora perfeitamente visíveis quando aglutinadas nesta hora de repensar o todo que conseguimos construir orientados por seus conhecimentos e, principalmente, por seu companheirismo.

De uma maneira proposital, em separado, meu agradecimento à minha orientadora, professora Sirlei de Lourdes Lauxen, a quem aprendi a admirar desde tempos mais distantes e em outras relações profissionais em nossa Universidade. Creio ser importante deixar registrado que, no desenvolvimento deste trabalho, muito mais ela tentou me auxiliar do que eu me deixei ser auxiliado. De qualquer forma, não creio ser necessário um pedido de desculpa por este fato mesmo porque agora, ao repassar conversas explícitas, posso perceber que, também nas implícitas ela sabiamente auxiliou no direcionamento desta minha caminhada.

Aos colegas e, acima disso, amigos novos e antigos, meu maior respeito e agradecimento pelo tempo passado juntos, pelos aprendizados e pelas brincadeiras, pela oportunidade de voltar a ser aluno e ter uma maravilhosa turma para compartilhar desta condição.

“Uma ideia,  
antes de ser concretizada,  
possui uma estranha semelhança com a utopia.”

Jean Paul Sartre

## **RESUMO**

### **O PENSAMENTO URBANO COMO INDUTOR DE QUALIDADE DE VIDA E INSERÇÃO SOCIAL DE COMUNIDADE DE CATADORES DA CIDADE DE CRUZ ALTA/RS**

Autor: Marco Antonio Ribeiro Edler  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sirlei de Lourdes Lauxen

As condições relacionadas à qualidade de vida e exclusão social de comunidades periféricas deveriam ser tema de discussões em todos os níveis dos poderes públicos, de instituições públicas ou privadas e, acima disso, das comunidades urbanas como um todo. Embora este fato devesse ser uma prática comum e natural, de maneira geral isto não ocorre de uma forma espontânea mas, na maioria das vezes, esta preocupação só é despertada por intermédio dos movimentos sociais organizados pelas próprias comunidades excluídas ou de projetos originados pela academia. A prática deste trabalho, a partir da escuta de uma comunidade geográfica e socialmente periférica da cidade de Cruz Alta/RS, teve a finalidade de buscar o entendimento de suas necessidades, possibilidades de crescimento e perspectivas para direcioná-la, através de um repensar a sua funcionalidade, a uma melhor qualidade de vida e de inclusão social. Para tanto buscou-se, nos integrantes da Associação de Catadores do Bairro Acelino Flores desta cidade, uma população que se mostrou pertinente para o seu desenvolvimento. Por meio de uma pesquisa participativa e de integração entre o pesquisador e os pesquisados, foi aos poucos se construindo uma imagem das realidades vividas pela comunidade daquele Bairro e buscando formas alternativas de, ao pensar um novo modo de funcionamento urbano, proporcionar à comunidade esta possibilidade de ascensão social, tanto em seu próprio lugar como em relação ao todo da comunidade urbana. O fato de que a opção para a coleta de dados tenha sido através de conversas informais e entrevistas não estruturadas, mesmo apresentando algum grau de dificuldade na interpretação das respostas, possibilitou uma participação mais contínua e serviu como elemento de descontração para os entrevistados menos acostumados a formalidades. Nem todos os sujeitos pesquisados participaram de todos os encontros e alguns deles, por trabalharem a maior parte do tempo na atividade de coleta em regiões mais centrais, foram ouvidos em ocasiões mais breves, embora tenham pronunciado alguma observação sobre o que se buscava apreender. As observações feitas pelos entrevistados foram registradas em áudio e anotações do pesquisador, além de uma coleção de imagens fotográficas que serviram também como documental para a posterior análise das questões para as quais se buscavam respostas. Além de observações iniciais feitas pelo pesquisador no Bairro, sem a interferência dos sujeitos pesquisados que só foram contatados em momento posterior, a

busca pelas informações foi desenvolvida em quatro encontros com os catadores em seu próprio local de trabalho. Após os primeiros encontros, os dados já coletados e pré-analisados foram discutidos com os pesquisados no sentido de possibilitar alguma retificação ou confirmação dos mesmos. As informações buscadas foram divididas em cinco categorias: habitação, acesso aos serviços de saúde, acesso ao sistema educacional, pontos positivos e pontos negativos do Bairro. Após as entrevistas, os dados obtidos foram então relacionados nestas categorias a fim da construção da análise final do trabalho. Com a análise dos dados e a discussão com a comunidade pesquisada a respeito das conclusões tiradas deles, este pesquisador pensa ter atingido os seus objetivos em relação ao trabalho proposto. Sinteticamente, os entrevistados possibilitaram uma visão mais acurada de suas relações com o ambiente urbano em que habitam. Foram apontados problemas a serem solucionados, alguns de maneira mais simples outros dependentes de fatores externos mas também, e principalmente, foram descritas muitas qualidades das relações e vivências no local da pesquisa. Como necessidades mais prementes, a satisfação às necessidades relacionadas à saúde e o acesso à educação. Como características positivas as relações de vizinhança, que podem favorecer o melhoramento das condições de vida do Bairro como um todo.

Palavras-chave: Periferias urbanas. Emancipação social. Urbanismo. Sociedade.

## **ABSTRACT**

### **THE URBAN THINKING AS A LIFE QUALITY AND SOCIAL INCLUSION INDUCER IN A COMMUNITY OF GARBAGE COLLECTORS IN THE CITY OF CRUZ ALTA/RS**

Author: Marco Antonio Ribeiro Edler  
Advisor: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sirlei de Lourdes Lauxen

The conditions related to quality of life and social exclusion of peripheral communities should be discussion topic at all levels of government, public or private institutions and, above that, the urban communities as a whole. Although this fact should be a common and natural practice in general this does not occur spontaneously but, most of the times, this concern is aroused only by means of social movements organized by the excluded communities themselves or projects originated in the academy. The practice of this work, by listening to a geographically and socially peripheral community of the city of Cruz Alta/RS, aimed to seek the understanding of their needs, growth possibilities and perspectives in order to direct it to an improvement in life quality and social inclusion through a rethinking of its functionality. In order to do so, it was sought among members of Collectors Association of Acelino Flores' Neighborhood of this city, a population group that proved relevant for its development. Through a participatory research and integration between the researcher and the researched, gradually has been built a picture of the realities lived by that neighborhood community and searching for alternative ways of providing this community with the possibility of upward mobility, both in their own place and in relation to the whole of the urban community, through the thinking of a new urban mode of operation. The fact that the data collection was realized through informal conversations and unstructured interviews, even with some degree of difficulty in interpreting the answers, enabled a more continuous engagement and served as relaxation element for the interviewed subjects that were eventually less accustomed to formalities. Not all research subjects participated in all the meetings and some of them which worked most of the time in the collection activity in most central regions, were heard in briefer occasions, nonetheless pronouncing some remark about what was being sought to apprehend. The comments made by the interviewees were recorded in audio and notes by the researcher, as well as a collection of photographic images that also served as documents for further analysis of the issues for which answers were being sought. In addition to initial observations made by the researcher in the neighborhood, without the interference of the subjects surveyed who were only contacted at a later date, the search for information was developed in four meetings with collectors in their own workplace. After the first meeting, the data already collected and pre-analyzed were discussed with the surveyed in order to allow any correction or confirmation of them. The

information sought were divided into five categories: housing, access to health services, access to the education system, good and bad aspects of the neighborhood. After the interviews, the data were then listed into these categories in order to construct the final analysis of the work. Through the data analysis and the discussion with the community surveyed about the conclusions that could be drawn from them, this researcher believes to have achieved the objectives to which this work was proposed to. In summary, respondents allow a more accurate view of their relationship with the urban environment they inhabit. Problems were raised to be solved, some more simply other dependent on external factors but also, and especially, were described many qualities of relationships and experiences in the research site. As most pressing needs, the satisfaction of health-related needs and access to education. As positive characteristics neighborly relations, which may favor the improvement of living conditions of the neighborhood as a whole.

Keywords: Urban peripheries. Social emancipation. Urbanism. Society.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da área urbana de Cruz Alta/RS em 1881 .....	67
Figura 2 – Mapa da área urbana de Cruz Alta/RS em 1900 .....	68
Figura 3 – Mapa da área urbana de Cruz Alta/RS em 1960 .....	69
Figura 4 – Mapa da área urbana de Cruz Alta/RS em 2000 destacando a região do Bairro Acelino Flores .....	70
Figura 5 – Vista de satélite da área urbana de Cruz Alta/RS em 2013 .....	71
Figura 6 – Vista de satélite do Bairro Acelino Flores em 2013. Área principal com localização do galpão da Associação de Catadores e área de edificações isoladas .....	72
Figura 7 – Galpão da Associação de Catadores do Bairro Acelino Flores .....	76
Figura 8 – Pequeno grupo de catadoras em processo de separação do material no interior do galpão .....	78
Figura 9 – Tráfego no cruzamento da Avenida Xavantes com a estrada RS-342 .....	79
Figura 10 – Travessia da estrada RS-342 feita a pé apesar da existência da passarela ....	80
Figura 11 – Ponte e estrutura para travessia de pedestres sobre o Arroio Matadouro. A pavimentação de pedras irregulares fica afastada das cabeceiras da ponte permitindo que o terreno fique enlameado em períodos de chuva .....	81
Figura 12 – Acesso principal ao Bairro através de uma rua com camada de asfalto sobre pavimentação de pedras irregulares .....	81
Figura 13 – Pavimentação das ruas internas ao Bairro.....	82
Figura 14 – Quadra de esportes aparentemente abandonada e animal solto em sua proximidade .....	83
Figura 15 – Residência em condições menos favoráveis de conservação .....	83
Figura 16 – Rua sem pavimentação, conjunto de habitações e lixo a céu aberto .....	84
Figura 17 – Habitações isoladas da área mais urbanizada do Bairro .....	85
Gráfico 1 – Entrevistados por sexo .....	86
Gráfico 2 – Entrevistados por faixa etária .....	87
Gráfico 3 – Entrevistados por grau de escolaridade .....	87
Gráfico 4 – Entrevistados por tempo de atividade .....	88
Gráfico 5 – Entrevistados por renda pessoal .....	89
Gráfico 6 – Entrevistados por renda familiar .....	89
Gráfico 7 – Entrevistados por quantidade de membros na família .....	90
Figura 18 – Tipologia das áreas .....	93

Figura 19 – Área em condições mais qualificadas, com pavimentação de camada de asfalto sobre leito de pedras irregulares, residências e ajardinamento mais bem cuidados .....	94
Figura 20 – Área com residências e vegetação mais bem conservadas em via com pavimentação de pedras irregulares .....	95
Figura 21 – Grupo de habitações em estado menos qualificado em via não pavimentada e com a presença de detritos em torno dos lotes .....	96
Figura 22 – Detalhes de construção com vários problemas estruturais e de manutenção .....	96
Figura 23 – Conjunto de habitações isoladas edificadas em uma APP pertencente ao município .....	97
Figura 24 – Sistema de aquecimento de água instalado em algumas residências através de um projeto da Companhia de Energia Elétrica .....	99
Figura 25 – Localização do posto de saúde .....	101
Figura 26 – Unidade de Saúde do Bairro Acelino Flores gerida pela Prefeitura Municipal de Cruz Alta .....	102
Figura 27 – Relações de distâncias entre o Bairro Acelino Flores e as escolas mais próximas e pontos problemáticos de acesso à elas .....	105
Figura 28 – Ponte e estrutura para passagem de pedestres sobre o Arroio Matadouro. O acesso à estrutura é dificultado em períodos chuvosos por se tratar de área alagadiça .....	106
Figura 29 – Ponte de veículos sobre o Arroio Matadouro. O nível da água bastante próximo da pista de rolamento permite sua passagem sobre a ponte em períodos de chuvas mais intensas .....	107
Figura 30 – Travessia da RS-342 por pedestres mesmo com a proximidade da passarela .....	108
Figura 31 – Via periférica sem pavimentação, com a presença de animal solto e resíduos espalhados .....	112
Figura 32 – Quadra de esportes abandonada apresentando riscos de utilização em razão da presença de suportes de concreto e ferragens .....	113
Figura 33 – Existência de residências abandonadas envolvidas por vegetação sem cuidados .....	114
Figura 34 – Presença numerosa de cães soltos nas ruas em proximidade com crianças ..	115
Figura 35 – Grande quantidade de cães sem donos soltos nas ruas do Bairro .....	115
Figura 36 – Animal visivelmente emagrecido e solto em área junto à quadra de esportes ..	116
Figura 37 – Pocilga, resíduos e animal solto junto à habitações .....	117
Figura 38 – Resíduos abandonados em via de acesso ao Bairro .....	117
Figura 39 – Material descartado nas vias periféricas do próprio Bairro Acelino Flores ..	118
Figura 40 – Material jogado à beira da estrada de acesso ao Bairro Acelino Flores .....	119

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	15
2 DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA A UMA NECESSÁRIA ELUCIDAÇÃO DE TERMOS .....	25
2.1 Da cidade .....	35
2.2 Do urbanismo .....	40
2.3 Do planejamento urbano .....	43
2.4 Da cidadania .....	47
2.5 Da qualidade de vida .....	52
3 UMA BREVE HISTÓRIA DA EXCLUSÃO SOCIAL EM PARALELO À EVOLUÇÃO DAS CIDADES .....	55
3.1 A gênese e evolução das exclusões sociais urbanas .....	56
3.2 A constituição da cidade no Brasil .....	58
3.3 As cidades marginais .....	61
4 O LUGAR E OS SUJEITOS DA PESQUISA .....	65
4.1 O município de Cruz Alta .....	65
4.2 Evolução urbana de Cruz Alta .....	66
4.3 O Bairro Acelino Flores .....	71
4.4 O “Projeto Profissão Catador: entre o viver e o sobreviver do lixo” .....	73
4.5 A construção de um olhar externo .....	78
4.6 Os sujeitos da pesquisa .....	85
5 DAS CONSEQUÊNCIAS DA PESQUISA E DA RECONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO DO PESQUISADOR .....	91
5.1 A construção do olhar interno .....	92
5.2 Condições de habitação .....	92
5.3 Acesso aos serviços de saúde .....	100
5.4 Acesso ao sistema educacional .....	104
5.5 Fatores positivos do Bairro .....	109
5.5.1 A implantação da Associação de Catadores .....	110
5.6 Fatores negativos e carências do Bairro .....	111
6 A TÍTULO DE CONCLUSÃO .....	122
REFERÊNCIAS .....	126
ANEXOS .....	131
Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	132
Anexo B - Termo de Confidencialidade .....	135

Anexo C - Comprovante de envio do projeto – Plataforma Brasil/CEP .....	137
Anexo D - Trâmite de aprovação do projeto – Plataforma Brasil/CEP .....	138

## 1 INTRODUÇÃO

“A novidade que tem no Brejo da Cruz  
é a criançada se alimentar de luz.  
Alucinados meninos ficando azuis  
e desencarnando lá no Brejo da Cruz.  
[...]  
Mas há milhões desses seres  
que se disfarçam tão bem  
que ninguém pergunta  
de onde essa gente vem.  
[...]  
Já nem se lembram  
que existe um Brejo da Cruz  
que eram crianças  
e que comiam luz”.<sup>1</sup>

O homem deve ter a oportunidade de alcançar uma vida cada vez mais digna e plena através da minoração de suas necessidades, enquanto homem indivíduo e enquanto homem coletividade, enquanto homem gênero e enquanto homem humanidade, sem qualquer tipo de distinção que o segregue em seu próprio meio.

Para que esta realidade se torne possível, em uma coletividade tão heterogênea como a sociedade contemporânea, seja ela vista em uma escala global, regional ou até mesmo local, há que se buscar a compreensão das carências de uns em relação ao abastamento de outros. Seria falaciosa a pretensão de se atingir um grau de completa homogeneidade social sob todos os aspectos, mas são possíveis o sonho e a luta por uma sociedade igualitária do ponto de vista de uma vida justa para todos.

---

<sup>1</sup> Fragmento da composição “Brejo da Cruz” de Chico Buarque de Hollanda

O homem, independentemente de qualquer condição subjetiva que o caracterize, deveria ser considerado um cidadão em sua comunidade e, conseqüentemente, no mundo, e não uma unidade censitária ou uma simples peça posicionada sobre o Planeta a esperar apenas pela passagem do tempo até que seu tempo se extinga.

A exclusão de comunidades socialmente periféricas constitui-se em um problema geograficamente generalizado, mas normalmente se apresenta de uma maneira mais perversa em países que se encontram também em um estado periférico em relação à economia global. O Brasil, por exemplo, apesar de se situar entre as maiores economias do mundo, só alcança esta posição graças à forma de análise dos indicadores econômicos, que é construída a partir de números médios. Ao se fazer esta observação sob os prismas de divisão de renda, indicadores de desenvolvimento humano, ou outra visão mais pontual, esta posição se situa em um nível bastante inferior ao aparentemente demonstrado por estes valores médios.

Neste ponto faz-se essencial a exposição de uma alteração que, à medida em que o trabalho foi sendo desenvolvido, se mostrou como uma necessidade imperiosa. Esta modificação se refere ao próprio título da dissertação que, inicialmente, era “O planejamento urbano...”. Ao longo do processo de desenvolvimento e escritura do texto final, foi se tornando mais claro que o que se buscava não eram as questões técnicas, ou o planejar acadêmico, mas sim o pensar, o que, em verdade, sempre foi a ideia do autor em relação ao trabalho. Assim a alteração produziu “O pensamento urbano...” o que parece traduzir mais fielmente o que se procurava mas, em razão da escolha dos termos, aparentemente era apresentado de uma forma menos evidente.

Um processo de planejamento urbano parte do princípio da cidade como um todo mais ou menos homogêneo ou que possa ser tratado deste modo. De uma maneira geral, estes processos, ao se direcionarem à proposição dos planos diretores, levam a um zoneamento de funções e possibilidades construtivas e de implantação de infraestrutura de serviços para as diferentes regiões da malha urbana de forma bastante objetiva, de forma que as populações se adaptem a tais sistemas e não que estes sejam direcionados à elas. Seja por qualquer ponto de vista utilizado são contrastantes as diferenças dentro de uma mesma cidade e, conseqüentemente, seus anseios e necessidades também são diferentes.

Para que o planejamento da cidade faça sentido, há que ser, obrigatoriamente, construído a partir do pensamento coletivo de toda a comunidade, mesmo que isto se faça por meio de representações da coletividade pela impossibilidade da oitiva de cada um dos seus habitantes.

Este pensar, oriundo das várias comunidades e grupos é quem deverá construir as diretrizes para o planejamento das cidades. Como se verá adiante, o planejar não deve pressupor um redesenho da cidade mas sim alternativas de seu funcionamento ou, em outras palavras, de suas características urbanísticas.

Neste trabalho, cujo direcionamento se volta à valorização do homem enquanto ser social, procurou-se fazer uma reflexão em busca de alternativas dentro de uma área específica do conhecimento, o urbanismo, a fim de possibilitar a inserção deste sujeito socialmente excluído em uma condição de cidadania atuante. Para a sua elaboração foi escolhida uma comunidade periférica com acesso restrito ou mesmo inexistente às necessidades e serviços essenciais básicos, ensejando evidenciar as lacunas deixadas pelo planejamento urbano generalizado e, através desta visão, a busca pela possibilidade de uma reversão nas condições sociais da comunidade, transformando-a de um anexo urbano em um real participante da vida comunitária.

Fez parte e, mais que isso, norteou o presente trabalho, a tentativa de esclarecimento acerca das condições de vida e de inserção social dos integrantes de uma comunidade de catadores. Neste sentido, se propôs inicialmente uma indagação que serviu como geratriz para o desenvolvimento da pesquisa, qual seja: é razoável imaginar a possibilidade de que um processo de planejar, aqui devendo ser entendido como pensar o urbano, possa colaborar na melhoria da qualidade de vida da comunidade do Bairro Acelino Flores da cidade de Cruz Alta?

Parece ser correto admitir que, em função da formação do autor, tal questionamento pudesse apresentar uma resposta imediata. Pela mesma lógica, é necessária a admissão de que uma visão a partir do olhar de alguém com formação na área do urbanismo deva obrigatoriamente estar acompanhada do instrumental para a resolução dos possíveis problemas verificados.

De uma forma alternativa, para a execução deste trabalho, se pretendeu a leitura dos conflitos pela óptica de quem os vivencia, na expectativa de que fatos não perceptíveis do exterior pudessem surgir através da expressão da própria população. Assim, de uma maneira um tanto mais objetiva e detalhada, a dúvida principal reside no fato de buscar a realização desta possibilidade no seio da própria comunidade, pela voz de seus integrantes.

Seguindo esta linha de reflexão pode ser melhor objetivada a indagação como: um processo de pensar e planejar a vivência de uma comunidade periférica, a partir de sua própria visão, pode servir de base para uma elevação em suas condições de vida?

A procura pela resposta para esta indagação fez com que fossem buscadas na obra de Milton Santos, no que se relaciona à Geografia urbana, algumas inferências que servirão de apoio referencial ao desenvolvimento desta escrita. Embora colocações pontuais deste autor, que serão expostas ao longo do texto, uma percepção abrangente de sua obra fixa-se em uma dicotomia entre características espaciais: o espaço geográfico ou físico, e o espaço social ou temporal. No conjunto de sua produção e, mais explicitamente na obra “Pensando o espaço do homem”, Santos, Milton (1997) deixa entrever seu pensamento como sendo o espaço geográfico o lugar ou *locus* onde se posiciona o indivíduo, e o espaço social como o ambiente onde este indivíduo se transmuta em cidadão pela possibilidade de sua atuação no espaço físico.

No decorrer do presente trabalho e, segundo o que se buscou elucidar, poderá se perceber que, mesmo que em uma primeira vista os termos indivíduo e cidadão possam ser tomados como equivalentes, em realidade esta situação não ocorre necessariamente.

Para o contexto desta dissertação é necessário se considerar como cidadão o homem a quem seja permitido o posicionamento ativo dentro daqueles dois espaços. Assim, a sua posição deve, obrigatoriamente, conceder-lhe a possibilidade desta dicotomia a fim de sua completude como sujeito e ator de sua própria vivência. Em decorrência desta necessidade, é desejável que o homem deva ser não somente caracterizado por seu espaço geográfico mas também, e principalmente, por sua posição sócio-temporal, em outras palavras, um cidadão em seu lugar e em sua história.

Mesmo que o pensamento de Milton Santos sirva como uma referência, ainda que de forma velada em algumas passagens, ao desenvolvimento do todo deste trabalho, poderão ser percebidas em cada parte do mesmo a preponderância do pensamento de outros autores que serão referenciados de forma mais aproximada em cada uma destas partes.

O título da dissertação provavelmente induza à predominância de um único campo do conhecimento, o urbanismo. Apesar disto, como se verá, até mesmo pelas definições a respeito desta área, ela não pode ser resolvida enquanto área de estudo em si mesma e de forma isolada e, neste sentido, foram utilizados depoimentos multidisciplinares a fim de complementar a organização do texto. A abrangência do tema demandou também um olhar através da geografia – para perceber os espaços; da filosofia – para entender o pensamento; da sociologia – para esclarecer a sociedade; da política – para apreender as relações sociais; e da antropologia – para elucidar o homem, objetivo principal do trabalho.

Nesta dissertação, por não se tratar de um texto técnico da área, não se quer traduzir o termo “planejamento urbano” com a conotação dada pelas teorias correntes do urbanismo, mas

sim como um conjunto de processos de pensamentos e ações originados por uma parcela da população urbana que, ao constatar os seus próprios problemas enquanto habitantes de uma urbe mais ampla, busca, no âmbito de sua comunidade, a constatação de suas necessidades básicas e as possíveis soluções para as mesmas.

O tema e o direcionamento da escrita se originaram de um questionamento pessoal do autor no sentido da possibilidade de ser repensada uma sociedade que se mostre mais igualitária e justa nas suas condições de vivência, em que as populações socialmente menos favorecidas possam se tornar menos dependentes da benevolência dos poderes públicos, instituições e classes sociais melhor situadas em uma hierarquia convencional ou convencionada.

É pensamento deste autor que uma sociedade mais humana só seja gestada onde houver um equilíbrio nas condições de vida, de justiça e de oportunidades de ascensão social a todos os seus integrantes. Neste equilíbrio não cabe a alusão a uma sociedade onde as médias de produção, de renda, de trabalho, de educação ou saúde sejam satisfatórias. As médias tendem a equilibrar as diferenças mas não se constituem em solução para a precariedade das habitações, para a dificuldade de acesso à educação, à saúde e às oportunidades de trabalho. Mesmo que se aproximando perigosamente de uma utopia, há que se pensar na existência de possibilidades de construção desta sociedade verdadeiramente humana.

As preocupações que impulsionaram a pesquisa a qual deu origem a este trabalho se justificam em indagações pessoais que sobrevieram ao longo da formação e na posterior atividade deste autor como arquiteto e urbanista. Durante o período de formação profissional, ao ser feita uma revisão da história da gênese e evolução urbanas, tornou-se significativa a percepção das transições nas inter-relações sociais, passando por períodos de associativismo pleno e equitativo para outros de separações funcionais, de segregações com outras conotações até que se chegue ao estágio atual da civilização em que as outrora simples separações ou segregações se transformam em períodos de pura e plena exclusão social.

Ainda o período de formação proporcionou o trabalho, mesmo que em âmbito acadêmico, junto à comunidades em condições de risco social, quando então foi possível a transposição dos conceitos teóricos para a realidade que está permanentemente presente nas periferias urbanas.

Também se justificam as indagações a respeito do desequilíbrio social quando, agora na condição de docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta, este autor trabalha ou trabalhou disciplinas de história e teoria da evolução urbana e de projetos de interesse social em regiões periféricas da cidade. Esta atividade induz a uma procura por

respostas e alternativas, a uma constante interrogação sobre a responsabilidade social na própria atividade do arquiteto e urbanista enquanto profissional diretamente vinculado à procura por melhores condições de vida urbana para toda a comunidade.

Cabe também a menção da atual atividade junto à Pró-Reitoria de Administração da UNICRUZ, na função de responsável técnico pelas obras de infraestrutura da Universidade. Dentre estas funções, se inclui a supervisão na implantação e eventuais verificações de manutenção dos galpões das várias associações de catadores construídos na cidade de Cruz Alta e região. Esta atividade tem proporcionado uma aproximação com as comunidades de catadores que foram organizadas e mantém contatos bastante próximos com a Universidade<sup>2</sup>.

Em relação às comunidades de catadores e, em específico à comunidade escolhida para objeto desta dissertação, é válido e justo mencionar que estas populações não pertencem aos grupos completamente excluídos de uma vida comunitária mais integral, em função de já participarem de uma população socialmente mais estruturada através da própria associação mas, a despeito deste fato, ainda não apresentam uma completa inclusão social em relação ao todo da população urbana.

Ao ser trabalhado o fato inclusão social e, mais que isso, como acima citado “uma completa inclusão social” o que se pretende é evidenciar as diferenças existentes entre a parcela da população completamente integrada na comunidade e os que tem a cidade simplesmente como o seu endereço, portanto o seu espaço geográfico, que a vivenciam na medida em que exista tal possibilidade, como acesso à subsistência e manutenção de condições mínimas de vida. À esta parcela da população este texto propõe a condição de cidadão.

Em um outro plano, a parte da população que efetivamente têm a cidade como o lugar de sua autoconstrução social, que têm a possibilidade de participação nas tomadas de decisão de seu lugar, de maneira direta ou indireta e seja este lugar uma parte ou o todo da cidade, aqueles cujo acesso à totalidade dos serviços urbanos seja possível sem qualquer obstrução

---

<sup>2</sup> A Universidade de Cruz Alta, através do “Projeto Profissão Catador: entre o viver e o sobreviver do lixo”, aloca em seu endereço central a Central Regional de Comercialização de Recicláveis – CENCOR. A Central desenvolve as atividades de busca de parcerias comerciais, de venda dos materiais reciclados para a indústria e serve como ponto de referência tanto para os catadores como para a comunidade que tenha interesse em apoiar o projeto. (Visite a CENCOR, 2011)

social. Para cumprimento do contexto desta dissertação, a esta população é concedida a condição de socialmente incluída.

A consequência dos questionamentos e dos argumentos que os justificam constituíram os alicerces para o desenvolvimento da análise retratada neste trabalho. Da mesma forma, esta consequência direcionou os objetivos gestores desta dissertação.

De uma maneira sintética, foram elencados objetivos que balizaram a pesquisa e que se espera tê-los satisfeitos ao concluir o trabalho. Estes objetivos podem ser sintetizados na possibilidade de análise do pensamento da comunidade de catadores do Bairro Acelino Flores em relação às suas condições de vida e cidadania, a partir da visão de seus próprios integrantes.

De uma forma mais generalizada também se buscou validar a ideia de que um planejamento, pensado e executado mais intimamente com uma comunidade, possa se transformar em um propulsor da ascensão social desta mesma comunidade. A partir do momento em que, através deste pensar a comunidade, seja possível identificar as necessidades dos sujeitos que a integram no que diz respeito ao acesso aos serviços básicos que lhe são dispostos pelo poder público, também se torna possível o tratamento de tais necessidades como os indicadores buscados para proporcionar uma melhora na qualidade de vida desta população.

Partindo da ideia mais importante implícita neste trabalho, que se constitui na busca do conhecimento dos anseios e perspectivas da comunidade de catadores do Bairro Acelino Flores da cidade de Cruz Alta, na tentativa de elaboração de uma nova prática de vivência social, a pesquisa procedeu ao diagnóstico da viabilidade de um sistema, sustentado no próprio pensamento da comunidade objeto do trabalho, que se mostrasse possível de originar um processo de planejamento que venha a servir como propulsor de ascensão em sua qualidade de vida e sua inserção social.

Para tanto se fez necessária a identificação das demandas dos integrantes da comunidade em relação ao acesso aos serviços urbanos colocados à sua disposição pelo poder público. Mesmo que considerando a amplidão da questão “qualidade de vida”, para efeito deste trabalho foram considerados os serviços urbanos mais básicos aos quais esta e outras comunidades similares ou não possuem ou o possuem em condições razoavelmente desfavoráveis: a habitação e o acesso aos serviços de saúde e educação. Em função desta delimitação, foram estes os serviços básicos utilizados para a constituição do pano de fundo para a pesquisa, embora outros indicadores tenham surgido ao longo do trabalho mas, de uma maneira geral, não se afastando muito destes marcadores inicialmente propostos.

De posse dos dados resultantes procedeu-se à elaboração de uma relação de indicadores de possibilidades de melhoria na qualidade de vida destas populações que possam ser sanadas ou melhoradas utilizando-se destes indicadores para a formulação de um processo de planejamento urbano alternativo e pensado coletivamente.

A inquietação em relação aos objetivos deste trabalho partiu das premissas de que as comunidades periféricas não participam integralmente da vida comunitária como um todo e, em decorrência, apresentam uma menor qualidade de vida em relação à maioria da população urbana, permanecendo assim alijadas de uma situação de real cidadania; ainda, da possibilidade de que um planejamento urbano eficiente, voltado para o todo da população, poderia assegurar uma melhor distribuição de serviços básicos à cidade total e não somente à suas áreas mais nobres.

Além dos aspectos acima mencionados, o desenvolvimento da pesquisa que originou esta dissertação tomou como referência a hipótese de que as comunidades, mesmo que socialmente periféricas como é o caso da comunidade estudada, mantêm um considerável grau de conhecimento, com o cuidado de não se tomar o conhecimento como sinônimo de escolaridade, o que não é verdadeiro e nem ao menos válido. Esta conjectura pode ser embasada através de Santos, Boaventura (2010) em “Sociologia das ausências e das emergências” ao discorrer sobre a riqueza da experiência social no mundo que é bastante mais ampla do que as tradições científicas ou filosóficas formais tendem a reconhecer e a valorizar e, mais do que isto, este não reconhecimento induz a um desperdício destes conhecimentos.

Qualquer estudo que tenha como foco um grupo social ou uma sociedade como um todo deve, obrigatoriamente, buscar a compreensão destas populações através de um ponto de vista destituído de pré-concepções sejam elas quais forem. Há que ser entendida as possibilidades e conhecimentos originais destes sujeitos sob pena de, através de uma referência de medidas técnico-científicas ou mesmo políticas pré-concebidas, emergir a possibilidade de que se obtenham respostas que não representem fielmente a realidade do que se procura.

Em “Ecologia dos saberes”, Santos, Boaventura (2010) atenta para o fato de que se perceba uma nova aproximação entre os conhecimentos científico, objetivo, cartesiano, basicamente quantitativo e as outras formas de conhecimento que se apresentam no mundo, estas de caráter mais subjetivo e que carecem de uma reflexão epistemológica ao invés de uma análise estatística.

Desta forma, a leitura de uma comunidade deve obrigatoriamente demandar uma visão além da simples quantificação, que normalmente a situaria apenas em um nível social

hierarquizado. Deve haver uma leitura de sua realidade funcional que possa não transparecer através de suas características quantitativas, como seus pensamentos, suas intra-relações enquanto grupo social e suas inter-relações com a totalidade da comunidade da qual é componente.

A redação do texto desta dissertação está dividida em 6 capítulos, sendo o primeiro deles esta Introdução cujo objetivo é o de esclarecimento da proposta, das pretensões e motivações, além da descrição de como se desenvolveu o presente trabalho. Também na Introdução se apresenta uma primeira visão das formas de acesso e de obtenção dos informes procurados junto ao público alvo da pesquisa.

O segundo capítulo, já uma introdução ao posterior, se constitui em uma importante e, ao ver deste autor, necessária fonte de referências para o trabalho. Nele são discutidos o processo com que se construiu a pesquisa, desde seus alicerces referenciais até os passos dados para sua completude e, em sequência, foi feita a exposição de alguns conceitos, uns aparentemente simples, outros nem tanto, mas de qualquer forma, o que se buscou neste ponto do texto foi a contextualização de um conjunto de termos que permeiam o todo do trabalho.

O capítulo 3 faz uma regressão bastante breve na história da cidade com a finalidade de possibilitar a percepção das separações sociais inerentes a ela. As simples separações, que se mostram presentes desde os períodos históricos mais remotos em qualquer agrupamento humano, no decorrer do tempo se transformam em segregações e exclusões. Para melhor explicitar este processo, se faz uma passagem pela constituição das cidades brasileiras e de suas periferias sociais, as cidades marginais. Neste ponto do texto, é procurada a articulação entre os diferentes grupos sociais que conformam uma urbe, a função destes grupos como construtores de uma sociedade comunitária ou a sua exclusão deste processo.

O quarto capítulo se assenta no lugar e nos sujeitos da pesquisa. Nele se verificam as conexões da cidade de Cruz Alta com um de seus bairros mais isolados. É feita uma passagem inicial, com a finalidade de uma primeira observação, pelo Bairro Acelino Flores e também se apresenta o perfil dos sujeitos a serem pesquisados. Aqui, esta observação preliminar é feita somente pelo pesquisador e a leitura tenta ser o mais isenta possível, embora não tenha como se desvincular da formação do autor.

No quinto capítulo se expõem as observações tomadas junto ao público pesquisado. Seus sucessos, suas necessidades, suas observações e perspectivas de obtenção de uma vida mais qualificada enquanto membros de uma comunidade desprovida de algumas condições básicas de cidadania. Neste capítulo, algumas das visões externas construídas prévia e

solitariamente, são postas à prova em função de uma visão paralela, agora construída coletivamente, a partir do interior do lugar pesquisado.

No sexto e último capítulo que, obviamente, se constitui no desfecho do trabalho, são retomados os objetivos e hipóteses iniciais e cotejados com o conjunto de dados acumulados no sentido de se verificar a validade e pertinência daquelas conjeturas. É neste ponto que se decide a resposta para o questionamento inicial, a possibilidade de um pensar urbano interno à uma comunidade se transformar em um impulsionador para a evolução desta mesma comunidade.

## **2 DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA A UMA NECESSÁRIA ELUCIDAÇÃO DE TERMOS**

Em razão da implicação do tema e dos objetivos propostos, a prática para o desenvolver do trabalho foi executada utilizando-se uma pesquisa de natureza qualitativa. Embora seja verdadeiro que se apresentem no texto alguns poucos dados quantitativos, estes foram utilizados como auxiliares na coleta das informações pretendidas.

O conhecimento buscado para a atenção aos questionamentos iniciais se torna mais relevante através da visualização e participação na mobilidade da população pesquisada, em sua vida pessoal e coletiva, em suas relações de vizinhança e de trabalho, do que através de um levantamento de dados embasados em uma pesquisa puramente quantitativa.

A escolha deste método e das ações praticadas para seu desenvolvimento podem ser justificados por Minayo (2012) e Gil (2014) ao se referirem à pesquisa qualitativa como a forma mais apropriada no âmbito das Ciências Sociais já que permitem a observação de posicionamentos bastante particulares e subjetivos, possibilitando a obtenção de respostas que talvez não possam ser deduzidas em um processo predominantemente quantitativo. Neste sentido ambos os autores induzem a ideia de que são mais válidos o pensamento e as ações da comunidade pesquisada para o contexto deste trabalho do que a simples mensuração de dados sobre o meio pesquisado.

Na tentativa de que fosse atingido o objetivo esperado, dentre os métodos da pesquisa qualitativa, a busca foi desenvolvida através de um método caracterizado como observacional e exploratório. Para alguns teóricos este método é considerado como impreciso mas, em contrapartida, Gil (2014) o descreve como um dos mais modernos e, apesar de contar com uma menor rigidez de planejamento, permite uma mais ampla capacidade de descobertas até mesmo além de questões inicialmente propostas.

Além de sua característica qualitativa, dos métodos observacional e exploratório, a prática da pesquisa foi realizada através de uma pesquisa-ação. A opção por este modelo foi de, no pensamento deste autor, apresentar a possibilidade de um conhecimento mais imediato já

que propiciou uma participação inclusiva do pesquisador com os seus sujeitos de pesquisa, ao invés de buscar as respostas necessárias através de informações obtidas de forma indireta.

O fator preponderante para a definição da estratégia de ação visando o desenvolvimento da pesquisa foi o pensamento de que, em uma condição de integração com a comunidade, os dados procurados teriam mais possibilidade de serem recolhidos. Neste sentido, Thiollent, citado em Gil (2014) amparou o processo deste autor em relação à estratégia adotada ao descrever a estreita associação necessária entre o pesquisador e os pesquisados buscando a solução para os problemas propostos de “modo cooperativo ou participativo”.

Ainda, em reforço à intenção deste autor, Barbier (2007, p. 70) deixa claro que “Não há pesquisa-ação sem participação coletiva”. O simples observar externo do objeto a ser pesquisado, de uma maneira geral não proporcionará os mesmos resultados do que se visto a partir de seu interior e com a compreensão do funcionamento deste interior. Uma outra colocação de Barbier (2007, p. 146) se mostra bastante próxima do que se buscou neste trabalho: “Uma pesquisa-ação, mais do que outra pesquisa, suscita mais questões do que as resolve. Ela incomoda quase sempre os poderes estabelecidos”.

A razão do incômodo talvez possa ser melhor explicitada nas palavras de Dionne (2007, p. 23) ao descrever que “[...] o objetivo primeiro da pesquisa-ação é mudar uma dada situação particular levando em consideração a totalidade concreta tal como é vivida”. As mudanças sociais, quando pretendidas ou buscadas coletiva e organizadamente, tendem a gerar uma força que nem sempre é interessante aos “poderes estabelecidos” mencionados por Barbier.

Em função da análise elaborada sobre o trabalho do pesquisador Kurt Lewin, Dionne (2007, p. 28) complementa que

[...] a pesquisa-ação é centrada na prática, na ação, na experimentação social; pretende intervir com o intuito de modificar uma situação social ou psicossocial. De fato, a pesquisa-ação é um instrumento de mudança para corrigir, de maneira eficaz, uma situação que se tornou problemática.

As colocações dos autores antes mencionados contemplam o pensamento deste autor em relação à prática e finalidade deste trabalho. Uma busca não apenas teórica e isolada mas que, através de uma visão e análise coletivas, sirva como orientação para a proposição de mudanças qualitativas na vida da comunidade estudada, através de uma visão mais localizada do pensamento e consequente construção de alternativas ao planejamento de seu lugar.

Embora possa parecer redundante, a pesquisa-ação deve se embasar solidamente no vínculo necessário entre a pesquisa e a ação por ela motivada, entre o conjunto

pesquisador/sujeitos pesquisados e a atuação posterior deste grupo no sentido da satisfação de seus anseios originais. Reside nesta necessária continuidade o imperativo de que os resultados obtidos devam ser compartilhados com a população objeto, pois é desta forma que se pode esperar que estes resultados sejam fonte de novas propostas e práticas cotidianas desta população.

Apesar destas possibilidades advindas do processo, tomou-se o cuidado de não criar falsas expectativas na comunidade alvo da pesquisa, até porque é admissível que o simples trabalho não se torne o esperado impulsionador do que se busca mas os contatos com a comunidade podem, e mais que isso, devem servir como um despertar de possibilidades, de maneira que, através de suas próprias representações, os sujeitos pesquisados percebam que podem almejar e buscar a minoração ou até mesmo a solução de suas carências.

Embasado nestas premissas de participação coletiva entre pesquisador e pesquisados, entre a pesquisa e a possibilidade de realização de seus objetivos e na esperança de que, na qualidade de participantes ativos do trabalho, os integrantes da comunidade possam de uma maneira mais clara, mais eficaz e eventualmente mais célere transformarem-se em atores de sua própria evolução social.

Ao longo do trabalho de campo origem desta dissertação se procurou uma reflexão acerca dos anseios e perspectivas da comunidade de catadores do Bairro Acelino Flores desta cidade, uma região não tão conectada à malha urbana tanto sob uma óptica geográfica quanto social.

A concretização do trabalho deu-se, em uma primeira etapa, através de um levantamento bibliográfico a respeito da história do Urbanismo e das diversas faces apresentadas pelas cidades no que diz respeito à suas estruturas sócio-geográficas, com o olhar especialmente voltado para o surgimento, evolução e manutenção dos processos de segregação urbana.

O material utilizado nesta etapa de revisão histórica se constituiu de livros considerados clássicos da área e, neste sentido, se torna mais relevante o conteúdo do material do que o período relativamente longo desde suas publicações. Não há como se estudar a história das cidades sem que se tenha, por exemplo, realizado uma passada em autores como Lewis Mumford e Leonardo Benevolo, entre outros, assim como não se pode prescindir de Milton Santos para entender a geografia humana brasileira.

Além da verificação bibliográfica concernente ao urbanismo foram buscados autores nas áreas da sociologia urbana, com finalidade de construção de um aporte teórico das relações

sociais em uma visão mais intracomunitária do que intercomunitária, já que o que se pretendeu foi a relação de segmentos entre si dentro de uma mesma área urbana.

De posse dos dados relativos à evolução das cidades, as buscas se direcionaram ao público objeto da pesquisa, o Bairro Acelino Flores e a Associação de Catadores deste Bairro. Esta Associação se encontra integrada ao “Projeto Profissão Catador: entre o viver e o sobreviver do lixo”, coordenado pela Fundação Universidade de Cruz Alta/UNICRUZ.

A escolha do Bairro Acelino Flores como área de pesquisa foi primeiramente norteadada pelo fato desta região encontrar-se em uma área urbana bastante precária e isolada em relação à malha mais urbanizada. Cabe citar que, em relação à proposta do trabalho, pensou-se primeiramente na escolha de uma região periférica que fosse destituída, como qualquer outra, da infraestrutura urbana básica, que apresentasse o mesmo grau de desatenção institucional como muitas existentes nas periferias de praticamente toda e qualquer cidade.

Em um segundo momento foi feita a opção por uma comunidade que já contasse com um nível de organização, mesmo que interno, mais elevado, assumindo a hipótese de que esse tipo de sociedade já havia passado, em etapas anteriores de sua evolução pelos problemas e necessidades mais prementes, como os que ocorrem ainda naquelas quase que totalmente desassistidas e, desta maneira, pudesse facilitar a visão da dualidade existente entre os que, em princípio, nada tem e os que já vivenciam uma situação socialmente mais aceitável, ainda que quase restrita ao seu próprio grupo e com poucas conexões em relação à grande comunidade em que se inserem, a cidade.

Grupos sociais que vivam em condições de segregação social como a comunidade escolhida para o desenvolvimento deste trabalho permanecem, de uma maneira geral, simplesmente como apêndices urbanos, destituídos de muitas das funções e serviços básicos que lhes deveriam estar à disposição. Sua simples condição de moradores da cidade não é suficiente para caracterizá-los como verdadeiros cidadãos já que sua voz não é ouvida ou se for, normalmente não é respondida. Sua situação de sobrevivência, sua qualidade de vida, suas precárias condições de acesso ao todo da cidade não lhes proporciona qualquer similaridade com uma vida socialmente justa.

Não se trata neste trabalho da utopia da proposição de uma sociedade totalmente igualitária enquanto condições de vida econômica, mas sim, preservadas as necessárias diferenças, da equalização nas condições de vida social. Para este fim, utiliza-se como alicerce uma linha de pensamento desenvolvida por Santos, Boaventura e Arriscado (2003, p. 55/56) quando dissertam que

A partir de uma discussão das tensões dialéticas da modernidade ocidental e da crise que as atravessa, [Boaventura] explora as condições em que os direitos humanos, uma das criações da modernidade ocidental, poderão ser apropriados para uma política de emancipação que leve em conta o reconhecimento da diversidade cultural e, ao mesmo tempo, a afirmação comum da dignidade humana. [...] [Existem condições necessárias a partir das quais] se abre o espaço para uma concepção dos direitos humanos que, em vez de postular um (falso) universalismo, é baseada na constelação de idéias [sic] distintas de dignidade humana, tornadas mutuamente inteligíveis e mutuamente capacitantes por intermédio de um diálogo intercultural.

E ainda mais vital para o embasamento deste projeto, em continuidade no mesmo texto (2003, p. 56), os autores se posicionam no sentido de que “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.

Neste sentido este trabalho procurou, através da possibilidade de um processo de pensar a cidade de maneira a proporcionar uma nova postura comunitária, a ascensão da comunidade escolhida a uma verdadeira justiça e inserção social, respeitadas e mantidas as necessárias diferenças culturais sob o risco de descaracterização da identidade do grupo, mas promovidas as igualdades sociais no sentido de uma participação efetiva e solidária na totalidade da vida comunitária.

As informações relativas ao Bairro Acelino Flores e à Associação de Catadores foram coletadas junto à coordenação do Projeto Profissão Catador e nas mídias disponíveis que pudessem fornecer dados sobre o tema de maneira a construir um referencial teórico para embasar o trabalho de campo.

Mesmo que o interesse do trabalho tenha se dirigido à comunidade do Bairro como um todo, a população escolhida como sujeitos de pesquisa constituiu-se dos integrantes legalmente participantes da Associação de Catadores. Esta delimitação de sujeitos justifica-se em função de que essa parcela da comunidade, pelo fato de se encontrar atualmente em uma situação perceptivelmente mais estável que a média do Bairro, já tendo passado por períodos de menor estabilidade, poderia trazer uma visão mais completa dos problemas e necessidades de sua coletividade.

O Bairro conta, segundo o Censo de 2010 do IBGE<sup>3</sup>, com uma população de 480 pessoas e a amostra se constituiu de 19 destes moradores. Não é difícil notar que a população amostra utilizada como sujeitos de pesquisa represente uma parcela pequena em relação à população total do Bairro. Apesar desta situação, em nenhum momento foi pensada a ampliação da amostra exatamente em função do que se menciona acima em relação à possibilidade de obtenção de informações mais qualificadas.

Pode ser demonstrada a validade da dimensão da amostra utilizando-se do enunciado de Gil (2014, p. 89) ao preceituar que

“De modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo”.

Também, a respeito desta dimensão amostral, Guerra (2014, p. 39/40) escreve que

Duas grandes críticas feitas às metodologias qualitativas são a sua ‘falta de representatividade’ e a ‘generalização selvagem’ que efectua. De facto, considera-se que não tem muito sentido falar de amostragem, pois não se procura uma representatividade estatística, mas sim uma ‘representatividade social’ que nada tem a ver com esse conceito. [sic]

Reunidas as referências necessárias, a delimitação da população e a construção do projeto de pesquisa, foi feito o encaminhamento ao Comitê de Ética em Pesquisa/CEP em 05 de março de 2015 e protocolado com o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE 42523215.4.0000.5322. O parecer do relator foi emitido em 14 de abril e o parecer do colegiado, com aprovação, no dia 16 do mesmo mês. Da mesma forma, foram enviados e aprovados pelo Comitê, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Confidencialidade. Estes documentos encontram-se em anexo à esta dissertação.

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, foi iniciado o trabalho de campo. Inicialmente foram feitas algumas visitas ao Bairro para que se pudesse proceder a uma análise sem qualquer influência da população local. Estas primeiras incursões se

---

<sup>3</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

objetivaram a uma observação e tomada de imagens sobre a região, sua morfologia, sua mobilidade, suas características que pudessem ser absorvidas através de um olhar externo.

A coleta de imagens teve a intenção de um acréscimo documental nas observações da região. A partir destas imagens, que são expostas no decorrer deste texto, se procurou a possibilidade de inferência de dados quando do desenvolvimento da análise final do trabalho.

Este auxílio visual foi estimulado pelas palavras de Loizos (2012, p. 137) que expressa que

[...] a imagem [...], oferece um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos, materiais. [...] embora a pesquisa social esteja tipicamente a serviço de complexas questões teóricas e abstratas, ela pode empregar, como dados primários, informação visual que não necessita serem em forma de palavras escritas, nem em forma de números.

Apesar da aparente limitação em relação à estaticidade da fotografia, é possível que se extraia dela além do que se mostra a uma primeira vista mais desatenta. Levando-se em consideração o texto de Penn (2012, p. 331/332)

Teoricamente, o processo de análise [de imagens estáticas] nunca se exaure e, por conseguinte, nunca está completo. [...]. Para fins práticos, contudo, o analista irá normalmente querer declarar a análise terminada a certa altura.

Deste modo, fundamentado pelas citações anteriores, o acréscimo de imagens ao texto visou a possibilidade de uma leitura além das palavras e, eventualmente, uma melhor percepção da realidade estudada e das conclusões retiradas da pesquisa.

Em uma etapa posterior iniciou-se o contato com os catadores de maneira a buscar as noções de qualidade de vida, de participação social, de possibilidades de melhora a partir de seus pontos de vista. Esta etapa permitiu a construção de um segundo ponto de vista sobre a comunidade, agora sob a perspectiva de um olhar interno.

Estes contatos aconteceram de uma maneira informal, como era desejado desde o início do projeto. As informações foram então coletadas junto aos catadores por meio de conversas gravadas e transcritas como documentação de origem e através de imagens fotográficas. Esta prática se fez em quatro encontros, no próprio local de trabalho dos catadores e produziram um total de 98 minutos de gravação de áudio além de uma razoável quantidade de imagens demonstrando os pontos importantes salientados pelos pesquisados.

O mecanismo de coleta das informações se constituiu de um processo de conversas informais e entrevistas de uma forma não estruturada. Embora este pesquisador, nos diálogos

com os entrevistados, sempre tenha se atido aos objetivos que buscava conhecer, os questionamentos não foram pré-elaborados mas sim ocorreram de uma maneira menos direta.

Para efeitos de preservação de identidade, de acordo com o Termo de Confidencialidade em anexo à este trabalho, não são mencionados os nomes dos entrevistados no texto. Também, pela forma que foram desenvolvidas as entrevistas, de maneira não individual e sim através de conversas informais, sem uma organização no tocante à ordem das respostas, não se torna possível a identificação de cada pesquisado em relação à cada resposta obtida.

Esta forma de proceder a pesquisa é mencionada por Gil (2014, p. 109) ao descrever a entrevista como

[...] uma forma de interação social.

[...] A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. [Diversas classes profissionais] que tratam de problemas humanos valem-se desta técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação.

Esta técnica se mostrou bastante adequada por proporcionar diálogos que trouxeram à tona informações importantes sobre o que se buscava de uma maneira que, talvez, não fosse obtida através de questionamentos mais formais.

Este tipo de observação pode se classificar, segundo Gil (2014) como observação participante, ou seja, aquela em que o pesquisador passa de observador externo a assumir um papel temporário de participação no grupo de pesquisa.

A partir desta coleta de material foi feita uma primeira seleção e classificação dos fatos considerados relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida se procedeu a uma análise prévia do material selecionado na tentativa de obter uma solução aos questionamentos iniciais. Através do exposto por Gil (2014, p. 177),

Classicamente, a interpretação dos dados é entendida como um processo que sucede à sua análise. Mas estes dois processos estão intimamente relacionados. Nas pesquisas qualitativas, especialmente, não há como separar os dois processos.

Visando a possibilidade de uma melhor apreensão dos fatos e condições que levaram a um exame do tema pensado e proposto e do caminho que, segundo a opinião deste autor, precisou ser trilhado para que se chegasse às respostas para as dúvidas iniciais, fez-se uma nova passagem por embasamentos teóricos a fim de que, ao final, fosse possível uma análise mais lúcida no tratamento dos dados coletados de maneira a identificá-los como possíveis respostas às hipóteses e objetivos previamente elaborados.

Importante aqui esclarecer que esta lucidez se fez necessária até porque hipóteses sempre correm o risco de não serem correspondidas, o que não invalida a busca, mas apenas confirma o engano de percepção a respeito das premissas.

A fim de não se correr o risco de perder algum dado relevante coletado na comunidade, esta nova passagem pelo embasamento teórico teve como objetivo a procura por uma metodologia que se mostrasse condizente com o trabalho realizado e com a possibilidade de melhor compreensão dos dados obtidos. A partir desta procura, foi feita a opção de leitura dos dados através do método de análise de conteúdo.

Segundo Berelson, citado por Gil (2014, p. 152) a análise de conteúdo se define como “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto nas comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”.

Em razão do modo de obtenção das informações de uma maneira não estruturada, esta técnica de análise se mostrou mais eficaz. Pode-se ainda reforçar este pensamento com a leitura de Franco (2012, p. 12) ao mencionar que

O ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido. [...] Além disso, torna-se indispensável considerar que a relação que vincula a emissão das mensagens [...] está necessariamente articulada às condições contextuais de seus produtores.

Com o objetivo de processamento de análise de conteúdo das falas dos sujeitos pesquisados foi elaborada, anteriormente, uma organização dos dados coletados em cinco categorias:

1<sup>a</sup> - condições de habitação - incluindo-se nesta categoria a situação construtiva da residência, existência de sistema de instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, disponibilidade de equipamentos domésticos, relações de vizinhança;

2<sup>a</sup> - acesso aos serviços de saúde – presença de profissionais da saúde no Bairro, maior ou menor facilidade de utilização dos serviços de saúde locais, necessidade de deslocamentos até o centro da cidade para acessar os serviços;

3<sup>a</sup> - acesso ao sistema educacional – existência de unidades educacionais no local, condições de deslocamento até as unidades escolares distantes do Bairro;

4<sup>a</sup> - fatores positivos do Bairro – existência de condições consideradas como valoração da vida da comunidade, sentimento de segurança, locais de lazer para a comunidade,

disponibilidade de pontos comerciais e religiosos, existência de associação de moradores e de representantes da região junto às instituições públicas;

5ª - fatores negativos e carências do Bairro – ausências mais sentidas em relação a equipamentos e serviços urbanos, acessibilidade ao e do local, problemas eventualmente causados pela própria população;

Uma última etapa foi realizada através da discussão das conclusões do pesquisador junto à comunidade para que, por meio destas compreensões e debates, fossem vislumbradas possibilidades de se proceder a uma qualificação do homem em relação ao seu espaço geográfico e social, através de sua emancipação enquanto habitante urbano e enquanto integrante pleno da comunidade em que vive.

Com o intuito de que estas condições possam ocorrer, foi teorizada a ideia de que, por meio de uma articulação entre os diferentes segmentos sociais que fazem de uma mesma cidade o seu espaço comum, seja possível a abolição das desigualdades que permeiam a população como um todo, segmentando-a em “populações”.

Para tanto, nesta primeira incursão pretende-se alcançar a compreensão do plano – a cidade –, sua amplitude e seus componentes morfológicos. Para o cumprimento deste objetivo, o homem deve ser apenas projetado como um ponto imóvel, ainda não um ator social, apenas como uma referência espaço-temporal dentro do quadro geral.

Embasado nestas menções, vai-se à procura da elucidação do fato urbanismo para então dar movimento ao homem, agora sujeito ativo dentro do plano estático da cidade. A cidade, como ente estanque, apenas situa o homem; o urbanismo, como processo de mobilidade é quem tem a possibilidade de gerar o cidadão.

O instrumento do qual se fará uso para a obtenção deste objetivo se materializa em um processo de pensamento de uma formulação urbana que permita a satisfação dos anseios e necessidades do plural destas populações de maneira a gerar a população singular que, mesmo parecendo utópica, é possível crer que possa em algum momento surgir.

É importante estabelecer que a ideia que gestou este trabalho não deva induzir ao pensamento de que se imagine uma igualdade total entre as pessoas e/ou entre diferentes segmentos sociais. As desigualdades são e permanecerão presentes em qualquer situação que se observe, em uma cidade, em uma comunidade, ou até mesmo no interior de um mesmo grupo social. O que se pretende é a possibilidade de uma igualdade sob a visão de dignidade de vida, de acesso aos serviços básicos para o funcionamento da cidade, tais como habitação, saneamento, saúde, educação e participação nas tomadas de decisão que dizem respeito à vida

urbana, o que talvez possa ser traduzido como uma real condição de inserção comunitária e justiça social.

Com a finalidade de permitir uma melhor contextualização desta escrita faz-se necessária a delimitação de algumas definições a respeito de termos que são recorrentes ao longo do texto. Mesmo que a compreensão imediata destes termos, em princípio, não apresente dificuldades, parece ser pertinente sua elaboração no sentido de contextualizá-los em relação ao todo da pesquisa.

Já em relação ao título “O pensamento urbano como indutor de qualidade de vida e inserção social de comunidade de catadores da cidade de Cruz Alta/RS” surgem situações que merecem ser melhor definidas para que se perceba a linha de desenvolvimento do trabalho.

A ideia do pensar urbano por si só já remete à necessidade de esclarecimento prévio de outras definições. A primeira destas definições diz respeito ao objeto deste pensar, bem como o campo de sua atuação, a cidade. Uma segunda significação remete ao urbano e, mais que isso, ao urbanismo, que não pode ser confundido com a cidade. Apesar das diferenças de definição, aparenta-se de uma dificuldade maior do que seria esperado a desvinculação, mesmo que conceitual, entre a entidade cidade e o fato urbanismo. Somente após se apropriar destas ideias será válida e pertinente a busca pelo entendimento do processo de planejamento urbano, que só deverá ser construído com embasamento nas reflexões da comunidade a que se destina.

É de importância fundamental para este trabalho o esclarecimento de que, ao se mencionar o planejamento urbano, não se ambiciona a elaboração de técnicas, questões legais ou qualquer outra situação burocrática. O que se imaginou foi a possibilidade de uma coleta de pensamentos advindos do binômio pesquisador/sujeitos de pesquisa no sentido de elaborar uma coleção de indicadores baseados nas carências apresentadas pelo Bairro pesquisado com a pretensão de servir de origem para um novo estruturar e gestar a cidade.

O próximo passo deverá ser a determinação de como se deseja a compreensão do fato qualidade de vida no contexto deste trabalho. O último conceito a carecer de uma elucidação pertinente ao texto é relativo à inclusão social e, neste ponto, será necessária uma visão do que se caracteriza como cidadania, já que esta é a condição necessária para que o sujeito esteja ou não incluso na sociedade em que vive.

## **2.1 Da cidade**

O desenvolver do trabalho terá necessariamente como apoio material a cidade. É ela quem representa o substrato espacial onde se pensará o planejar; é nela que está presente a

diversidade de populações que ainda não se constituíram como uma população singular; é nela que se localizam os sujeitos para os quais se pretende um melhoramento nas condições de vida; é ela quem pode disponibilizar ou negar as necessidades destes sujeitos; é ela quem poderá, ao transformar o atual sistema social, também se transformar da condição de um aglomerado humano – e não urbano – em um espaço agora urbano, tomando para urbano a significação de civilidade.

Mesmo que em continuidade se discorra sobre o termo urbanismo, de antemão torna-se importante a elucidação do que se espera ser entendido como a diferença mais essencial entre os conceitos de cidade e urbanismo. Para este fim pode-se conectar cada um dos termos a um conceito-chave: cidade pode ser vinculada à constituição formal e quantitativa enquanto urbanismo pode ser ligado aos conceitos de dinâmica, mobilidade ou funcionamento. Assim, a cidade aloca enquanto o urbanismo desloca; a cidade dispõe enquanto o urbanismo movimenta; a cidade quantifica-se, o urbanismo a qualifica.

A cidade, por ser passível de uma localização exata, situa o homem espacialmente, é seu endereço geográfico, configurando-se assim como um tipo de espaço, o espaço geográfico ou físico. Como mencionado anteriormente, seguindo o pensamento de Santos, Milton (1997), o espaço não se totaliza na forma física, há que ser considerado um outro espaço, o espaço social, não geográfico e portanto não puramente físico, mas sim aquele que mantém uma cumplicidade com a estrutura social.

Esta complexidade sobre espaços pode ser tomada em uma outra postulação, em Milton Santos e Silveira (2012, p. 265) quando expõem que “pode-se dizer que há espaços que comandam e espaços que obedecem, mas o comando e a obediência resultam de um conjunto de condições, e não de uma delas isoladamente”.

Para que se introduza a conceituação de cidade, em uma primeira busca, de característica mais didática, pode ser utilizada a definição de Ferreira (2004) onde esta se define como sendo um “Complexo demográfico formado por importante concentração populacional não agrícola e dada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural”.

Esta primeira visão do que seja cidade não se mostra elucidativa no que tange ao cerne do presente trabalho, sendo necessário para isso uma conceituação de cidade de uma maneira um tanto mais técnica. Este próximo passo se demonstra em um nível de dificuldade um pouco maior já que não se dispõe de uma conceituação única e indiscutível do que caracteriza ou não a cidade.

Mesmo que muitos possíveis argumentos concordem em observar a cidade com suas características didáticas de estaticidade, forma e quantificação, existem diferentes visões para conceituá-la. Algumas destas visões são tratadas por Pelletier e Delfante (1997) ao discorrerem que, apesar de diferenças conceituais, os registros oficiais da Organização das Nações Unidas consideravam ao final dos anos 70 do século XX que em torno de dois terços da população mundial viviam em cidades. Para que se chegue a um número, mesmo que aproximado, é necessário que se tenha *a priori* a delimitação do que seja cidade.

Os autores antes citados, na mesma obra, mencionam que existe uma multiplicidade de definições para classificar um agrupamento humano como cidade ou não e que essa variação algumas vezes se altera de um país para outro e citam, a título de exemplo: as definições estatísticas, como sendo aquelas que se atém ao critério numérico, quantitativo ou estatístico. Por este critério, o Instituto Nacional de Estatística e dos Estudos Econômicos da França considera como cidade uma região em que a população total seja de 2.000 habitantes e cujas casas não distem mais de 100 metros umas das outras.

Além das visões estatísticas, Pelletier e Delfante (1997) ainda descrevem outras definições, tais como critérios funcionais, onde a cidade é definida pela presença de uma quantidade mínima de funções; critérios arquitetônicos, densidade populacional, gabarito de altura das edificações e manutenção da mobilidade.

Apesar das controvérsias conceituais, é necessário que, de alguma maneira, se possam extrair conclusões para melhor delimitar a instituição cidade. Ao se retroceder um bom tanto da história da civilização, podem ser colhidas algumas referências a partir das palavras de Aristóteles (1985, p. 13) ao dizer que

Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam a algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política.

A comunidade constituída a partir de vários povoados é a cidade definitiva, após atingir o ponto de uma auto-suficiência praticamente completa; assim, ao mesmo tempo que já tem condições para assegurar a vida de seus membros, ela passa a existir também, para lhes proporcionar uma vida melhor.

No intento de melhor objetivar a conceituação buscada, ao se fazer a leitura de uma autora contemporânea observa-se ainda uma suspeita interrogação na avaliação do tema ao comentar a evolução desde as antigas cidades muradas medievais até a cidade atual. Assim, segundo Rolnik (2004, p. 12)

Diante de fenômenos tão diferentes como as antigas cidades muradas e as gigantescas metrópoles contemporâneas, seria possível definir cidade?  
 Na busca de algum sinal que pudesse apontar uma característica essencial da cidade de qualquer tempo ou lugar, a imagem que me veio à cabeça foi a de um imã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens.

De fato, o questionamento apostado por Rolnik em sua busca pela conceituação é bastante significativo. Mesmo que não seja considerado um distanciamento histórico tão grande entre a cidade medieval e a cidade contemporânea, há que se levar em consideração não apenas a separação temporal como a espacial. Mesmo que se considerem cidades contemporâneas de qualquer época sempre haverá uma ampla gama de diferenças formais e estruturais. Mas, apesar da condição interrogativa, é de grande importância a subsequente conclusão aludida pela autora, ao definir a cidade como um polo atrator em relação à áreas não urbanizadas.

Em extensa e já clássica obra sobre a história das cidades, Mumford (1998, p. 9) também expõe mais indagações do que respostas objetivas. Em suas palavras,

Que é cidade? Como foi que começou a existir? Que processos promove? Que funções desempenha? Que finalidade preenche? Não há definição que se aplique sozinha a todas as manifestações nem descrição isolada que cubra todas as suas transformações, desde o núcleo social embrionário até as complexas formas da sua maturidade e a desintegração corporal da sua velhice.

Em relação à citação supra, embora não traga as respostas às próprias indagações, é importante perceber a alusão à cidade como um organismo dotado de um ciclo de vida e de um eventual desaparecimento, fato aliás já formulado por outros autores. É necessário, em função das conceituações que se está tentando elaborar, que Mumford, ao mencionar a cidade dotada de vida está na realidade não só se referindo à urbe mas também à sua mobilidade e, neste sentido, como mencionado anteriormente, adentrando a área do urbanismo, a cidade dinâmica.

Como pode ser percebido, e anteriormente sublinhado, embora possa parecer simples uma conceituação de cidade como sendo uma entidade pura, pode-se perceber que, na realidade, essa aparente facilidade não se demonstra na prática. Em quase todas as tentativas de definição existe uma íntima ligação da cidade com o urbanismo, do mapa urbano com as atividades que nele se desenvolvem, da forma com a mobilidade.

Carlos (2007, p. 19) a este respeito escreve

[...] não raro, a cidade vem sendo pensada ora como quadro físico (um simples mapa aberto na prancheta), ora como meio ambiente urbano (e, nesta dimensão, 'naturalizada'), e em ambos os casos, ignora-se o conteúdo da prática sócio-espacial que lhe dá forma e conteúdo.

Em acréscimo, a mesma autora (2007, p. 20) menciona que

[...] a compreensão da cidade na perspectiva da Geografia nos coloca diante de sua dimensão espacial – *a cidade analisada enquanto realidade material* – a qual, por sua vez, se revela através do conteúdo das relações sociais que lhe dão forma”. [grifo nosso]

Embora a citação anterior se aproxime um pouco mais da definição que se busque para o presente contexto, mais uma vez se depara com a dificuldade de enxergar a cidade sem que seja feita referência aos aspectos urbanísticos que lhe dão mobilidade, neste caso as relações sociais. Nestas palavras a autora mostra que, através da visão da geografia se consegue perceber a cidade na sua imobilidade mas, ao mesmo tempo, deixa implícito que a compreensão da mesma só se fará através de suas inter-relações ou de seus movimentos intra-urbanos, em última instância, do urbanismo que a faz viva.

O texto de Brandão (2006, p. 61) também parece se aproximar um pouco mais da conceituação buscada ao escrever que

A cidade é o lugar doador de sentido à existência individual e do aprimoramento de nosso corpo, nosso espírito e dos usos e hábitos de nosso tempo. Seu espaço [...] não é mera extensão ou somatória dos espaços privados, pois a sua natureza, sentido e função são completamente diversos e, por excelência, é nele que a ‘humanidade do homem’ se forma.

A exposição das citações anteriores se direciona a demonstrar a dificuldade de uma definição objetiva do ente cidade de uma forma isolada em relação ao fato urbanismo mas, em função do esclarecimento que se pretende para argumento deste trabalho, faz-se necessária a menção a duas últimas referências neste sentido.

Lançando mão de mais uma escrita da mesma obra anteriormente referida, Brandão (2006, p. 64) expõe que

Esvaziada de habitantes, a cidade limita-se ao desenho das ruas desertas e dos edifícios com sua geometria rigorosa, oferecendo-se como modelos plásticos perfeitos imaginados pelos arquitetos e ainda não contaminados pelos homens e elas múltiplas e tumultuadas funções da vida cidadina.

Com outras palavras, mas sintetizando a pretensão de uma definição mais objetiva, buscou-se em Rossi (2001, p. 13) a seguinte formatação: “Ao descrever uma cidade, ocupamos predominantemente da sua forma; essa forma é um dado concreto que se refere a uma experiência concreta: Atenas, Roma, Paris. Ela se resume na arquitetura da cidade [...]”.

Estas últimas visões se objetivam à exposição da ideia procurada de redução da cidade à sua morfologia, ao seu desenho ou a seu mapa, compreensão essa que parece ser necessária a fim de permitir a visão do plano de atuação do urbanismo sobre o qual se disporá o sujeito em sua busca pela cidadania.

## **2.2 Do urbanismo**

Enquanto as definições de cidade se aproximam do espaço geográfico ou físico, portanto um espaço estático, do pensamento de Santos, Milton (1997), a ideia de urbanismo pode ser melhor traduzida no segundo tipo de espaço, o espaço social, aquele onde ocorrem as inter-relações e, em última instância, a vida cotidiana.

Para a compreensão do processo urbanismo, faz-se necessário agora dotar a cidade, entidade física e espacial definida como o substrato onde a vida acontece, da vitalidade que a complementa. Ao plano geográfico devem então ser adicionados novos planos, como o histórico, o sociológico e o antropológico.

Ao homem que, para efeito conceitual, até então permanecia imóvel é dada a concessão de explorar este plano, de vivenciá-lo, de construir nele suas relações, sua história, sua vida. O urbanismo pode assim ser tomado como o sopro vital sobre o plano inerte e sobre todas as peças que se inter-relacionarão para constituição da cidade viva, e requer a compreensão das relações daquele homem dentro de seu espaço geográfico.

Para a constituição do significado de urbanismo, vai-se retomar algumas vezes o termo cidade mas com a diferença crucial de que agora se falará da cidade dinâmica.

Ao se buscar como feito anteriormente, uma olhada mais didática e direta, sobre o que seja o urbanismo, podem ser utilizadas as palavras de Ferreira (2004) que o definem como o “Estudo sistematizado dos métodos capazes de adaptar a cidade às necessidades de seus habitantes”.

De maneira similar à busca pela definição de cidade que se enquadre nos parâmetros pretendidos por este trabalho, ao se propor uma conceituação para urbanismo também há que ser levada em consideração a variedade de respostas possíveis. A multiplicidade de conceitos, como poderá ser observado, não faz com que um seja mais ou menos correto que o outros mas sim a possibilidade de complementaridade entre as proposições e, neste sentido, as diferenças se justificam principalmente em função dos variados enfoques com que o processo pode ser analisado.

Essa aparente dubiedade é anotada por Pelletier e Delfante (1997, p. 217) ao escreverem que

O urbanismo foi objeto de múltiplas definições pois quase todos os que tentaram abordar a cidade, as suas qualidades, os seus problemas, a sua poesia, o seu romantismo, a sua racionalidade, a sua filosofia, etc., tentaram precisar o seu conteúdo.

Se pusermos de lado as definições caricatas, que se limitam à arte, ciência, disciplina, processos expressos por categorias profissionais que reclamam para si o poder absoluto sobre a realização do urbano, temos de verificar que, por muito insuficientes que sejam, as expressões do conteúdo do substantivo ‘urbanismo’ levam-nos à reflexão, pois encerram alguns elementos fundamentais que permitem delimitar a impossível definição.

Os autores (1997, p. 217) prosseguem sua explanação discorrendo sobre as tentativas de uma definição de urbanismo proposta por vários autores e obras, e mostram tais discrepâncias com a constatação de que, por exemplo, o Dicionário Larousse, muda sua definição à cada edição da obra, conceituando em uma edição como “ciência ou teoria do ordenamento das cidades” e, em edição posterior, como “ciência e técnica da construção e do ordenamento das aglomerações, cidades e aldeias”.

Apesar da aparente “indefinição” nas tentativas de definir o fato urbanismo, embora cada uma delas na realidade faça alusão à enfoques diversos, parece ser possível entender ambas as definições menos como uma incerteza e mais como uma complementação, embora a sua situação em edições distintas.

Pelletier e Delfante (1997, p. 220) se referem ainda a conceitos aparentemente díspares desenvolvidos por outros autores e, finalmente, definem o urbanismo como sendo

o processo contínuo, segundo o qual se deve desenvolver o conjunto de ações (estudos, pesquisas, realizações, avaliações...) que têm os seus fundamentos e as suas justificações nas ciências e nas artes, e cuja finalidade é a criação ou o ordenamento, num meio dado ou escolhido, dos espaços nos quais homens de todos os gêneros, raças, religiões... devem poder viver de modo harmonioso em colectividade, com tudo que isso implica.

Há de se convir que, apesar das tentativas de construção de uma definição, esta última não parece menos subjetiva que as demais.

Este conjunto de significações já leva à percepção da diferença entre a estaticidade que conceitua a cidade em oposição à dinâmica do urbanismo e permite a inferência de duas características marcantes do que sejam uma e outro: a cidade se revela por ser um conjunto populacional, enquanto característica quantitativa, dotada de atividades não agrícolas, o

urbanismo se demonstra pela inclusão da mobilidade desta população em relação aos serviços dispostos na cidade.

Magnani (2012, p. 252), em outras palavras, descreve o urbano de uma forma bastante similar ao mencionar que

Se o que está em pauta é o contexto urbano, é preciso levar em consideração dois fatores constituintes: *a paisagem* (entendida como o conjunto de espaços, equipamentos e instituições urbanas) e os *atores sociais*. Não se trata, contudo, de um cenário já dado no qual os atores desenvolvem suas práticas. Na verdade, a paisagem urbana é o resultado dessas práticas e das intervenções ou modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos, etc) em sua completa rede de trocas. [grifos do autor]

Os dois fatores “paisagem” e “atores sociais” considerados na citação de Magnani possuem um paralelismo bastante próximo respectivamente com o “espaço geográfico” e o “espaço social” preconizados por Milton Santos.

De maneira bastante similar, Bourdieu (2012, p. 160) também se refere à esta dualidade de espaços ao descrever que

Considerados como corpos [...] os seres humanos estão, do mesmo modo que as coisas, situados em um lugar [...]. O *lugar* ocupado pode ser definido como a extensão, a superfície e o volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço físico [...]. Os agentes sociais que são constituídos como tais em e pela relação com um *espaço social* [...] que pode se caracterizar por sua posição relativa com outros lugares. [...] Como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua [...] das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais. [grifos do autor]

Desta forma, mais uma vez podem ser observados os paralelismos entre a cidade com o espaço físico e o urbanismo com o espaço social.

Embora não sejam sinônimos, como visto anteriormente, a cidade e o urbanismo estão intrinsecamente ligados, e isto é referendado por Eric Lampar, citado por Meneses (1997, p. 147) ao dizer que “o objeto da história urbana deveria ser, não a cidade, mas a urbanização como processo social e que, por isso, seria grave risco ela se pretender independente da história social”.

Ainda que sob o risco de ser repetitivo, é importante e necessária a constatação de que, apesar de serem “entidades” diversas, a cidade e o urbanismo, mesmo que conceitualmente, sejam tão inseparáveis que na definição de um deles haja apenas a referência textual ao outro, como se pode perceber nas palavras de Carlos (2007, p.11) ao dizer que

as relações sociais se realizam, concretamente, na qualidade de relações espaciais [...]. Nessa direção, a reflexão sobre a cidade é, fundamentalmente, uma reflexão sobre a prática sócio-espacial que diz respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação do espaço como elemento constitutivo da realização da existência humana. [...]

Ainda utilizando-se de Carlos (2007), a cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho realizado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico e cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado.

A dinâmica social que permite uma leve diferenciação conceitual entre cidade e urbanismo é anotada por Paula (2006, p. 29) que, ao comentar o pensamento de Henri Lefebvre, escreve que este

[...] buscou distinguir a cidade do urbano, o qual seria o processo extensivo e fragmentário, que redefiniria, a cada momento, novos espaços, fluxos, centralidades e temporalidades para além da tradicional circunscrição da cidade. Processo, insista-se, aberto, em que ao poder do capital têm se contraposto variadas formas de mobilização e construção de identidades coletivas. Nesse sentido, diga-se que o futuro das cidades, que o futuro da democracia e da solidariedade dependerão da capacidade de essas forças sociais, que se mobilizam na cidade, derrotarem o capital, e, assim, que a cidade possa ser, de fato, e para todos, o espaço de liberdade e justiça.

Em meio à amplitude de definições, o que se buscou foi a realidade de que dificilmente se poderá desvincular conceitualmente cidade de urbanismo. Ainda que exista a possibilidade de entender aquela sem este, ao se tratá-la apenas como uma base inerte, o urbanismo não pode ser entendido sem que se use a cidade como o lugar onde ele acontece.

### **2.3 Do planejamento urbano**

Ao se partir de uma visão técnica, o planejamento urbano se constitui de um processo bastante extenso e multidisciplinar, além de requerer o envolvimento de toda uma população, embora o seja, por razões bastante óbvias, através de seus representantes. Trata-se de um processo que demanda um longo tempo para ser pensado, um tempo maior para que seja debatido por todos os segmentos sociais envolvidos e, através deste *feed-back* novas formulações sejam propostas, discutidas em um procedimento repetitivo até que se cheguem a conclusões e propostas adequadas ao todo.

Segundo Campos Filho (2001, p. 5),

É aparentemente simples analisar e discutir o que é o planejamento urbano. Tratar-se-ia simplesmente de ordenar as cidades e resolver seus problemas. Para isso, seria suficiente listar esses problemas e, em seguida, definir uma ordem de prioridades na implementação de sua solução. Finalmente, restaria implementá-los com técnicas adequadas, dependendo dos recursos disponíveis. Por esse método, o bem comum seria finalmente alcançado, desde que tal objetivo fosse perseguido honestamente. Com relação aos problemas urbanos, podemos dizer que eles existem apenas por uma falta de racionalidade e honestidade do governo ou dos cidadãos. A racionalidade seria alcançada através de estudos sistemáticos, sérios e tão científicos quanto possível, que dissecariam os problemas, indicando-lhes a melhor solução. Desse modo, a mera ignorância da realidade dos fatos a ser superada através de análise sistemática seria a causa básica do estado caótico das cidades. Para os que encaram a questão urbana desse modo, a abordagem técnico-científica representa uma solução; para tanto, é preciso reforçar, de um lado, os centros de pesquisa e, de outro, os órgãos técnicos governamentais de decisão e implementação das políticas orientadoras de soluções dos problemas das cidades, e excluir os desonestos do processo decisório.

Em relação à proposição acima, percebe-se que, embora longo, o processo de implantação de um planejamento urbano não se constitui em um problema difícil de ser resolvido, embora em muitos casos surjam dificuldades muito mais por parte dos envolvidos no processo de formulação do plano, de seus interesses muitas vezes conflitantes com os objetivos reais do planejamento, que deve ser o de contemplar o bem-estar e a qualidade de vida de uma cidade em sua íntegra, sem que haja restrições de qualquer tipo a quem quer que seja que esteja incluído nesta comunidade.

Vale, neste momento a inserção de alguns pensamentos que, embora partindo de renomados arquitetos, aparentemente são incongruentes com a ideia de um urbanismo social. Para isso, utilizando palavras de Campos Filho (2001, p. 11/12),

Alguns pensadores do planejamento urbano moderno, como Tony Garnier, Walter Gropius e Le Corbusier, também ignoraram por completo em seus postulados a existência das classes com seus interesses conflitantes  
[...]  
Esse urbanismo culturalista, utópico e alheio ao homem não é capaz de captar a lógica da desordem urbana, escondida por detrás do caos urbano, visível na deterioração ambiental; nas habitações miseráveis dos bairros pobres; na demolição e reconstrução contínuas das partes mais antigas, perdendo-se com isso, a memória histórica; na falta crônica de uma infra-estrutura adequada, especialmente de transportes, sempre congestionada em inúmeros pontos, etc.; como resultado básico da busca de propostas pelos proprietários imobiliários de valorização produzida pelo esforço coletivo.

A otimização das cidades não se faz de uma maneira espontânea mas sim através de um pensamento e planejamento coletivo onde necessariamente sejam participantes os integrantes de todos os seus segmentos institucionais, sociais, culturais. É preciso que seja

ouvido o cidadão, seja ele representante da elite central ou da área periférica, despossuída, desassistida e, talvez a voz deste último, seus anseios, suas necessidades, deva ser tomada em um grau bastante elevado de importância já que é em seu grupo social que costumam ser visualizados os maiores problemas urbanos. Apesar desta necessidade, existe um afastamento instintivo das populações periféricas em relação às instituições, fato que pode ser ilustrado nas palavras de Mautner (1999, p. 252) ao declarar que

O Estado, como instância regulatória, é percebido pela população periférica como uma instituição que paira acima das relações sociais. Alguns de seus benefícios são apropriados, várias de suas regras ou normas são transgredidas ou burladas, mas a referência é mantida.

[...] o Estado, com raras exceções, vê o crescimento periférico como um fenômeno 'residual' do processo de industrialização e urbanização, sem jamais considerá-lo como parte do processo de produção de espaço, isentando-se assim de apresentar propostas de intervenção para incorporar a 'cidade real' na 'cidade legal'.

O arquiteto e urbanista Villaça (1999, p. 171) escreve que “A história do planejamento urbano no Brasil está sendo objeto de atenção por parte de vários pesquisadores e só pode ser fruto de trabalho coletivo e de várias pesquisas”.

Com base nas citações acima, é possível depreender a condição mais importante à promoção de um planejamento urbano mais eficaz: a participação de toda a coletividade em que não haja discriminação ou diferenciação de qualquer segmento partícipe da comunidade. O Estado, os pesquisadores, os técnicos, a população economicamente estabilizada e as comunidades periféricas tem de agir conjuntamente, cada parte com suas especificidades mas com a mesma importância no sentido de exposição de suas peculiaridades e o conjunto trabalhando no sentido de tornar a cidade um organismo que atue ordenado e socialmente justo.

Wilheim (2008, p. 54) questiona a o planejamento urbano ao expressar uma dúvida:

Seria tudo inútil? É o planejamento inviável ou mesmo supérfluo? O sonho utópico de todo planejador deveria ser a inexistência do planejador. Neste sonho, todos os cidadãos, ao perseguirem espontaneamente seus projetos de vida individuais, não estariam conflitando nem com projetos alheios nem com interesses coletivos. Em um mundo assim, não haveria necessidade de um planejador dizer a outros cidadãos o que convém ser feito.

Mas a realidade é menos utópica; e o planejador talvez possa ainda contribuir ao desenvolvimento da sociedade; não criando mecanismos eficientes para frear ou controlar, e sim propondo instrumentos para conhecer, estimular e induzir constantemente os cidadãos e as organizações a transformar suas vidas e sua ação.

Através desta citação pode ser melhor esclarecida a proposição deste trabalho no sentido de contextualizar o pensar, planejar e gerir a cidade. Este esclarecimento pode ser

extraído da conclusão do autor, após uma breve dúvida sobre a validade do planejamento urbano, ao escrever que existe uma possibilidade de planejamento que, ao invés de criar os “mecanismos” de uma maneira técnica, busque o conhecimento, estimule os cidadãos não somente a pensar, mas principalmente a agir em direção à busca por uma vida melhor qualificada.

Souza, Marcelo (2011, p. 15), a exemplo de Wilhelm, questiona a validade do planejamento em seus moldes tradicionais

o fracasso do planejamento convencional em proporcionar melhores condições de vida, sob o ângulo da justiça social, não significa que o planejamento deva ser negligenciado, mas sim que alternativas estratégicas precisam ser apresentadas.

Parece razoável imaginar, pela leitura das citações anteriores que o processo de planejar a cidade não se define por uma questão pura e simplesmente técnica, pensada em grupos isolados da realidade urbana, mesmo que pretensamente conheçam as carências das populações. Este processo deve ser conceituado como um pensar a disposição e funcionamento da urbe através de um olhar de quem a vivencia e, mais importante, daqueles grupos que simplesmente a habitam sem que suas necessidades sejam levadas em consideração.

Não é correto imaginar que este sistema prescindia de um grupo técnico e mais, multidisciplinar, mas é imprescindível a oitiva das cidades que existem na cidade, parafraseando o título da obra “As cidades da cidade”, citada neste trabalho. Neste mesmo sentido, também se mostram válidas as palavras de Souza, Marcelo (2006, p. 33) ao mencionar que

os instrumentos de planejamento (urbano ou qualquer outro) e as rotinas de gestão (idem), por mais relevantes e criativos que sejam, só adquirem plena legitimidade ao terem sua operacionalização e a sua implementação debatidas, deliberadas e monitoradas pelos cidadãos.

O pensar o urbanismo deve ser contínuo, constituindo-se assim em um processo cíclico e que não objetive a uma conclusão. A cidade que, em última análise, deve se constituir em um espaço homogêneo quando analisada sob o aspecto de dignidade de vida de seus habitantes, deve então, através de seu desenvolvimento, sempre buscar uma organização que permita a transformação social para que se alcance esta homogeneidade.

Para Souza, Marcelo (2011), o planejamento urbano deve visualizar o desenvolvimento sócio-espacial de uma maneira bastante ampla e não apenas vinculada, como é comum se pensar, ao desenvolvimento econômico. E assim postula (2011, p. 60/61) que

o desenvolvimento é entendido como uma *mudança social positiva*. [...] pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma *melhoria da qualidade de vida* e um *aumento da justiça social*. [grifos do autor]

Pela citação acima, resta claro que o autor vincula o desenvolvimento urbano a dois objetivos necessários: a melhoria nas condições de vida e a obtenção da justiça social. E, ainda segundo suas palavras, “o desenvolvimento urbano [...] é o *objetivo fundamental* do planejamento e da gestão urbanas”. [grifo do autor]

Através destes apoios referenciais é possível a proposição de que o planejamento urbano não deva ser definido apenas como uma metodologia imune à qualquer condição externa e nem mesmo que seja aceitado como um processo puramente técnico e burocrático. Sua intenção deve ser a de promotor do desenvolvimento da cidade em suas estruturas, eventualmente em sua morfologia, mas sempre levando em conta o mais importante, a busca por uma maior qualificação da sociedade que a habita.

## 2.4 Da cidadania

A concepção de cidadania se origina da *polis* grega simultaneamente ao conceito de Cidade-Estado. Em verdade, a Grécia, tida como berço da civilização ocidental, deu origem a muitas das práticas civilizatórias, notadamente as políticas e sociais, que são parte do cotidiano da vida moderna. Desta forma, não parece fora de propósito tomar as palavras de um de seus grandes pensadores para uma definição de cidadania, mesmo que tais palavras beírem o poético. Assim, de acordo com Aristóteles (1985, p. 82):

[...] o cidadão, como o marinheiro, é de certo modo um parceiro numa comunidade; embora cada marinheiro tenha funções diferentes (um é remador, outro é timoneiro, outro é vigia de proa e outros têm igualmente outras designações especiais, e portanto a definição mais exata de sua excelência deva ser claramente específica de cada um, terá de haver uma definição de excelência igualmente aplicável a todos eles. De fato, a segurança da navegação é a preocupação de todos eles, porquanto este é o objetivo de cada marinheiro. Da mesma forma. Um cidadão difere do outro, mas a preocupação de todos é a segurança de sua comunidade; esta comunidade é estabelecida graças à constituição, e conseqüentemente a bondade de um cidadão deve relacionar-se necessariamente com a constituição da cidade à qual ele pertence.

Mesmo que as palavras de Aristóteles já tenham percorrido um enorme período histórico, suas inferências são tão atuais como se fossem escritas na contemporaneidade.

Embora a aparente irrefutabilidade da citação clássica, a questão cidadania suscita, ao longo do tempo histórico algumas divergências, como o anotado por Gomes (2012, p. 141) ao descrever que “A cidadania não é uma característica universal ou permanente na história das sociedades. Cada momento a definiu de maneira diversa, e cada forma concreta se revestiu de manifestações próprias.

Esta diversidade explicitada na interpretação de Gomes não invalida a proposição mais generalizada de Aristóteles, apesar de ser necessária a lembrança de que, mesmo na Grécia clássica, nem todos os moradores fossem considerados cidadãos já que desta situação eram excluídas as mulheres, os escravos e os estrangeiros, a condição de cidadania permitia e até exigia destes atores uma participação solidária na discussão e soluções dos problemas em relação às suas intra-relações sociais e, principalmente, em relação ao desenvolvimento da cidade de uma forma integral.

Em contraponto no estilo mas em consonância com a ideia, foram colhidas de uma obra que embora se dirija preferencialmente a um público jovem, algumas colocações que parecem importantes pela sua aparente simplicidade mas principalmente pela profundidade implícita na sua elaboração. A obra “Cidadão de papel”, não tão recente mas nem por isso menos importante, se originou de uma palestra de seu autor para um público de crianças e adolescentes com a finalidade de discutir a questão da cidadania.

Dentre outras passagens foram colhidas em Dimenstein (1993, p. 7) as seguintes passagens:

A descoberta das engrenagens é a descoberta do desemprego, da falta de escola, da inflação, da migração, da desnutrição, do desrespeito sistemático aos direitos humanos. Com essa comparação, vamos observar como é a cidadania brasileira, que é garantida nos papéis, mas não existe de verdade. É a *cidadania de papel*”. [grifo do autor]

Parece bastante clara a condição de cidadania de papel adotada pelo autor. As leis defendem a ideia de uma participação cidadã, a realidade social mostra que esta é uma pseudo-cidadania. Em outra menção do mesmo texto, Dimenstein (1993, p. 13), evidencia a relação dos direitos individuais com a cidadania ao mencionar que esta pode se definir

[como o] Direito de ter direitos.

Está aí a importância de saber direito o que é cidadania. É uma palavra usada todos os dias e tem vários sentidos. Mas hoje significa, em essência, o direito de viver decentemente.

Cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la. É poder votar em quem quiser sem constrangimento. [...] É o direito de ser negro sem ser discriminado, de praticar uma religião sem ser perseguido.

O mesmo autor, ao longo de sua dissertação (1993, p. 14) lembra que “O direito de ter direitos é uma conquista da humanidade” e a consolidação desta conquista seria capaz de transformar o homem em cidadão.

Ao se analisar as diversas populações que coabitam uma cidade, não é difícil concordar com a postulação de Magnani (2012, p. 257/258) ao colocar que

[...] os moradores propriamente ditos – que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos e divergências constituem o elemento que dá de fato vida à metrópole – não aparecem e, quando o fazem, é de forma passiva: os excluídos, os espoliados. [...]

A incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar ‘competente’, que decide o que é certo e errado, e para além da perspectiva e interesses do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo.

Em uma outra proposição, transcrita por diferentes palavras mas que mantém uma similaridade com os conceitos anteriores em relação à possibilidade de conquista do ideal de uma vida cidadã, Souza, Marcelo (2011, p. 14) enuncia que

Cidadãos livres que, para serem de fato livres, não podem alienar seu direito de serem os agentes responsáveis pela deliberação e aprovação dos conteúdos essenciais do planejamento e da gestão de seus espaços e de suas vidas.

Conjugando as palavras de Dimenstein com a situação anterior percebe-se que para a obtenção e manutenção da cidadania há que ser preservada a qualquer custo a condição conquistada pela sociedade em relação ao uso de seus direitos e que tais direitos não devam ser transferidos para agentes exteriores com a finalidade de tomada de decisões em nome dos cidadãos. É necessário observar que, em um sistema de democracia representativa, há que ser feita esta delegação, mas de maneira que se mantenha preservada a voz de quem a delegou, e isto só é possível na medida em que os detentores desta delegação não sejam apenas representantes políticos mas sim representantes da sociedade.

A questão cidadania não se constitui de uma condição completamente definida e nem ao menos igualitária. Esta assertiva pode ser fundamentada nas palavras de Saltini (2014) ao discorrer que

No Brasil a cidadania é um conceito em construção pela negação aos direitos básicos a maioria da população. Desde o período colonial com a escravidão, passando pela República velha com as eleições a bico de pena e o voto de cabresto ser cidadão significou ter poder econômico (com especialistas em fraudar as eleições e a compra do voto era rotina). Essa herança do coronelismo de norte a sul do Brasil ainda hoje traz reflexos para as condições atuais de democracia fruto do controle político de clãs e na luta por justiça social. Nesse sentido, vale destacar a confluência público-privado dos interesses dominantes pelas relações patrimonialistas e de cordialidade da sociedade brasileira que mantém o “mito da democracia racial” (em que não há preconceito e discriminação explícita enquanto cada um se mantém em seu devido lugar), mas ao mesmo tempo nega-se cotidianamente o acesso à existência digna a todos: ricos, pobres, pretos e brancos) representada na cidadania de papel distante da realidade social do povo pelo Estado de Direito.

[...]

Não podemos esquecer, no entanto, que a luta dos movimentos sociais por moradia, educação, saúde sempre existiu, mas não se dá o valor devido quando não interessa aos poderosos. É como se a cidadania como direito de participação do povo fosse restrita ao direito de votar e ser votado. E ser cidadão significasse escolher líderes distantes das periferias e da realidade social dessas pessoas. E, portanto, escolher representantes “aos olhos dos poderosos” ideais a satisfação de interesses casuísticos e não da maioria excluída.

Pelas citações anteriores pode-se inferir que a condição de cidadania não define qualquer habitante da cidade, mas sim aos que possuem liberdade de mobilidade, acesso à condições dignas de habitação, de utilização de serviços de saúde e educação, sem que lhes seja anteposto qualquer impedimento. Em apoio a este pensamento, Oliveira (2013) descreve a cidadania ao fazer um estudo a respeito da proposição de Lefebvre quando este menciona que a cidadania não se resume no direito à cidade mas sim a outros seis direitos incondicionais: os direitos à informação, à expressão, à cultura, à identidade na diferença (e na igualdade), à autogestão e aos serviços.

Ao buscar a base teórica da dualidade dos espaços de Milton Santos como condição necessária para a formação do cidadão, pode-se perceber que cidadãos são apenas uma parte da população urbana, a exclusão proposta pelas cidades possibilitou o nascimento do não-cidadão.

Dentro deste mesmo quadro de possibilidades de uns em relação à segregação de outros, tornam-se interessantes as colocações sobre igualdade/desigualdade e inclusão/exclusão mostradas por Santos, Boaventura (2010, p. 279/280):

A desigualdade e a exclusão têm na modernidade ocidental um significado totalmente distinto do que tiveram nas sociedades do antigo regime. Pela primeira vez na história, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios

emancipatórios da vida social. A desigualdade e a exclusão têm, pois, de ser justificadas como exceções ou incidentes de um processo societal que lhes não reconhece legitimidade, em princípio. E, perante elas, a única política social legítima é a que define os meios para minimizar uma e outra.

[...]

A desigualdade e a exclusão são dois sistemas de pertença hierarquizada. [...] A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está em baixo está dentro e sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico mas dominado pelo princípio da segregação: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo, está fora.

A leitura das citações demonstra uma diferença marcante entre desigualdade e exclusão. Enquanto a desigualdade induz a uma intenção de interesses políticos e econômicos, a exclusão se vincula a fatores sociais. Os desiguais podem ser úteis ao sistema produtivo e, neste caso, são considerados como pertinentes a ele, conseqüentemente não estão segregados embora sua cidadania seja relativa e eventualmente temporária. Os excluídos não interessam ao sistema, não o alimentam, são habitantes, não cidadãos.

O historiador Pechman (2008, p. 15), no artigo “A cidade dilacerada” inserido na obra “Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano” escreve que

No Brasil o urbanismo produziu a cidade, mas não o cidadão! O cidadão em nosso país não é sempre cidadão. Por isso, mesmo sendo a cidade o lugar onde o pacto social é estabelecido – esta não absorveu todos os grupos que dela fazem o seu viver”.

Em sequência (2008, p. 216) descreve uma “... cidadanização sem cidadania”, ou seja, trabalha com conceitos que, em uma visualização rápida poderiam até parecer próximos, mas que na realidade conseguem traduzir todo um processo de exclusão social.

Para que se vislumbre a reversão deste processo de exclusão torna-se necessária a percepção de como se poderá praticar esta transformação. Neste sentido, tomando-se as palavras de Edler (2015, p. 75),

Trata-se da busca de amadurecimento dos cidadãos, em seu sentido mais profundo, da ‘despaternalização’ deliberada, da retomada do poder de decisão e execução das medidas que solucionem os conflitos sem a necessidade de intervenção constante de um ‘Estado-pai’ homogeneizador e incapaz de entender a importância da diversidade.

De certa maneira em complementação à esta citação podem ser utilizadas as palavras de Souza, Marcelo (2011, p. 14) ao escrever que

Cidadãos livres que, para serem de fato livres, não podem alienar seu direito de serem os agentes responsáveis pela deliberação e aprovação dos conteúdos essenciais do planejamento e da gestão de seus espaços e de suas vidas.

Em outras palavras, mesmo havendo algum grau de controle dos sujeitos pelas instituições, devem se originar deles próprios o pensamento e as necessárias ações para alternarem sua condição de excluídos para a de incluídos, da condição de cidadãos para a de cidadãos e, novamente na concepção de Milton Santos, de habitantes simplesmente geográficos para habitantes realmente sociais.

## **2.5 Da qualidade de vida**

É sabido que, ao se tratar de qualidade de vida, seja preciso visualizar um amplo espectro de condições sociais, econômicas e psicológicas. Neste ponto torna-se necessário o esclarecimento de que, para efeito deste trabalho, o olhar foi direcionado às condições sociais mais básicas de uma parcela da população urbana da cidade de Cruz Alta.

A pesquisa, que se desenvolveu de forma solidária com os integrantes da comunidade em estudo, visou como finalidade principal a possibilidade de repensar junto à esta população alternativas de um planejamento urbano desenvolvido de forma comunitária e que possa trazer a satisfação de suas necessidades mais elementares, partindo-se da premissa de que, mesmo considerando a extensão do fato qualidade de vida, a obtenção destas possibilidades iniciais poderá proporcionar a melhora gradual de outros anseios ao longo do tempo.

Santos, Luís e Martins (2002) escrevem, em concordância com outros autores, que qualidade de vida é um conceito bastante amplo do qual fazem parte e estão inter-relacionadas diversas variáveis. Os autores, no entanto, se permitem uma divisão em três diferentes enfoques para a delimitação do tema: uma primeira visão diz respeito à “distinção entre os aspectos materiais e imateriais da qualidade de vida” e se referem aos aspectos materiais como sendo as necessidades humanas básicas que são, no seu entender, condições físicas e infra-estruturais como “as condições de habitação, de abastecimento de água, [e o] sistema de saúde”. Um segundo enfoque se relaciona à condições individuais - econômicas, familiares e relações pessoais dos indivíduos – e coletivas – acesso aos serviços básicos e públicos e uma terceira classe de delimitação se constituindo de aspectos subjetivos que, segundo os autores, se representam pela percepção que os próprios indivíduos tem a respeito do tema qualidade de vida, que difere entre as pessoas e entre diferentes estratos sociais.

Para Vitte (2009, p. 91)

O conceito de qualidade de vida guarda relação com a satisfação das necessidades humanas e numerosos estudos fazem esta vinculação. Algumas das necessidades humanas se transformam com o tempo, mas as necessidades básicas, ou fundamentais,

são as mesmas em todas as culturas e em qualquer período histórico, porque são afeitas à condição humana.

A amplitude do conceito pode ser justificada também através de Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 14) ao mencionarem que

O universo de conhecimento em qualidade de vida se expressa como uma área multidisciplinar de conhecimento que engloba além de diversas formas de ciência e conhecimento popular, conceitos que permeiam a vida das pessoas como um todo.

Já na apresentação da obra acima citada (2012, p. 7), esta multidisciplinaridade é exposta pelas palavras de Luiz Gonzaga Godoi Trigo ao explicar que

Cada vez mais se fala sobre qualidade de vida. É uma concepção que envolve parâmetros das áreas de saúde, arquitetura, urbanismo, lazer, gastronomia, esportes, educação, meio ambiente, segurança pública e privada, entretenimento, novas tecnologias e tudo o que se relacione com o ser humano, sua cultura e meio.

A enorme implicação induzida pelo conceito de qualidade de vida, demandaria não um, mas vários estudos para sua abrangência. Esta dissertação procurou a discussão de suas características mais básicas, a habitação, o acesso à saúde e à educação, condições estas, segundo o pensamento deste autor, mais necessárias e ponto de partida para a construção da completude do processo de qualificação de vida.

Mesmo que aceitando a complexidade descrita por Souza, Marcelo (2011, p. 62) ao dizer que “No que tange à melhoria de qualidade de vida, ela corresponde à crescente satisfação das necessidades – tanto básicas quanto não básicas, tanto materiais quanto imateriais – de uma parcela cada vez maior da população” a delimitação proposta para este trabalho em relação aos pontos de análise pode ser apoiada pelas palavras de Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 15) ao se referirem às definições amplas e, no caso deste estudo, restritas. Em sua descrição

A compreensão sobre qualidade de vida lida com inúmeros campos do conhecimento humano biológico, social, político, econômico, médico, entre outros, numa constante inter-relação. Por ser uma área de pesquisa recente, encontra-se em processo de afirmação de fronteiras e conceitos; por isso, definições sobre o termo são comuns, mas nem sempre concordantes. Outro problema de ordem semântica em relação à qualidade de vida é que suas definições podem tanto ser amplas, tentando abarcar os inúmeros fatores que exercem influência, como restritas, delimitando alguma área específica.

Para efeitos e contexto deste trabalho, pode se resumir o conceito procurado nas citação de Wilhelm (2008, p. 149), ao determinar uma distinção primária entre os fatores que definem a qualidade de vida nestas palavras:

[...] o setor dos fatores mínimos e determinantes; tratam-se de condições básicas de QV<sup>4</sup> e a partir de cujo atendimento se estabelece a *região de oportunidades* do indivíduo. São a tal ponto básicas que não as consideramos como mera demanda a atender e sim como *direitos mínimos* do cidadão.

Desta forma, a pesquisa não tentou menosprezar quaisquer das características indicativas da condição de qualidade de vida, mas esta redução de parâmetros de análise foi construída mais simplificada na crença de que a atenção às necessidades mais básicas, mencionadas anteriormente, se constitua no fato gerador para o melhoramento de outras características mais subjetivas no sentido de uma vivência em melhores condições.

---

<sup>4</sup> Qualidade de vida

### **3 UMA BREVE HISTÓRIA DA EXCLUSÃO SOCIAL EM PARALELO À EVOLUÇÃO DAS CIDADES**

Na procura pela consecução dos objetivos propostos pela pesquisa que originou esta dissertação, procedeu-se a uma verificação do referencial bibliográfico que proporcionasse uma visão geral a respeito da constituição das cidades, não com um aprofundamento histórico mas sim na busca de indicadores de segmentações urbanas, as quais representaram o direcionamento do trabalho. O entendimento destes fatos reveste-se de grande importância assim como a tela se mostra não só importante mas necessária como suporte à obra pictórica que nela será sobreposta.

O objetivo crucial da pesquisa teve como protagonista o homem em sua relação com a dualidade cidade/urbanismo, o homem que a habita, que a vivencia, que faz da urbe, o substrato para inscrever sua história pessoal e coletiva, suas angústias, suas carências, suas vitórias, enfim, sua vida.

Neste momento, ao se falar no homem em sua relação com a cidade, está se fazendo uma referência pontual e objetiva, como é objetiva e destituída de leitura a aposição da tinta na tela, mas não está sendo buscada, ainda, a significação ou subjetividade da composição das tintas que permitirá a leitura de uma complexidade inexistente na tinta e na tela, assim como no homem e na cidade.

Como mencionado na conceituação inicial, a cidade só existe em sua complexidade a partir da utilização que dela fazem os seus componentes vivos e é só a partir deste aglomerado de funções e mobilidades que podemos entendê-la. Para absorver a cidade é necessária a observação de suas inter e intra-relações, esta compreensão não é possível apenas através de descrições pictográficas ou estatísticas.

Mesmo que se busque nos primórdios das civilizações, na origem da organização das populações, ainda que haja uma enorme diferença de escala entre aquelas longínquas povoações e as cidades modernas, a maneira de entendê-las permanece imutável e para isso se faz necessária a visão de seus movimentos internos.

### 3.1 A gênese e evolução das exclusões sociais urbanas

Na busca de uma síntese para a história das transformações sociais urbanas tornou-se necessária uma breve verificação da formação e evolução das cidades. Verifica-se que, em um primeiro momento as proto-cidades se constituíram de simples agrupamentos humanos que, conjuntamente, compartilhavam de um espaço de abrigo, de defesa e de acesso à sua subsistência mais elementar e que se constituíram a partir do momento em que o homem abandonou seu nomadismo para se afixar em um território.

Sobre este período Benevolo (2005, p. 13) escreve que

Mal podemos imaginar de maneira aproximada o mundo em que viveram, por dezenas de milhares de gerações, os homens paleolíticos. O ambiente construído não passava de uma modificação superficial do ambiente natural, imenso e hostil, no qual o homem começou a mover-se: o abrigo era uma cavidade natural ou um refúgio de peles sobre uma estrutura simples de madeira.

Em outras palavras, o modo de vida das populações nos princípios de sua organização de maneira mais comunitária é descrita por Mumford (1998, p. 11) ao comentar que

Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e, antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais.

As citações anteriores não descrevem uma real origem para as cidades mas sim uma propensão das coletividades em busca de uma melhor e mais segura condição de vida. A cidade primitiva, segundo Rolnik (2004, p. 8)

nasce com o processo de sedentarização e seu aparecimento delimita uma nova relação homem/natureza: para fixar-se em um ponto para plantar é preciso garantir o domínio permanente de um território. Imbricada portanto com a natureza da cidade está a organização da vida social e conseqüentemente a necessidade de gestão da produção coletiva. Indissociável à existência material da cidade está sua existência política.

Ao se fazer um grande salto cronológico do período paleolítico para o neolítico, permissível em razão da extensão de cada uma das eras proto-históricas, pode-se buscar em Benevolo (2005, p. 16) a observação de que

O ambiente das sociedades neolíticas não é apenas um abrigo na natureza, mas um fragmento de natureza transformado segundo um projeto humano: compreende os terrenos cultivados para produzir, e não apenas para apropriar do alimento; os abrigos dos homens e dos animais domésticos; os depósitos de alimento produzido para uma

estação inteira ou para um período mais longo; os utensílios para o cultivo, a criação, a defesa, a ornamentação e o culto.

Após a apropriação do território, a evolução dos ainda agrupamentos, mesmo que já apresentando um certo grau de organização, fica demonstrada por Rolnik (2004, p. 16) ao expressar que

A cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho, se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato.

O excedente é, ao mesmo tempo, a possibilidade de existência da cidade – na medida em que seus moradores são consumidores e não produtores agrícolas – e seu resultado – na medida em que é a partir da cidade que a produção agrícola é impulsionada.

Neste momento, o embrião da vida social começa a tomar forma principalmente em função do início de atividades diferenciadas de maneira a proporcionar o funcionamento daquelas comunidades e, simultaneamente à diversificação das atividades, ocorre o início da organização social no sentido de que surge a necessidade de segmentação da mão-de-obra encarregada de cada uma destas atividades. Esta proposição não deve indicar necessariamente uma segregação social, mas sim uma segmentação no trabalho dos indivíduos a fim de que se obtivesse um funcionamento mais racional do conjunto humano que compunha o agrupamento, agora já uma aldeia.

Uma primeira percepção da segregação funcional no seio das comunidades e a consequente evolução da vila para a cidade surge, no dizer de Benevolo (2005, p. 23-25) quando

A cidade – local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede da autoridade – nasce da aldeia, mas não é apenas uma aldeia que cresceu. Ela se forma, como pudemos ver, quando as indústrias [incipientes] e os serviços já não são mais executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não têm esta obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto total.

Nasce, assim, o contraste entre dois grupos sociais, dominantes e subalternos: mas, entretanto, as indústrias e os serviços já podem se desenvolver através da especialização, e a produção agrícola pode crescer utilizando estes serviços e estes instrumentos. A sociedade se torna capaz de evoluir e de projetar sua evolução.

[...]

A cidade, centro motor desta evolução, não só é maior que a aldeia, mas se transforma com uma velocidade muito superior. Ela assinala o tempo da nova história civil: as lentas transformações do campo (onde é produzido o excedente) documentam as estruturas mais raras da estrutura econômica; as rápidas transformações da cidade (onde é distribuído o excedente) mostram, ao contrário, as mudanças muito mais profundas da composição e das atividades da classe dominante, que influem sobre toda a sociedade. Tem início a aventura da ‘civilização’, que corrige continuamente as suas formas provisórias.

Este salto decisivo (a ‘revolução urbana’, como se chamou) começa – segundo a documentação atual – no vasto território quase plano, em forma de meia lua, entre os desertos da África e da Arábia e os montes que os encerram ao norte, do Mediterrâneo ao Golfo Pérsico.

A citação anterior, propositalmente longa, tem a intenção de melhor explicitar a evolução dos agrupamentos ainda um tanto desprovidos de uma organização social mais efetiva para os conjuntos humanos constituintes de uma cidade, segundo a modelação que ainda permanece nos tempos atuais, obviamente guardadas as proporções de escala, de técnicas e de tipos de produção, embora pareça importante salientar a presença das segregações que também permanecem nos dias correntes embora baseadas em características diferentes daquelas.

Em função de a finalidade deste trabalho não ter o foco na história da cidade, mas sim na busca pela origem das divisões, da segregação e, finalmente, da exclusão social nas cidades atuais, não parece pertinente buscar as características de cada etapa dos fatos urbanos, mas, com a intenção de atender ao seu objetivo, o da percepção da origem de segmentos urbanos socialmente isolados ou pouco atendidos pelas administrações públicas. Vale lembrar que praticamente todas as civilizações pretéritas, em suas configurações urbanas promoveram, pelos mais variados motivos, algum tipo de segregação social.

As civilizações ocidentais historicamente mais proeminentes, como a egípcia, a grega, a romana, as cidades do período medieval, da Revolução Industrial, até às fronteiras com as cidades modernas, não deixaram de apresentar as mesmas características de isolamento de grupos humanos, na maioria dos casos em função de relações de poder. As cidades atuais, vistas por este ângulo, não diferem das anteriores, o que normalmente difere é o tipo de dominação, agora mais voltada para as diferenças econômicas.

### **3.2 A constituição da cidade no Brasil**

Em respeito ao tema desta dissertação também se faz necessária uma revisão da construção da sociedade brasileira com um enfoque direcionado à sua disposição urbana. Não dizem respeito ao tema do trabalho os princípios históricos ou origem das cidades mas sim o processo de sua evolução.

Mesmo sendo evidente, vale a observação de que, em função da amplidão do território nacional, tanto em relação às suas dimensões quanto em relação às suas características históricas e regionais, a constituição das cidades ocorreu e ainda ocorre de uma maneira também bastante diversificada. Este trabalho, quando necessário, utilizou-se de aspectos pertinentes à região de inserção da comunidade estudada.

O crescimento da maioria das cidades foi muito influenciado pelo movimento da população rural em direção aos centros urbanos em função da mecanização da agricultura e consequente desemprego na área agrícola. Esta migração ocorreu pela percepção de uma maior

e possivelmente melhor possibilidade de trabalho, de melhores condições de habitação e acesso aos serviços básicos de saúde e educação que foram, em um primeiro momento, uma realidade.

Nesta linha de argumentação, usando das palavras de Campos Filho (2001, p. 29/30): “Na maioria das cidades latino-americanas, a oferta de empregos urbanos não se faz ao mesmo ritmo que a chegada dos migrantes, gerando os bairros de extrema miséria conhecidos por *barriadas*, *favelas*, *mocambos*, *cortiços* e *palafitas*.”

Com o passar do tempo e a expansão bastante rápida da população com essa origem comum acrescida às cidades, a possibilidade de atenção aos anseios destes novos moradores foi ficando cada vez mais dificultada já que a mão-de-obra originária do campo se encontrava de uma maneira geral desqualificada frente aos desafios do trabalho urbano.

A infraestrutura urbana de prestação de serviços básicos, tais como habitação, saúde, educação e saneamento se tornou rapidamente ineficaz diante dos novos números de demanda. O acréscimo populacional criou assim problemas gerenciais como exposto por Souza, Maria Adélia (1999, p. 113) no texto “O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente” ao escrever que

Refletir sobre a política urbana brasileira é uma tarefa intrigante e, sobretudo, necessária quando o país apresenta cerca de 80% da sua população urbanizada. É evidente que isto significa uma magnitude de necessidade de equipamento das cidades que não pode ser atendido de maneira espontânea, ao sabor de regulações que ignoram o espaço geográfico como instância a ser considerada na lida com o denominado *social*.

Desafortunadamente essa questão vem sendo insistentemente relegada ao segundo plano, ou tratada de maneira pouco apropriada pelo governo. A cidade é retalhada e o urbano equivocadamente conceituado. [grifo da autora]

Mesmo ressalvada a distância temporal em relação à época de sua lavratura, não parece haver muita diferença ao que se poderia escrever nos dias atuais. Embora passadas duas décadas em relação a esta proposição, de um lado as instituições, as administrações públicas não conseguiram por muitos motivos se adequarem às demandas das novas populações que se concentraram, muitas vezes de maneira ilegal, nas regiões periféricas das cidades por serem estas as regiões de menor valorização territorial e, de outro lado, as próprias populações que, em parte, acostumadas historicamente a um sistema paternalista, acomodam-se na espera que seus problemas sejam solucionados sem que seja necessária sua participação nos processos comunitários.

A despeito de uma possível acomodação das populações periféricas, faz-se necessária a atenção dos poderes instituídos para que a cidade cumpra com sua condição de funcionamento

como um todo estruturado e organizado. Mesmo que não seja possível uma uniformidade social há que se buscar por uma uniformidade cidadã. Campos Filho (2001, p. 47) em respeito a isso declara que

Atender ao direito mínimo do cidadão urbano, que é o de habitar com dignidade, está se tornando importante reivindicação política dos movimentos sociais urbanos. Isso significa ter o cidadão uma casa ou apartamento, ainda que singelo, com transporte para o trabalho e algum lazer, os serviços essenciais à saúde, como água potável, com a drenagem da água, tanto a insalubre como a destruidora de sua moradia (inundações), e os serviços essenciais à sua segurança, como ruas iluminadas e transitáveis o ano todo.

[...]

No entanto, o atendimento concreto das condições de vida que esses direitos deveriam assegurar nas cidades é dificultado enormemente pela forma como está organizado o seu espaço, especialmente devido à especulação com a terra.

Nesse sentido, com a visão voltada para o contexto brasileiro, campo de pesquisa do presente trabalho, torna-se necessária a percepção da situação das cidades no que tange às diferenças sociais existentes em suas configurações. Para isso, utilizando as palavras de Luciano Coutinho, na obra de Gonçalves (1995, p. 59),

O contexto urbano brasileiro continua marcado pela desigualdade social, pelas áreas de concentração da miséria e da exclusão. Os temas e problemas básicos (construção habitacional, saneamento, saúde e educação) continuam sendo dominantes. [...] é preciso estar atento para os efeitos e as sequelas que inevitavelmente virão a partir da aceleração das inovações tecnológicas. Pois o Brasil acumula uma herança histórica de desigualdade.

Ao se refletir sobre o fato cidade e suas segmentações, cabe ainda uma outra visão no sentido de elucidação das suas diferenciações internas, muitas vezes não percebidas a um olhar menos atento. Pode-se, com esta finalidade, extrair das palavras de Milton Santos citado na obra de Schmidt e Farret (1986, p. 20) as observações de que

Definitivamente confirmada como *locus* e condição necessária à acumulação, a cidade vai concentrando os reflexos do processo de desenvolvimento implantado. O resultado seria a polarização da estrutura urbana: de um lado, a ‘cidade legal’ de que fala Davidovich (1984), representada pela qualidade de seus serviços urbanos e ocupada pelas antigas classes dominantes e novos grupos ascendentes; de outro, a ‘cidade ilegal’, o ‘vale-tudo jurídico e urbanístico muito propício à expansão de favelas e loteamentos periféricos’. [grifos dos autores]

Schmidt e Farret (1986, p. 20) concluem a citação de Milton Santos com o posicionamento de que “No primeiro caso, os planos reguladores, a oferta de bens e serviços, a

‘limpeza’ social-urbana; no segundo, o déficit, a apropriação bruta para atender demandas que deveriam ser satisfeitas de qualquer modo”, e acrescentam, na mesma obra (1986, p. 31) que

Os problemas urbanos, dramatizados pela existência das cada vez mais numerosas favelas e outros desenvolvimentos negativos, haviam sido historicamente definidos como ‘fenômenos de transição’, típicos de certos estágios do progresso econômico.

Desta maneira se pode perceber que o processo de urbanização no Brasil não apresentou muitas variantes ao longo de sua história, tendo como diferença apenas o segmento da população estigmatizado, ora o negro escravo, ora o trabalhador braçal, ora o oriundo da área rural ou de migrações internas, muitos em função da necessidade de abandonarem áreas de assentamento ilegal para novas ocupações, normalmente também ilegais e outros tantos em função da especulação imobiliária que aos poucos vai alongando as fronteiras urbanas e com isso afastando cada vez mais as comunidades geograficamente marginais para locais cada vez menos dotados de condições razoáveis de uma vida digna.

### **3.3 As cidades marginais**

Santos, Boaventura (2010) discorre sobre a dualidade das relações de poder, entre aqueles que organizam, planejam, direcionam e os que cumprem. Nesta relação, o autor, ao evocar a figura da “não-existência”, que se configura no contingente dos que cumprem, descreve que existem muitas maneiras de “não existir” e detalha cinco delas: a lógica da monocultura e do rigor do saber; a lógica da monocultura do tempo linear; a lógica da classificação social; a lógica da escala dominante; e a lógica produtivista. Cada uma destas lógicas demonstra a separação dos grupos antes mencionados e, por consequência, evidencia a condição da “não-existência” colocada pelo autor.

No contexto deste trabalho, a não-existência pregada por Boaventura se aproxima muito da não-cidadania. O não-existir metafórico pode ser traduzido como não participar, não ter direito a ser ouvido, não integrar de fato a comunidade onde se insere, em outras palavras, representa a exclusão social do sujeito, portanto não cidadão mas simplesmente cidadão.

Para Santos, Boaventura (2010, p. 153),

A actual reorganização global da economia capitalista assenta, entre outras coisas, na produção contínua e persistente de uma diferença epistemológica, que não reconhece a existência, em pé de igualdade, de outros saberes, e que por isso se constitui, de facto, em hierarquia epistemológica, geradora de marginalizações, silenciamentos, exclusões ou liquidações de outros conhecimentos.

Desde o título da obra “A prisão e a ágora”, Souza, Marcelo (2006) busca uma comparação entre dois diferentes espaços: o primeiro remetendo ao lugar de privação da liberdade por excelência e o segundo trazendo à lembrança o espaço democrático das cidades da antiguidade grega, o espaço aberto onde a cidadania era expressa em sua melhor forma.

Usando ainda as palavras de Souza, Marcelo (2006, p. 17),

a imagem da prisão é particularmente cara [...] pela riqueza de alusões que permite: primeiramente, a própria cidade como ‘prisão’ – da auto-segregação, que é o auto-enclausuramento escapista dos ricos e da classe média em ‘condomínios exclusivos’, à segregação induzida dos pobres.

De uma maneira quase invariável, a alusão demonstrada na citação anterior é percebida nas cidades contemporâneas. As antigas separações funcionais hoje se demonstram de uma maneira bastante mais acentuada, transformaram-se em segregações e, mais, em exclusões de grandes grupos populacionais. A parte da comunidade que se situa em um patamar de poder econômico mais elevado cria um processo de exclusão de maneira inversa ao se proteger em suas ilhas de segurança tanto em relação às suas residências quanto aos seus locais de trabalho ou lazer.

Desta maneira, a exclusão é mútua, mesmo que de forma completamente diferente. Assim se constituem duas ou mais cidades em uma mesma área urbana, cada uma em seu nicho de maneira que uma não invada a privacidade da outra. Em consequência, a cidadania perde o seu sentido e surge daí o não-cidadão, o sujeito socialmente marginalizado.

Em reforço à esta explanação, surge, no texto de Santos, Boaventura (2010, p. 280/281), a afirmação de que “Se a desigualdade é um fenômeno sócio-econômico, a exclusão é sobretudo um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização”. Em decorrência da citação resta claro que acima do poder econômico, a não disposição de construção de uma sociedade mais equilibrada se fundamenta muito mais na cultura e nas tradições dos povos.

Milton Santos e Silveira (2012, p. 41) lembram que, no Brasil,

Os excedentes de população, cada ano mais numerosos, encontram um refúgio nas cidades. Isso explica um crescimento urbano superior a 10% anuais em vários centros regionais e de 6% nas grandes metrópoles, enquanto o número de empregados e subempregados aumenta num ritmo maior.

As periferias empobrecidas, por força da própria formação das cidades, originam as cidades marginais, dentro mas não integrantes das cidades nas quais se inserem. Campos Filho (2001, p. 29/30) observa esta realidade ao mencionar que “Na maioria das cidades latino-

americanas, a oferta de empregos urbanos não se faz ao mesmo ritmo que a chegada dos migrantes, gerando os bairros de extrema miséria conhecidos por *barriadas*, favelas, mocambos, cortiços e palafitas”.

Sobre estes apêndices urbanos, Sposito e Góes (2013, p. 3/4) descrevem que

[...] na história urbana contemporânea do Brasil, processos de produção do espaço baseados na segregação, cada vez mais extremos, intensos, visíveis e explícitos, sustentados por uma percepção crescente da insegurança, que não se baseia apenas na representação social da violência e dos *outros violentos*, mas envolve aspectos subjetivos relacionados às mudanças globais, ainda que expressos pela referência a problemas cotidianos.

Isso resulta recentemente numa ‘estética do medo’ e num ‘urbanismo do medo’, combinados a práticas longamente reproduzidas na História do Brasil, de discriminação dos pobres, sejam eles trabalhadores, sobretudo como presença necessária e incômoda no interior de *habitats* e outros espaços urbanos privatizados, ou não necessariamente trabalhadores, aos quais se destinam os espaços desvalorizados e abandonados da cidade, como ruas, praças e parques, além de bairros periféricos, tão distantes quanto possível do tecido urbano consolidado. [grifos das autoras]

Holston (2013, p. 22) ao desenvolver sua visão a respeito da formação de diferentes cidadanias, menciona de forma bastante contundente o caso do Brasil

como paradigmático de um tipo de cidadania que todas as nações desenvolveram em algum momento e que permanece entre os mais comuns: uma cidadania que administra as diferenças sociais legalizando-as de maneiras que legitimam e reproduzem a desigualdade. A cidadania brasileira se caracteriza, além disso, pela sobrevivência de seu regime de privilégios legalizados e desigualdades legitimadas.

Na continuidade de sua crítica em relação ao planejamento social urbano brasileiro, Holston (2013, p. 28) reforça seu pensamento a respeito da origem e propósitos da desigualdade que ocorre nas cidades ao escrever que a formação e organização histórica da cidadania no Brasil “gerou uma cidadania nacional que, desde o início, era universalmente incluída na incorporação e maciçamente desigual na distribuição”.

Para que se pudesse manter o desenvolvimento das cidades modernas, baseadas nos moldes capitalistas, Ribeiro (2012, p. 20) disserta que “Para viabilizar esta ‘modernização’ foi necessário realizar e manter uma estrutura de desigualdade com forte concentração da renda e da riqueza. [...] O produto deste modelo é a industrialização com a geração de uma ‘massa marginal’.”

Aqui se percebe uma estrutura cíclica, em que a concentração da renda e da riqueza resulta em uma concentração de poder que realimenta a concentração da renda e da riqueza que o sustentam.

Santos, Milton (1997, p. 22) também observa esta relação do desenvolvimento da cidade capitalista com a necessária segregação social. Em suas palavras

Quanto mais o processo produtivo é complexo, mais as forças materiais e intelectuais necessárias ao trabalho são desenvolvidas, e maiores são as cidades. Mas a proximidade física não elimina o distanciamento social, nem tampouco facilita os contatos humanos não-funcionais. A proximidade física é indispensável à reprodução da estrutura social. A crescente separação entre as classes agrava a distância social. Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros.

O espaço que, *para* o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, *por* esse mesmo processo produtivo, os separa” [grifos do autor].

Pela observação do conjunto das citações, pode ser inferido que a constituição das cidades socialmente periféricas, as cidades marginais, não são fatos que ocorram à margem da visão das instituições e, principalmente, do sistema econômico. Se, por um lado estas periferias são geradoras de problemas urbanos, por outro, elas são necessárias para a manutenção destas mesmas instituições que se apoiam nos detentores do poder econômico.

Em alusão ao embasamento referencial da presente dissertação, retomando as palavras de Milton Santos, agora em Milton Santos e Silveira (2012, p. 289) e em reforço ao conjunto de citações anteriores: “Cada momento da história tende a produzir sua ordem espacial, que associa a uma ordem econômica e a uma ordem social. É necessário entender sua realidade a partir de forças que, frequentemente, não são visíveis a olho nu”.

É importante notar que esta estruturação espacial muitas vezes não percebida a olho nu, não o seja por falta de visão, mas sim por mecanismos propositais que impedem esta visão.

Desta forma, não existe um genuíno interesse político na extinção das características excludentes destas comunidades, pois são elas que mantêm o sistema em funcionamento, são elas que dispõem de mão-de-obra disponível e a baixo custo a ser utilizada quando e se necessário. Assim, esperar que os poderes constituídos demonstrem interesse em um processo de inclusão destas periferias parece ser uma espera sem chances de ocorrer. Uma real inclusão só pode ser buscada no interior das próprias comunidades, através de seu pensar e, principalmente, de seu agir como coletividade.

## **4 O LUGAR E OS SUJEITOS DA PESQUISA**

Ao ser buscada a possibilidade de melhoramento na vida de uma comunidade socialmente periférica, a pesquisa que originou esta dissertação procurou, em uma área não só social mas também geograficamente periférica da cidade de Cruz Alta, a fonte para observação e coleta dos dados requeridos por sua proposição inicial.

Para a compreensão e contextualização destas fontes é necessária uma rápida visão das características do município e cidade de Cruz Alta, onde se localiza a comunidade estudada.

Sobre a condição de lugar, Santos, Milton (2006, p. 218), ao escrever sobre o espaço de vivência do homem cita “No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum”. Em seguimento, o autor (2006, p. 221) agora se referindo não só ao lugar mas também à população que o compartilha menciona que

Por serem ‘diferentes’, os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. É na esfera comunicacional que eles, diferentemente das classes ditas superiores são fortemente ativos.

Trata-se, para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer – carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação e de cidadania. Esse futuro é imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo Mundo e percebidas no lugar.

É este lugar tomado por cooperações e conflitos, carências e sonhos futuros que serviu de referência para o presente trabalho.

### **4.1 O município de Cruz Alta**

O município de Cruz Alta, segundo o IBGE (2015), possui uma área de 1.360,37 km<sup>2</sup> e, conforme o Censo de 2010, conta com uma população de 62.821 habitantes, sendo 60.594 residentes na área e 2.227 na área rural. Estes dados demonstram uma maioria, quase totalidade,

de população urbana em relação à rural. A densidade demográfica do município em relação ao Censo de 2010 era de 46,18 hab/km<sup>2</sup> e a estimativa da população para 2014, de 63.946 habitantes. Esta população se dividia, em 2010, em 29.743 homens e 33.078 mulheres.

Os dados de rendimentos, ainda levando em conta o Censo de 2010, indicam que mais da metade da população percebe um rendimento entre 1/2 a 2 salários mínimos e apresentam um rendimento nominal mediano mensal *per capita* de R\$ 555,00 e de R\$ 510,00 para os domicílios particulares permanentes da área urbana e da área rural respectivamente.

Em relação à educação, dados do IBGE (2015) relativos ao ano de 2012 indicam a existência de um total de 78 estabelecimentos de ensino com um número de 8.585 matrículas no Ensino Fundamental e 2.454 no Ensino Médio. A mesma fonte indica uma taxa de analfabetismo de 4,48% para pessoas com 15 anos ou mais.

No quesito habitação, o IBGE (2015) anota a quantidade de 21.259 domicílios particulares permanentes, sendo 20.519 na área urbana e 740 na área rural.

Na área de saúde, o município possui 56 estabelecimentos e, entre estes, 2 hospitais. Dados da FEE<sup>5</sup> (2015) indicam uma expectativa média de vida de 76,49 anos e um coeficiente de mortalidade infantil de 10,91 por mil nascidos vivos.

Segundo o PNUD<sup>6</sup> (2015), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010 (IDH 2010) foi de 0,75 apresentando um crescimento em relação aos anos de 1991 (0,559) e 2000 (0,679). O IDH, segundo o PNUD é uma medida bastante mais representativa de evolução a longo prazo de uma região já que envolve “três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde” e se constitui em um indicador mais abrangente do que “o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento”. [grifo da fonte]

#### **4.2 Evolução urbana de Cruz Alta**

O início do processo de assentamento populacional que originou a cidade de Cruz Alta ocorreu, como na maioria das cidades, de uma maneira orgânica e instintiva já que não houve um planejamento prévio para sua instituição. Em função deste tipo de ocupação do território, o

---

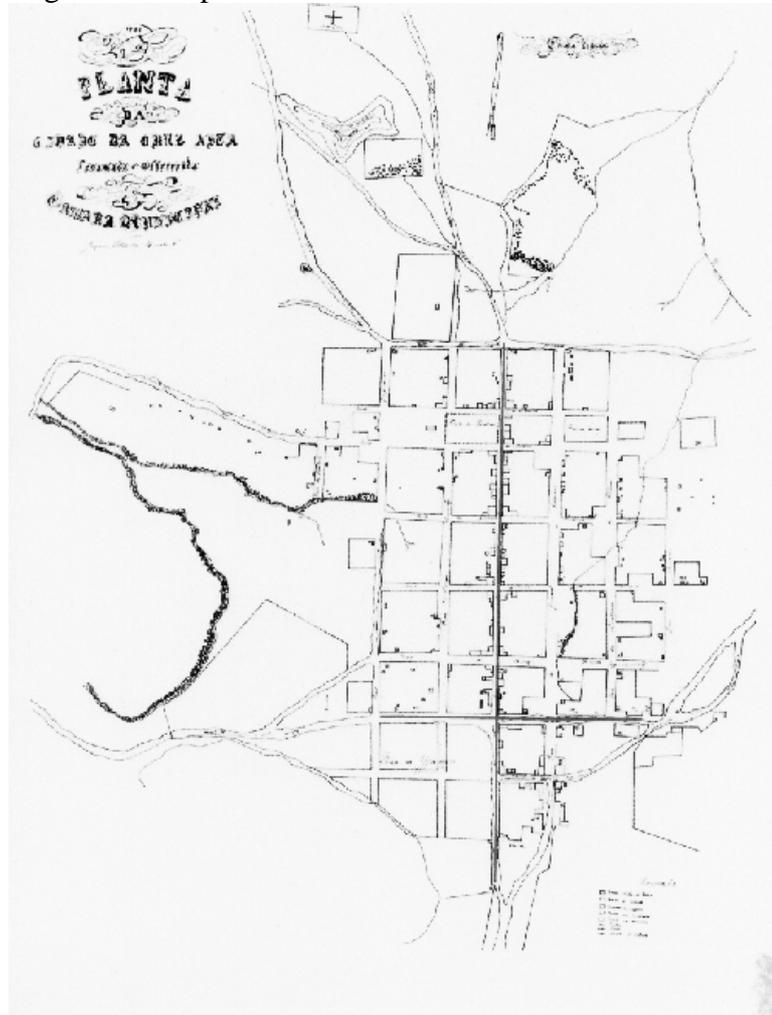
<sup>5</sup> Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul

<sup>6</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

crescimento morfológico e populacional desordenado, com o tempo deu origem à problemas relacionados à infra-estrutura que não acompanhou a ampliação da malha urbana.

Segundo Nogueira (2010), a observação da cartografia de 1881, representada na figura 1, demonstra que a malha urbana já se organizava com mais regularidade, dividindo-se em quarteirões e com a nítida presença de dois eixos viários principais: as atuais Rua Pinheiro Machado, na direção Norte/Sul, e a Avenida General Osório, no sentido Leste/Oeste. A autora ainda chama a atenção para o fato de a hidrografia ser um elemento balizador para o desenho da cidade.

Figura 1 – Mapa da área urbana de Cruz Alta/RS em 1881.

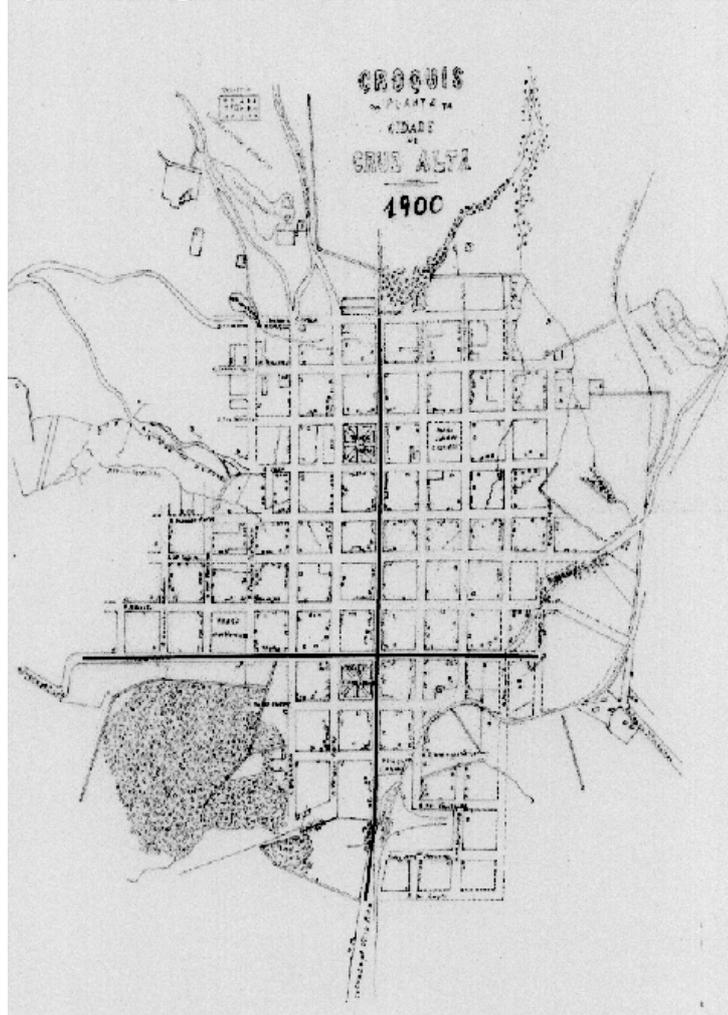


Fonte: Prefeitura Municipal de Cruz Alta, 2010.

Utilizando-se ainda da referência anterior, Nogueira (2010) aponta para a visualização, em mapa de 1900, da manutenção e maior destaque dos eixos viários

iniciais em relação à malha urbana já nitidamente ampliada como pode ser observado na figura 2.

Figura 2 – Mapa da área urbana de Cruz Alta/RS em 1900.

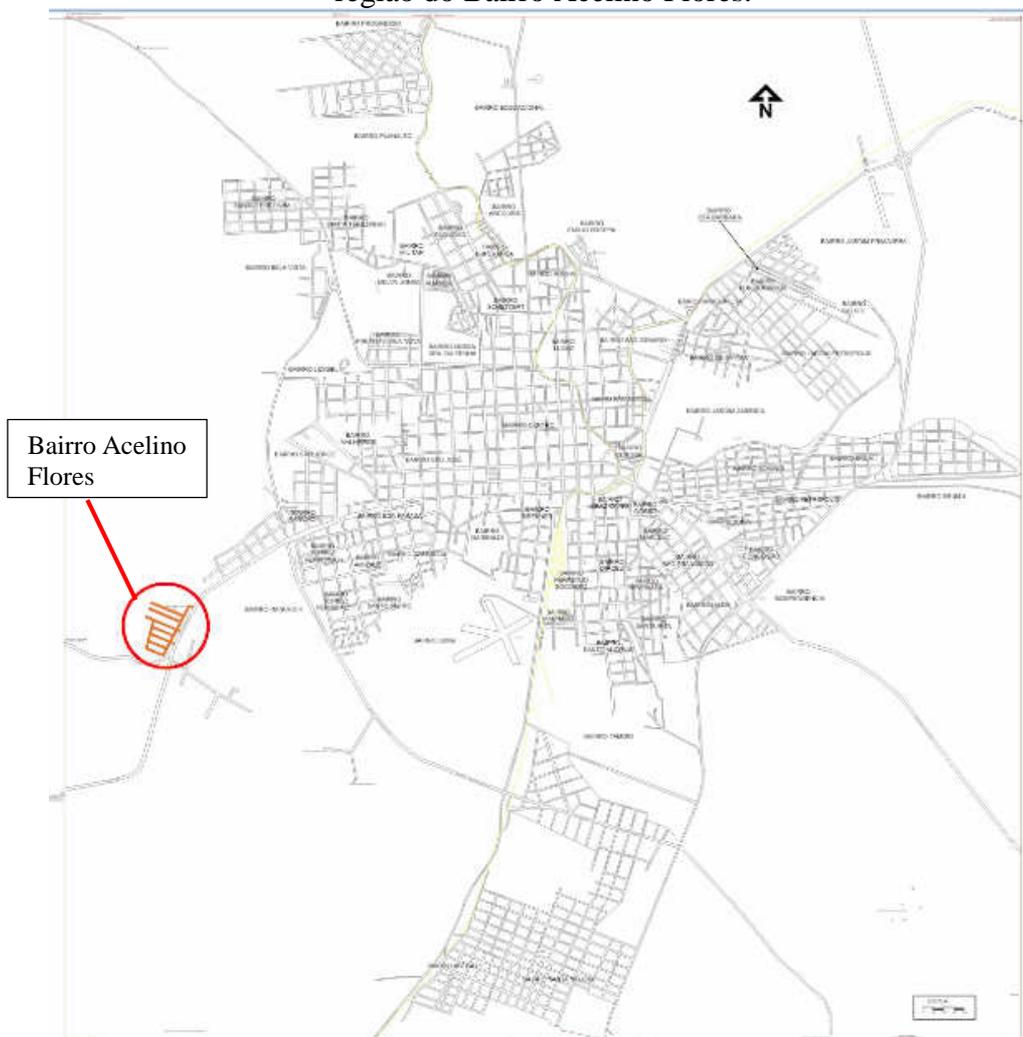


Fonte: Prefeitura Municipal de Cruz Alta, 2010.

A figura 3 mostra o traçado urbano no ano de 1960. A partir dela se pode perceber a conservação de uma malha regular nas regiões mais centralizadas, a ampliação dos eixos viários principais e a inclusão de acréscimos de áreas ao traçado urbano constituídos pelo surgimento de loteamentos periféricos.



Figura 4 – Mapa da área urbana de Cruz Alta/RS em 2000 destacando a região do Bairro Acelino Flores.



Fonte: Prefeitura Municipal de Cruz Alta, 2010.

A figura 5 mostra a cidade através de visão de satélite tomada em 2013. Como pode ser percebido em relação à representação anterior, não são muitas as diferenças no tocante à ampliação da malha urbana. Com esta imagem se pretende a observação da relação espacial do Bairro Acelino Flores, cujo perímetro está delimitado no extremo esquerdo da figura, com o conjunto da cidade.

Figura 5 – Vista de satélite da área urbana de Cruz Alta/RS em 2013.



Fonte: Google Earth, 2013.

### 4.3 O Bairro Acelino Flores

Como anteriormente exposto, a escolha desta comunidade se deu em função de já haver nela algum processo de inclusão social de parte da população através da associação organizada em torno do Projeto Profissão Catador. Embora alguma assistência em decorrência desta organização, o Bairro é composto de uma maneira geral por uma população relativamente empobrecida.

Uma pequena parcela dos moradores do Bairro vive basicamente da coleta e reciclagem do lixo aproveitável fazendo o seu repasse a intermediários que, por sua vez, o encaminham à indústria, são os catadores regularizados junto à Associação. Atualmente existem 19 catadores integrados ao Projeto.

Importante salientar que nem toda a população da região encontra-se integrada ao Projeto, havendo muitos habitantes locais que também trabalham com catação mas de forma autônoma ou sobrevivem de outras maneiras.

O fato de se tratar de uma região urbana carente levou a crer que, pelo menos parte desta população, que hoje se encontra integrada à Associação, já tenha passado por etapas socialmente mais enfraquecidas e o conhecimento desta transição permitiu a expectativa de que pudessem ser obtidas informações comparativas da vivência destes dois momentos, o que foi

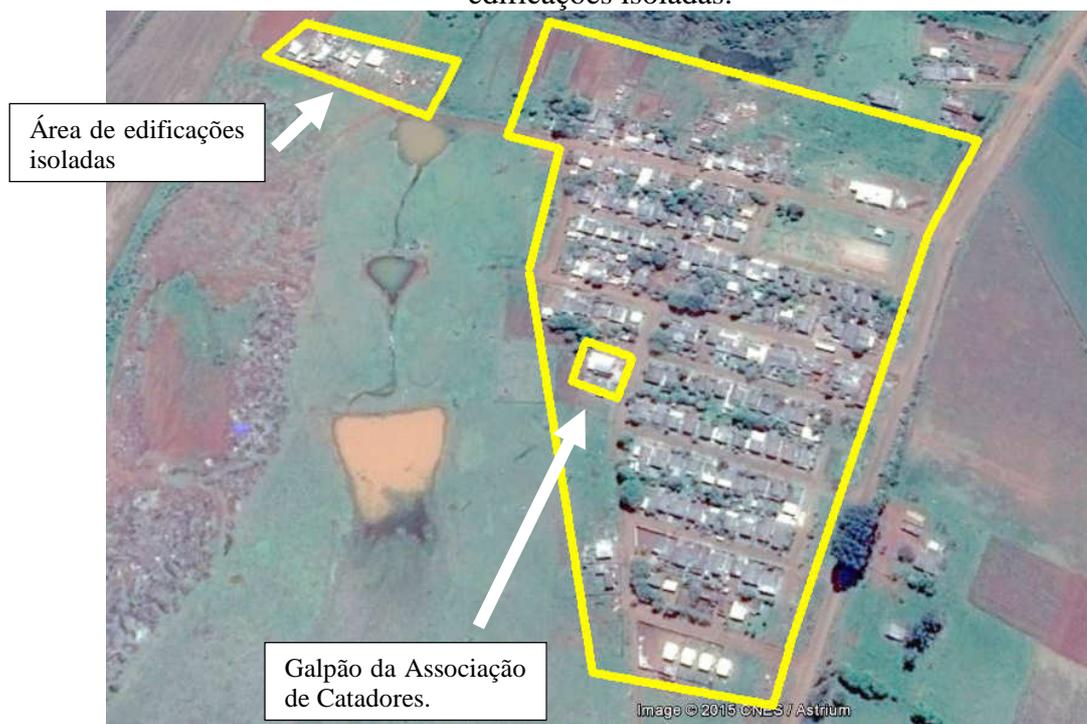
um auxílio bastante valioso na elaboração dos procurados indicadores de evolução na qualidade de vida e de inserção social, objetivos deste trabalho.

Da malha urbana de Cruz Alta constam 67 bairros, além da região central. O Bairro Acelino Flores, local de desenvolvimento deste trabalho, se localiza na extremidade Oeste do perímetro urbano, a uma distância de, aproximadamente, 4 quilômetros do centro da cidade e se posiciona na 54ª posição em relação aos bairros da cidade através do critério de número de habitantes.

O endereço na internet do Bairro (2014) descreve-o, segundo o Censo de 2010, com uma população de 480 pessoas representando 0,76% da população total do município. Desta população 244 são homens e 236 mulheres para uma quantidade de 151 domicílios dos quais 90,7% ou 137 imóveis são efetivamente habitados. Estes números remetem a uma média de 3,5 moradores por domicílio.

A figura 6 demarca o perímetro das áreas edificadas do Bairro. Por meio desta imagem pode ser percebida a implantação da área em um entorno de características predominantemente rurais. Na figura também está demarcada a posição do galpão da Associação de Catadores, no centro e à esquerda da área maior.

Figura 6 – Vista de satélite do Bairro Acelino Flores em 2013. Área principal com localização do galpão da Associação de Catadores e área de edificações isoladas.



Fonte: Google Earth, 2013.

O distanciamento sócio-espacial do Bairro em relação à malha urbana pode ser evidenciado pelo recorte “Moradores do Bairro Acelino Flores reivindicam melhorias na ponte” disponível na internet em Moradores do Bairro... (2015), onde se lê que

A ponte que liga o Bairro Acelino Flores, aos demais locais da cidade e as [sic] propriedades rurais, esta [sic] com problemas, pois é muito antiga e conta com rachaduras na sua estrutura. Além do ônibus que passa pelo local, que muitas vezes já teve problemas ao passar pela ponte, outros veículos pesados como caminhões no período de safra, também utilizam o local de passagem, como ressaltou em entrevista a [sic] Rádio Cruz Alta, o morador do Bairro Acelino Flores, Evandro Diniz. O morador chama a atenção das autoridades públicas, para o problema do local, ressaltando que a ponte corre o risco de cair, assim como em 1997.

Como resta perceptível do texto acima, o problema em relação à travessia da ponte que conduz ao Bairro é recorrente e, em relação a este fato torna-se necessário o conhecimento que esta ponte é a única opção de ligação da região com a malha urbana central. Em época de chuvas intensas, a travessia de veículos fica prejudicada e a travessia de pedestres, que pode ser feita por uma estrutura lateral, se torna quase que impraticável em razão do terreno de acesso à estrutura ser alagadiço muitas vezes impedindo a travessia e o deslocamento às escolas, unidades de saúde e locais de trabalho.

#### **4.4 O “Projeto Profissão Catador: entre o viver e o sobreviver do lixo”**

Faz pouco sentido a existência das cidades e mesmo o seu rearranjo estrutural através de planejamentos se estes não forem direcionados à sua organicidade, à sua funcionalidade, com a qualificação das condições de vida de todos os seus cidadãos, mormente aqueles que se acham mais distanciados de uma vida social mais plena e solidária. Há que se pensar, ao se propor uma melhor funcionalidade urbana, em seu funcionamento como uma engrenagem, ou como um organismo em que cada segmento contribua com sua parte para o bom funcionamento do todo.

Na publicação do BID<sup>7</sup> (2012, p. 61), versando sobre ações sociais intersetoriais para a inclusão e conseqüente desenvolvimento social, podemos ler que,

---

<sup>7</sup> Banco Interamericano de Desenvolvimento

À medida que os programas de urbanização de assentamentos precários se tornam mais integrados, maiores são as expectativas de que funcionem como 'portas de entrada' para políticas de inclusão social e redução da pobreza. A estratégia normalmente adotada é a inclusão, no programa, de ações de diversos setores sociais, tendo como foco ou ponto de irradiação o mesmo território onde ocorrem as intervenções físicas.

Com base nesta assertiva é que se argumenta a validação da proposta da presente pesquisa, ou seja, a atuação em setores menos desenvolvidos em relação aos níveis de inclusão social e renda a fim de proporcionar-lhes a reversão destas condições.

Uma atividade que vem desde há algum tempo se mostrando cada vez mais presente nas cidades se relaciona à catação do lixo urbano. Esta atividade de uma maneira geral era ou, em alguns lugares, é feita de uma maneira bastante informal. As pessoas envolvidas neste tipo de ação utilizam-na com a finalidade de auferir alguma renda para a manutenção de sua sobrevivência.

Não se está fazendo referência à população que busca, nos recipientes de colocação dos lixos, apenas alimentos que possam ser aproveitáveis para sua alimentação imediata, o que ocorre cotidianamente em centros urbanos de qualquer porte.

O público a que se está observando é aquele que busca a coleta de materiais passíveis de serem reutilizados, particularmente papéis, metais, plásticos e vidros que, ao serem vendidos, permitem um ganho monetário. Esta situação se constitui em um problema social em função de não proporcionar uma melhora nas condições de vida destas pessoas, conseguindo apenas uma amenização momentânea de suas condições de sobrevivência.

A observação desta situação contribuiu para alguns estudos e conseqüente elaboração de propostas de uma regularização da atividade de catação de forma a permitir a estes sujeitos uma valorização destas práticas. Estas propostas visaram a possibilidade de transformar uma simples função de busca pela sobrevivência em uma atividade coletiva que possibilitasse um novo meio de vida à esta população, na tentativa de elevação de suas condições de vivência.

Entre as propostas surgidas destas observações emergiu, na Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ, um programa desenvolvido através de uma prática de extensão universitária desenvolvida no ano de 2006 e mencionada na página eletrônica Projeto Profissão Catador

(2014) com o projeto de “Auto-Gestão para Geração de Trabalho e Renda com Catadores de Materiais Recicláveis – AGETREC”, com financiamento do CNPq<sup>8</sup> e vinculado ao MCTI<sup>9</sup>.

Justifica-se a participação da UNICRUZ neste processo pela razão de que a Fundação Universidade de Cruz Alta, órgão mantenedor da Universidade, constitui-se, conforme mencionado na referência anteriormente citada, de uma “instituição de direito privado e de caráter comunitário”. Esta última condição direciona a Universidade, sobretudo através de suas atividades de extensão, à busca constante de uma maior articulação com as comunidades local e regional visando a uma valorização social do meio em que se insere.

Desta maneira, em pertinência à sua constituição, o envolvimento da Fundação Universidade de Cruz Alta neste processo social de constituição de parceria com as comunidades de catadores, buscado na mesma referência, “teve como objetivo principal construir coletivamente alternativas para geração de trabalho e renda e melhoria das condições de vida” para os diversos grupos populacionais que se valem desta atividade.

Ainda no ano de 2006, o Projeto Profissão Catador inaugurou suas primeiras associações. A inicial foi no Bairro dos Funcionários e a segunda no Bairro Acelino Flores, cujo galpão é mostrado na figura 7. Esta última foi a escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa. Tal escolha se deu basicamente em função das características econômicas, geográficas e culturais da população do bairro.

---

<sup>8</sup> CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

<sup>9</sup> MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Figura 7 – Galpão da Associação de Catadores do Bairro Acelino Flores.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Pela figura 8 pode ser observado o interior do galpão com o material estocado e em processo de seleção para ser prensado e embalado para posterior comercialização.

Figura 8 – Pequeno grupo de catadoras em processo de separação do material no interior do galpão.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

No ano de 2009 houve aporte de recursos disponibilizados ao Projeto pelo Instituto VONPAR<sup>10</sup> através da rede de parcerias sociais do Estado do Rio Grande do Sul. Estes recursos foram utilizados na aquisição de equipamentos.

Neste mesmo ano, foi inaugurada a segunda associação, a ARCA – Associação de Recicladores de Cruz Alta – no Bairro Acelino Flores cuja construção foi possível em função da associação com o poder público municipal que protagonizou a inclusão de recursos captados através de outras parcerias. A Universidade participou na organização do grupo de catadores, da metodologia de trabalho e no controle financeiro desta nova associação. A população de catadores integrados nesta última associação se constitui no objeto de pesquisa do presente trabalho.

A sequência no desenvolvimento do trabalho deu origem, no ano de 2010, ao “Projeto Profissão Catador: Entre o viver e o sobreviver do lixo” através do Programa Desenvolvimento e Cidadania da Petrobrás. O Projeto continua em expansão, com a implantação de mais duas associações, uma no Bairro Progresso e outra no Bairro Primavera na cidade de Cruz Alta.

No endereço eletrônico Projeto Profissão Catador (2015) se faz alusão à “Importância social das cooperativas de catadores”, ao descrever que parte do lixo urbano que seria destinada aos lixões e aterros pode ser utilizado como fonte de renda para famílias inteiras. A inexistência de uma organização para o aproveitamento deste material usualmente ocasiona a exploração destas famílias, incluindo suas crianças, “por empresas privadas e empreendedores individuais” que se valem dos catadores como mão-de-obra barata para lhes fornecer matéria-prima reciclável para lucrarem com sua revenda para empresas que dela se utilizam.

A intervenção das cooperativas ou associações, ao organizar o processo, possibilita que a própria comunidade de catadores aufera diretamente os ganhos provenientes de seu trabalho e, deste modo, esta intervenção representa uma importante contribuição social e consequente qualificação da vida de seus integrantes.

De acordo com a página da internet Projeto Profissão Catador (2014), a Universidade, por se tratar de uma instituição comunitária procura através de seus projetos institucionais “a

---

<sup>10</sup> Empresa com atividade comercial nas áreas de alimentos e bebidas e grande atuação na área social

articulação com a comunidade regional, no sentido de contemplar os mútuos interesses”. Ainda, segundo a mesma fonte,

A trajetória de trabalho da Fundação Universidade de Cruz Alta com os catadores de materiais recicláveis tem início em 2006 a partir da extensão universitária com o projeto de Auto-Gestão para Geração de Trabalho e Renda com Catadores de Materiais Recicláveis – AGETREC, financiado pelo CNPq. Este teve como objetivo principal construir coletivamente alternativas para geração de trabalho e renda e melhoria das condições de vida.

Dando continuidade à expansão do Projeto, neste ano de 2015 foi entregue uma unidade na cidade de Salto do Jacuí e estão em fase de implantação outras unidades, nas cidades de Júlio de Castilhos e Tupanciretã.

#### **4.5 A construção de um olhar externo**

De maneira intencional, houve algumas incursões ao Bairro na tentativa de realizar uma leitura de sua forma e funcionalidade a partir de um olhar externo. Esta leitura se embasou na crença de que, sem o conhecimento do pensamento de seus habitantes, pudesse ser feita uma apreensão local descomprometida da percepção interna mas, em função da formação deste autor, alicerçada em pressupostos teóricos. Estas visitas foram registradas através de imagens que pudessem auxiliar na leitura pretendida.

Esta tipo de análise, mesmo que possa parecer destituído de uma metodologia, é mencionado por Gil (2014) quando descreve o processo de observação como sendo uma técnica alternativa de obtenção de dados e, nesse contexto, inclusive a classifica em três tipos: a observação simples, a observação participante e a observação sistemática.

A pesquisa origem deste trabalho se valeu, neste primeiro momento, da observação dita simples que, na obra de Gil (2014, p. 101), se define como

[...] aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Nesse procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator.

Para servir como documentação nesta análise inicial foram observados aspectos relacionados às distâncias do Bairro em relação a serviços necessários e ao centro urbano; condições de acesso à região; estado das habitações, condições do arruamento e existência de pontos comerciais, de encontro comunitário e de prestação de serviços para a vida da comunidade.

A distância do Bairro ao centro urbano de aproximadamente 4 quilômetros implica em uma necessária utilização de um meio de transporte, sendo o transporte público bastante utilizado para o deslocamento ao centro comercial e aos principais serviços disponíveis na cidade.

A figura 9 mostra o cruzamento da Avenida Xavantes, que faz a ligação da malha urbana ao Bairro, com a perimetral RS-342, a qual se constitui em uma estrada perimetral que liga os acessos às cidades de Ijuí, ao Norte, e Santa Maria e região, ao Sul. Este cruzamento dista 1,4 quilômetros do Bairro.

Figura 9 – Tráfego no cruzamento da Avenida Xavantes com a estrada RS-342.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Foi observado que muitos residentes do Bairro, quando não se dirigem ao centro da cidade, fazem o deslocamento a pé, necessitando muitas vezes atravessar a RS-342. Em razão desta estrada apresentar grande quantidade de movimento de veículos leves e caminhões existe uma passarela para sua travessia a qual aparentemente é pouco utilizada, acarretando riscos a quem a atravessa. A figura 10 mostra esta situação e, embora a imagem aparente um movimento reduzido, neste local já se registraram muitos acidentes.

Figura 10 – Travessia da estrada RS-342 feita a pé apesar da existência da passarela.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Ao transitar no sentido centro-bairro, após o cruzamento com a RS-342, a continuidade da Avenida Xavantes é pavimentada com pedras irregulares até uma região mais baixa onde não há pavimentação e existe uma pequena e estreita ponte para veículos. Em paralelo à esta passagem existe uma estrutura para pedestres implantada em terreno alagadiço.

Pelas primeiras observações feitas *in loco* foi possível perceber que estas passagens são bastante utilizadas já que a continuidade da Avenida faz a ligação com o interior do município, servindo sazonalmente como via de escoamento agrícola. A figura 11 mostra ambas as estruturas que distam, aproximadamente 500 metros do Bairro.

Figura 11 – Ponte e estrutura para travessia de pedestres sobre o Arroio Matadouro. A pavimentação de pedras irregulares fica afastada das cabeceiras da ponte permitindo que o terreno fique enlameado em períodos de chuva.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

A figura 12 visualiza a principal via de acesso ao Bairro. A pavimentação desta rua foi executada através de uma camada de asfalto assentada sobre piso de pedras irregulares.

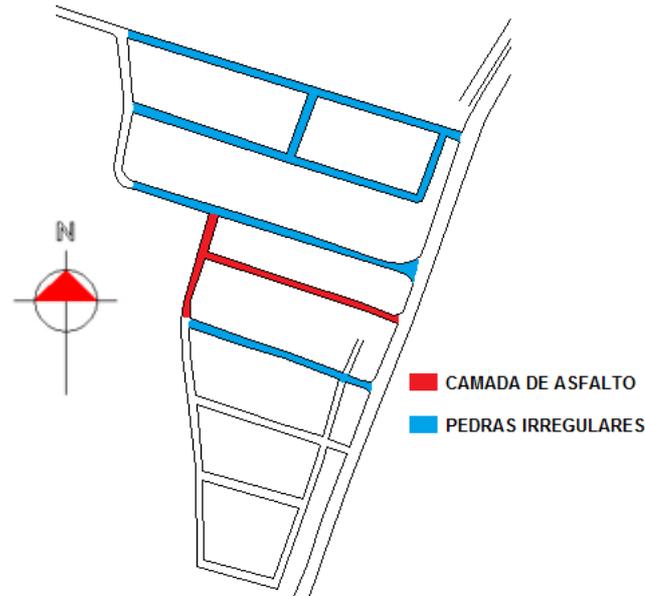
Figura 12 – Acesso principal ao Bairro através de uma rua com camada de asfalto sobre pavimentação de pedras irregulares.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

A figura 13 indica as condições de pavimentação da malha viária do Bairro. Além da via de acesso principal e um trecho de uma rua secundária que possuem uma camada asfáltica sobre pavimentação de pedras irregulares, outras são pavimentadas com pedras irregulares aparentes e as demais não apresentam qualquer tipo de pavimentação.

Figura 13 – Pavimentação das ruas internas ao Bairro.



Fonte: Marcações do autor sobre mapa da Prefeitura Municipal de Cruz Alta, 2015.

Algumas características da região se mostraram de uma maneira pouco. O estado de conservação da quadra de esportes exposta na figura 14 induz ao pensamento de que a mesma não esteja sendo utilizada, em razão de apresentar muitas falhas na pavimentação e a existência de restos de estruturas ao seu redor, elementos esses que podem causar danos aos eventuais usuários. Ficou a ideia de que não haja interesse da comunidade em sua manutenção já que não seria oneroso mantê-la, pelo menos em melhores condições de segurança, para possibilitar sua utilização. Foi também percebida a presença de muitos animais, cavalos e cachorros, soltos por toda a extensão do Bairro.

Figura 14 – Quadra de esportes aparentemente abandonada e animal solto em sua proximidade.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

A figura 15 mostra o estado de conservação de uma residência. Embora verdadeiro o fato de que esta unidade não seja representativa da maioria das demais edificações da comunidade, existem outras com características semelhantes e até mesmo mais precárias. Também é possível observar na imagem uma rua secundária desprovida de pavimentação.

Figura 15 – Residência em condições menos favoráveis de conservação.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

A exemplo da imagem anterior, a figura 16 mostra um conjunto de habitações em estado visivelmente precário tanto em relação à suas condições de estabilidade quando de manutenção. São visíveis os problemas na cobertura e na sustentação das esquadrias da residência mais próxima. A imagem também mostra a rua sem qualquer tipo de pavimentação além da deposição de sacos provavelmente de resíduos junto às carroças.

Figura 16 – Rua sem pavimentação, conjunto de habitações e lixo a céu aberto.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

A figura 17 mostra um conjunto de pequenas habitações isoladas do restante das edificações do Bairro. Estas construções estão assentadas na região mais baixa da região, em área alagadiça, e, em sua maioria também apresentam condições desfavoráveis de conservação.

Figura 17 – Habitações isoladas da área mais urbanizada do Bairro.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

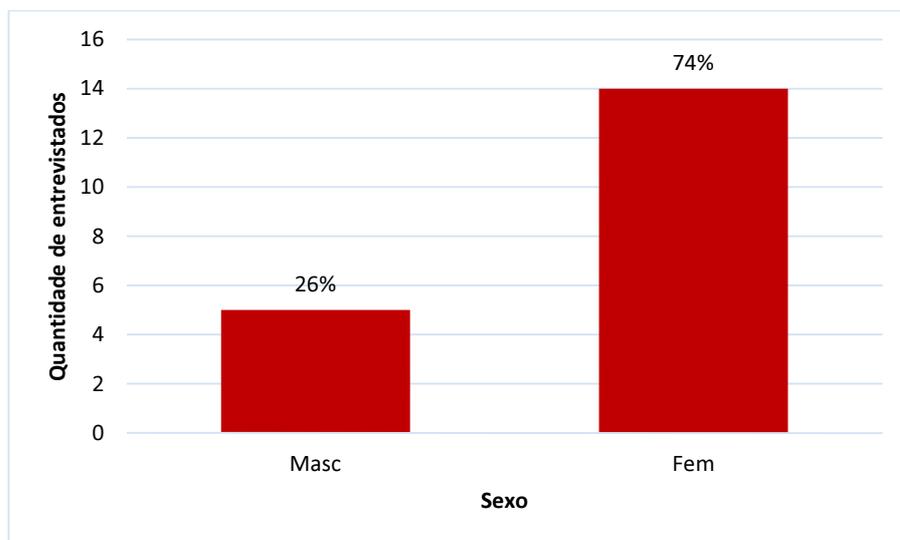
#### 4.6 Os sujeitos da pesquisa

A população entrevistada para a obtenção dos dados necessários à resolução dos questionamentos da pesquisa foi composta, como mencionado, pelos catadores legalmente vinculados à Associação de Catadores do Bairro Acelino Flores e que aceitaram formalmente, com a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, participar das entrevistas.

Os encontros com os pesquisados foram feitos em uma periodicidade semanal quase sem interrupções, em diferentes dias e horários, de maneira a que se tivesse acesso à totalidade dos catadores. Foram sete encontros que ocorreram entre os meses de abril e junho deste ano de 2015. É de ressaltar que a participação, embora consentida, com alguns se deu de maneira mais rápida e não tão aprofundada, principalmente em relação aos que fazem o trabalho de rua. De uma maneira ou outra, todos expuseram alguma observação ou confirmaram alguma situação já mencionada por outros.

Ao longo da história da Associação já estiveram integrados à ela, em tempos diferentes, 54 catadores. Existem hoje 19 pessoas em atividade, sendo a expressiva maioria constituída por mulheres, conforme demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Entrevistados por sexo.

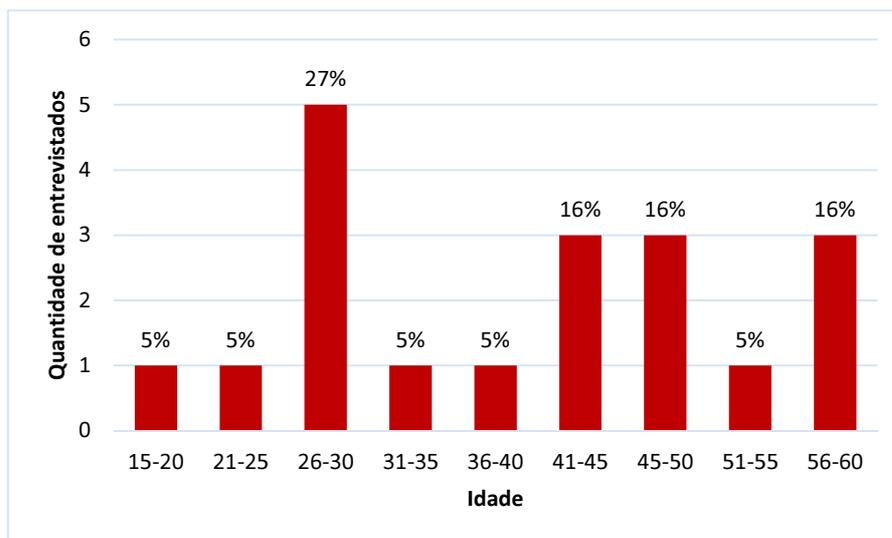


Fonte: Coordenação do Projeto Profissão Catador, 2015.

Embora a designação de catador, comum a todos os integrantes, o trabalho de catação do material reciclável nas ruas da cidade é desempenhado, segundo a Coordenadora de Base da Associação, por um grupo de sete trabalhadores. Os demais executam as tarefas de recebimento, separação, prensagem, embalagem e despacho do material aproveitável no próprio galpão. A Coordenação de Base é desempenhada por uma catadora que, além desta atividade de coordenação, atua junto aos demais membros no galpão da Associação.

Em relação à faixa etária dos trabalhadores, existe uma variação bastante grande, como pode ser percebido pelo gráfico 2. A faixa de 26 a 30 anos, a mais presente, conta com cinco pessoas. Entre os de maior idade, existem dois catadores com 58 anos.

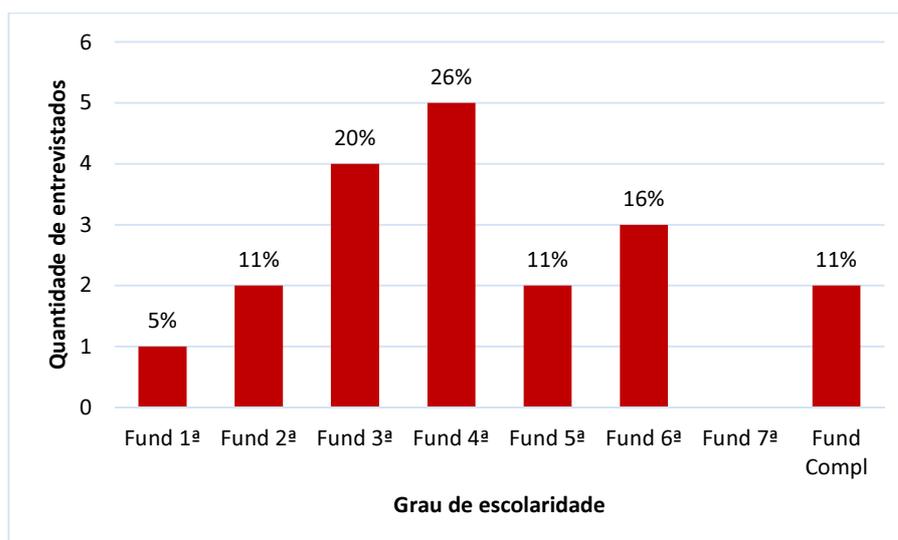
Gráfico 2 – Entrevistados por faixa etária.



Fonte: Coordenação do Projeto Profissão Catador, 2015.

Todos os atuais integrantes da Associação possuem algum grau de escolaridade, não ultrapassando no entanto o ensino fundamental. Apenas um dos entrevistados tem apenas a conclusão da 1ª série enquanto dois deles possuem o ensino fundamental concluído. O gráfico 3 mostra, além destes dados, que a maior parte da população tem formação até a 3ª ou 4ª séries.

Gráfico 3 – Entrevistados por grau de escolaridade.

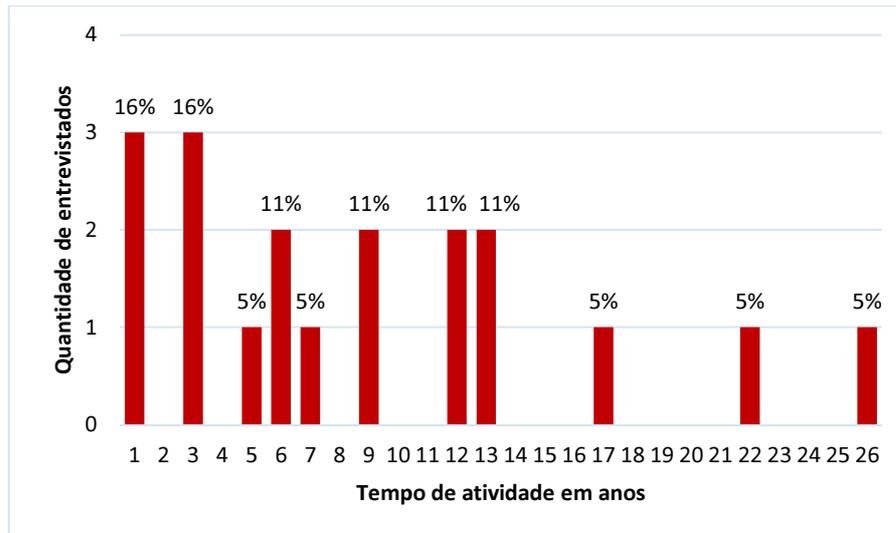


Fonte: Coordenação do Projeto Profissão Catador, 2015.

Mesmo que se saiba que a Associação do Bairro Acelino Flores foi instituída no ano de 2006, portanto há nove anos, pelo gráfico 4 é possível a leitura de que sete dos atuais

integrantes já trabalhavam na atividade de catação de resíduos urbanos há bastante tempo, em períodos que vão de 12 a 26 anos. Desta forma se verifica que a atividade está presente no Bairro desde um longo tempo antes da organização do grupo de catadores e, mesmo nos dias atuais, envolve uma população maior do que os participantes da Associação.

Gráfico 4 – Entrevistados por tempo de atividade.



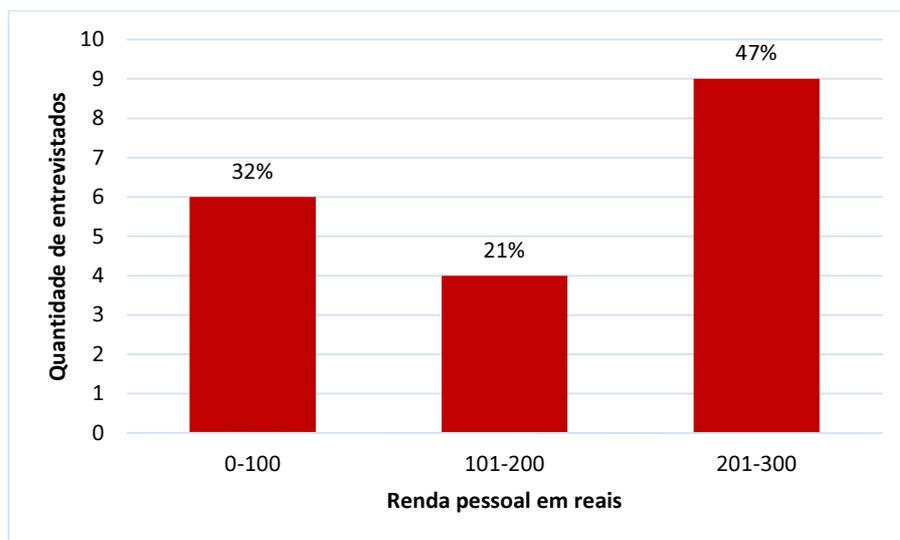
Fonte: Coordenação do Projeto Profissão Catador, 2015.  
(Obs: em função de arredondamento os percentuais somam 101%)

Em relação ao rendimento pessoal, houve em princípio uma estranheza deste pesquisador em relação à disparidade dos ganhos de cada um dos integrantes da Associação já que era esperado que houvesse um relativo equilíbrio neste aspecto por se tratar de um trabalho cooperativado.

Esta dúvida foi esclarecida no sentido de que os catadores não trabalham em períodos iguais, em função de alguns desempenharem outras atividades. Os tempos de trabalho são organizados pela própria coletividade. Alguns, em épocas de intensificação de atividades agrícolas deixam de executar suas atividades na Associação e, temporariamente, vão desempenhar atividades na área rural.

Esta situação de trabalho em tempos desiguais foi melhor esclarecida pela Coordenação do Projeto ao retificar que são os próprios integrantes da Associação que, em conjunto, organizam seus horários e turnos de trabalho, o que resulta na disparidade da renda média mensal apresentada no gráfico 5. Os dados do gráfico se referem apenas aos rendimentos auferidos pelo trabalho junto à Associação.

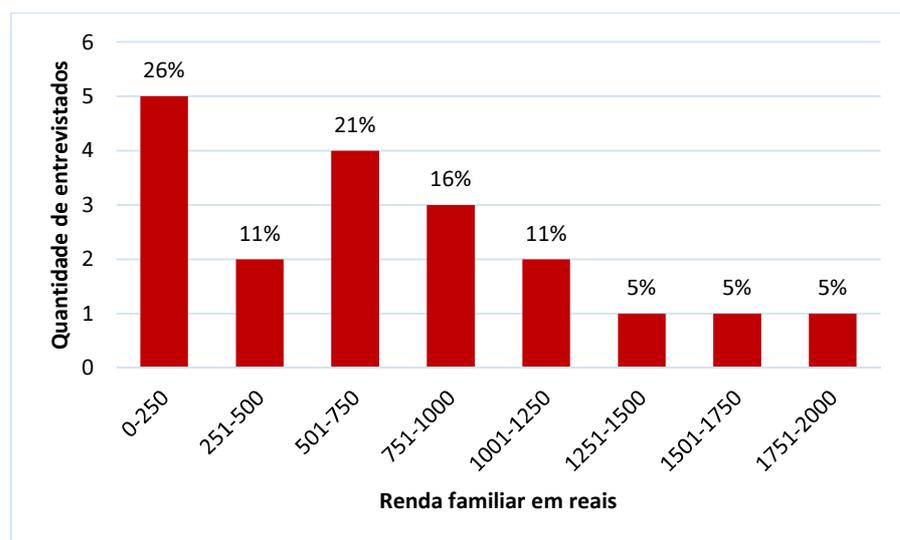
Gráfico 5 – Entrevistados por renda pessoal.



Fonte: Coordenação do Projeto Profissão Catador, 2015.

Da mesma forma que em relação ao rendimento médio mensal individual, o gráfico 6, demonstra os rendimentos médios mensais das famílias dos catadores. Nestes dados também é possível a percepção de uma grande variação, o que pode ser explicado em paralelo à quantidade de membros em idade ativa das famílias.

Gráfico 6 – Entrevistados por renda familiar.

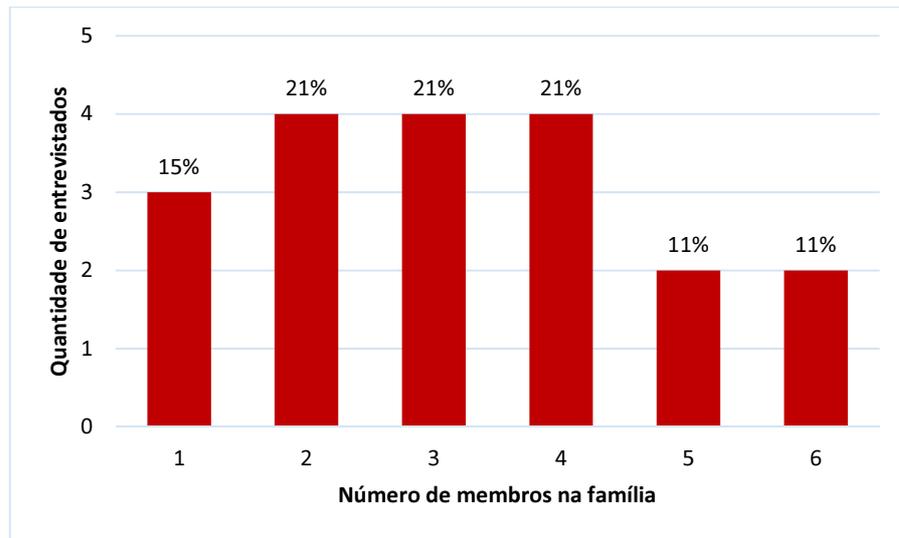


Fonte: Coordenação do Projeto Profissão Catador, 2015.

Em relação à quantidade de membros da família, 63% dos entrevistados compõem grupos familiares entre duas e quatro pessoas. O gráfico 7 mostra que apenas um dos

entrevistados habita sozinho enquanto existem dois com famílias maiores, composta de cinco e seis pessoas. Nesta contagem estão incluídos todos os membros de cada família, estejam ou não em idades economicamente ativas.

Gráfico 7 – Entrevistados por quantidade de membros na família.



Fonte: Coordenação do Projeto Profissão Catador, 2015.

O conjunto de gráficos, apresentados como uma possibilidade de leitura do perfil dos sujeitos pesquisados, induz à algumas interpretações importantes, entre elas, a de que a maioria dos entrevistados se trata de mulheres. Esta realidade pode ser parcialmente explicada em função de que muitos homens da comunidade trabalham na área agrícola e outros, mesmo que trabalhem na mesma área de catação e venda de materiais reutilizáveis, o faz de maneira autônoma, não estando vinculados à Associação de Catadores.

Outros aspectos passíveis de leitura dizem respeito à faixa etária majoritária dos catadores que se situa entre 26 e 30 anos e, em relação ao grau de escolaridade, em que mais da metade dos entrevistados possuem escolarização entre a 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental.

Uma observação que, ao olhar do pesquisador é importante e inesperada, é mostrada no gráfico 7, ao apontar que 12 dos entrevistados integram famílias que possuem entre dois e quatro integrantes, desconstruindo uma expectativa, talvez preconceituosa, de que famílias de regiões periféricas são normalmente mais numerosas.

## **5 DAS CONSEQUÊNCIAS DA PESQUISA E DA (RE)CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO**

O conjunto dos olhares propostos no trabalho, em um primeiro momento a visão externa do pesquisador sem qualquer tipo de indução por parte da comunidade e, em uma segunda etapa, as observações e dados colhidos internamente de forma conjunta com os sujeitos de pesquisa, permitiram uma análise embasada nos objetivos e hipóteses traçados no projeto desta investigação.

Assim, ao discutir as observações retiradas do trabalho de campo, cabe a menção a um novo ponto de vista sobre o problema de pesquisa. Desta forma é razoável imaginar que algumas das ideias e conceitos precisam ser reconstruídas em função deste novo olhar.

Esta análise permitiu, além da visão destes itens, a extração de algumas outras informações que foram de grande utilidade para a compreensão do modo de vida e do pensamento dos catadores em relação ao seu cotidiano, aos seus valores, às suas prioridades e necessidades.

A sequência de encontros possibilitou, após um período inicial um pouco mais distanciado, uma comunicação mais espontânea e, aparentemente, sem receios em relação à exposição do pensamento de cada um dos pesquisados. A participação dos catadores não ocorreu de uma maneira uniforme. Os contatos foram feitos de maneira mais duradoura com os integrantes que permanecem a maior parte do tempo em atividades no galpão. Os catadores que trabalham na rua tiveram uma participação menor mas, de uma maneira geral, todos tiveram a oportunidade de fazer alguma observação ou sugestão no sentido de contribuição com o que se buscava.

As entrevistas não foram feitas de maneira individual mas sim em conversas coletivas onde, direcionados por um questionamento do pesquisador, os pesquisados expressavam seus pensamentos em relação a cada fato a ser observado. Como era de se esperar, até pela diversidade de idades e posturas pessoais, em todos os casos houve alguns que se manifestavam mais facilmente e, desta forma, induziam a participação dos demais.

### **5.1 A construção do olhar interno**

No primeiro encontro com o grupo de catadores, foi feita a apresentação do pesquisador, uma explicação inicial de sua presença e a apresentação dos pesquisados que se encontravam no local de trabalho. Com a intenção de melhor esclarecimento, lhes foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi lido e acentuadas as suas justificativas, objetivos, e metodologia a ser utilizada para a pesquisa. Os integrantes da comunidade que não estavam presentes neste primeiro encontro, receberam as mesmas informações em datas posteriores.

Com a aceitação formal de participação na pesquisa iniciaram-se os diálogos, em princípio de forma mais generalizada, com a pretensão de se obter a confiança dos pesquisados e fazê-los se sentirem mais dispostos ou menos constrangidos para colaborar com o trabalho. No andamento da conversa e nos encontros posteriores os questionamentos se tornaram mais objetivos, o que resultou em respostas mais completas e aprofundadas a respeito de cada tema.

Ainda neste primeiro contato, foi solicitado pela Coordenadora de Base o preenchimento de uma ficha com dados da pesquisa: identificação do pesquisador, título e objetivos do trabalho com a finalidade de controle e arquivamento na Coordenação do Projeto, o que foi feito pelo pesquisador.

Como exposto na metodologia deste trabalho, a organização dos dados foi executada por meio da técnica de análise de conteúdo a partir das gravações e anotações feitas durante as conversas. O processo previu, inicialmente, uma organização dos dados em seis categorias: condições de habitação, acesso aos serviços de saúde, acesso ao sistema educacional, fatores positivos do Bairro, fatores negativos e carências do Bairro e possibilidades de melhoramento na vida da comunidade.

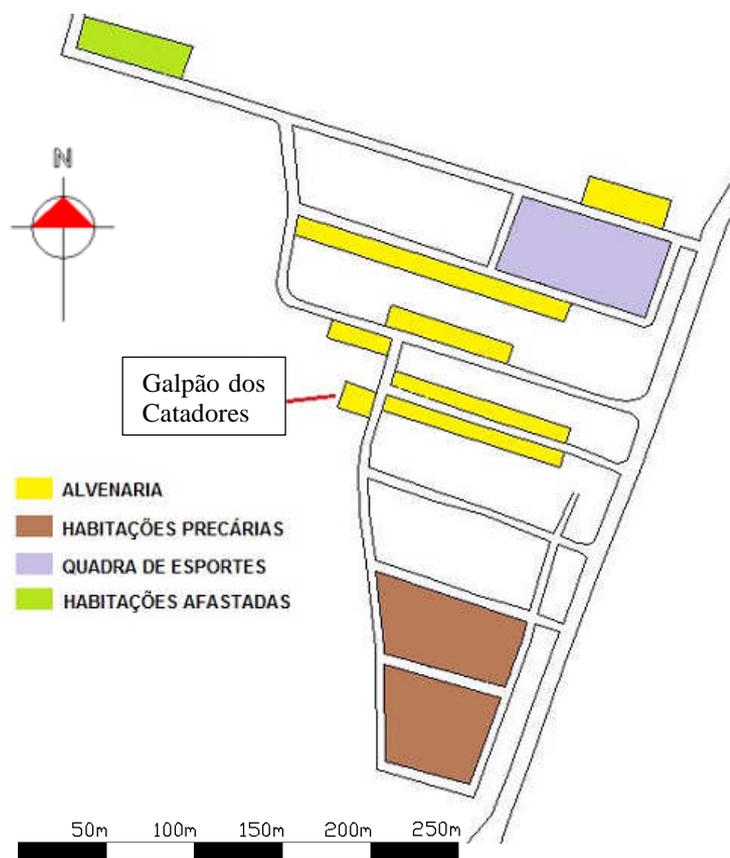
### **5.2 Condições de habitação**

Em relação ao estado das habitações se encontra uma variedade bastante grande tanto em técnicas construtivas e materiais quanto em relação ao estado de conservação das unidades. No Bairro existem três áreas bem diferenciadas: uma primeira junto às vias principais dos Bairro; a segunda, constituída pelas áreas periféricas, principalmente na área mais ao Sul; e uma terceira, representada pelas habitações isoladas existentes a Oeste da região.

A figura 18 mostra a marcação destas áreas. Nas faixas marcadas como “alvenaria”, a maioria das edificações se apresenta nesta tipologia. Toda a região mais ao Sul é constituída predominantemente por habitações em madeira, em estados de construção e conservação

bastante precários. Na região da quadra de esportes existe apenas uma quadra múltipla em estado de completo abandono. A área demarcada como habitações isoladas é constituída por residências de madeira também com características menos favoráveis. Todo o restante do Bairro é constituído predominantemente por edificações em madeira, algumas com acréscimos em alvenaria, normalmente banheiros. Entre estas últimas, observam-se habitações em diferentes estados de conservação sendo que, de uma maneira geral, a qualidade e o estado atual das construções decresce da área mais central para as áreas mais periféricas. Mesmo nestas áreas, existem isoladamente edificações em alvenaria.

Figura 18 – Tipologia das áreas.



Fonte: Marcações do autor sobre mapa da Prefeitura Municipal de Cruz Alta, 2015.

Os catadores, mesmo possuindo residências mais bem conservadas até em função de sua melhor condição e estabilidade de trabalho, não se mostram preocupados ou de qualquer forma incomodados com a existência de habitações menos qualificadas em suas vizinhanças.

Foram constantes as colocações deles em referência à boa qualidade do Bairro como um todo mas também em relação às condições de vida menos favoráveis de parte dos moradores.

Para os sujeitos pesquisados, a maior parte da comunidade se preocupa com o bem estar em relação à sua habitação. Existem muitas residências, mesmo que pequenas, bem conservadas, com pinturas novas, jardins e passeios bem cuidados.

Segundo o seu pensar, as explicações para o estado da população menos favorecida passam por situações de desemprego, de famílias “desajustadas”, residências que em parte do tempo ficam fechadas em razão de seus moradores se deslocarem para trabalhos em outras locais, normalmente na área rural ou mesmo em outras cidades próximas e, até mesmo foi citado desleixo de alguns moradores com suas casas e lotes.

As figuras 19 e 20 mostram algumas áreas mais bem cuidadas. A primeira imagem, da rua onde se dá o acesso principal, com a pavimentação de uma camada de asfalto sobre a base de pedras e a segunda imagem, apesar da pavimentação de pedras irregulares, também se apresenta limpa embora a presença de vegetação nas laterais permitida pelo tipo de pavimentação. Nas duas imagens também pode ser observada a preocupação dos moradores com o estado dos jardins e passeios públicos.

Ambas as imagens fazem parte da faixa de habitações predominantemente em alvenaria marcada no mapa da figura 18.

Figura 19 – Área em condições mais qualificadas, com pavimentação de camada de asfalto sobre leito de pedras irregulares, residências e ajardinamento mais bem cuidados.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Figura 20 – Área com residências e vegetação mais bem conservadas em via com pavimentação de pedras irregulares.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

A figura 21, em contraste com as anteriores, mostra um conjunto de habitações onde é facilmente perceptível o estado de conservação tanto da residência quanto de seu entorno. Este conjunto se situa na área demarcada ao Sul do Bairro, onde a maioria das construções se apresentam em estado semelhante. Uma outra observação pertinente à imagem é em relação à rua sem qualquer tipo de pavimentação.

Figura 21 – Grupo de habitações em estado menos qualificado em via não pavimentada e com a presença de detritos em torno dos lotes.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

A figura 22 é uma ampliação da imagem anterior. A repetição tem o sentido de facilitar a visão do estado de conservação da residência. A desestabilidade da estrutura da cobertura, as esquadrias quase que simplesmente penduradas, os vãos entre as paredes e a cobertura. Em uma primeira vista poderia parecer uma casa abandonada mas, na verdade, ela está habitada.

Figura 22 – Detalhes de construção com vários problemas estruturais e de manutenção.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

A figura 23 mostra um grupo de residências afastadas, a Oeste do conjunto do Bairro. A localização destas habitações está representada no mapa da figura 18. A implantação destas

residências foi feita na área mais baixa e alagadiça da região, uma APP<sup>11</sup> pertencente ao município e, por esta razão, uma área irregular para a implantação das edificações.

Figura 23 – Conjunto de habitações isoladas edificadas em uma APP pertencente ao município.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Os catadores, quase em sua totalidade, expressam muitas qualidades do Bairro. À menção de questões relacionadas à funcionalidade das residências, observaram que todas as casas possuem instalações de água encanada e de energia elétrica.

Em relação ao sistema de esgotos mencionaram que não existe coletor público, como ocorre com a maior parte da malha urbana da cidade, mas agora em “todas” as casas existe poço sumidouro o que até há pouco tempo não existia. Antes os esgotos de muitas casas eram direcionados para as áreas mais baixas e, segundo os pesquisados, despejados a céu aberto.

O grifo em “todas” se refere ao fato de também comentarem que acham que em algumas ainda não existe poço, e se referiram às residências construídas na parte afastada do centro do Bairro.

---

<sup>11</sup> Área de Preservação Permanente.

Um comentário, com conotação de reclamação, surgido entre os entrevistados foi o de que tempos atrás vinha um caminhão para fazer o esgotamento dos poços e “agora o negócio parou”. O caminhão não tem vindo e, quando precisam esgotar os poços tem que chamar o serviço que custa, segundo eles, em torno de 250 reais. Esta colocação gerou comentários proferidos por alguns pesquisados, do tipo: “Aí fica caro, aqui a gente já paga água e luz, então não dá pra pagar tudo”; “É um problema porque tem que comprar comida, pagar água e luz e roupa”; “A gente compra comida e fica a água ou fica a luz”.

Segundo os catadores, o caminhão era enviado pela Prefeitura Municipal mas hoje não existe mais este serviço na cidade.

Uma observação que causou surpresa para o pesquisador foi a existência de conjuntos de aquecimento de água com painéis coletores solares instalados em algumas residências, todas elas pequenas. Ao questionar sobre a causa de algumas residências possuírem o sistema e outras não, foi comentado que este foi um projeto da companhia de energia que fez estas instalações primeiro em residências mais pobres e depois faria em outras.

O sistema, mostrado na figura 24, se trata de uma instalação que deveria despertar interesse de grande parte da comunidade já que se traduz em uma considerável economia no consumo de energia elétrica, mas também foi surpreendente ouvir dos pesquisados que muitas pessoas não quiseram fazer a instalação, embora desconheçam os motivos. Eles próprios dizem conhecer o funcionamento do equipamento e que sabem da economia que podem ter com sua instalação.

Figura 24 – Sistema de aquecimento de água instalado em algumas residências através de um projeto da Companhia de Energia Elétrica.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Entre outras qualidades da comunidade, os pesquisados mencionam as boas relações de vizinhança. Como em toda a comunidade, seja periférica ou não, que conviva de uma maneira de maior aproximação, é sempre esperado que nem todas as relações sejam as melhores possíveis. Isto também foi percebido quando mencionam que se relacionam bem com a maioria dos moradores mesmo comentando que “às vezes tem alguma discussão com um vizinho mas quase todo mundo se dá bem”.

Os sujeitos de pesquisa comentaram que, em outros tempos, o Bairro não era tão bom, que apresentava pequenos problemas de violência entre os próprios moradores mas que atualmente “todos se dão bem” e que procuram uns ajudar aos outros.

Esta observação remete à Santos, Boaventura (2014, p. 80/81) ao mencionar que

A solidariedade é um componente essencial da cidadania e da democracia. Ser cidadão é hoje acima de tudo ser solidário para com os outros cidadãos e ter por igual o direito à solidariedade deles.

[...]

A solidariedade, como exercício de cidadania que é, não confere a quem a exerce nenhuma autoridade pessoal sobre quem a recebe e, vice-versa, não coloca quem a recebe numa posição de subordinação pessoal perante quem a exerce.

Os pronunciamentos dos pesquisados transmitiram ao pesquisador a ideia de que eles gostam de viver no Bairro, que vivem em boas relações de vizinhança e que, mesmo

apresentando alguns problemas, não consideram que sejam suficientes para desmerecer o seu lugar. Aqui, retomando o pensamento de Milton Santos, em relação aos lugares, a referência diz respeito tanto ao lugar geográfico quanto ao social. Também neste sentido Hita e Gledhill (2010, p. 197), em estudo sobre o Bairro da Paz, uma região periférica da cidade de Salvador/Ba, descrevem que

Até espaços segregados e periféricos têm histórias que os podem chegar a transformar em lugares. Uma importante, mas não única, ironia na história do Bairro da Paz é a de que de uma invasão popular do que foi inicialmente um espaço periférico na cidade se transformou em um espaço rodeado de riqueza.

Os mesmos autores (2010, p. 194/195) se referem a um paralelo entre o lugar e o habitante ao afirmar que “[precisamos] rejeitar uma visão desses lugares como sendo simplesmente e inevitavelmente ‘depósitos de gente’ relegada para morar em espaços segregados” [grifo dos autores].

Não é, ou não deveria ser, um nível inferior do lugar geográfico o indicador necessário para também se imaginar um paralelo com o nível do lugar social. Os sujeitos da pesquisa conseguiram, além de expressar, a demonstração de bem estar com o seu espaço geográfico.

### **5.3 Acesso aos serviços de saúde**

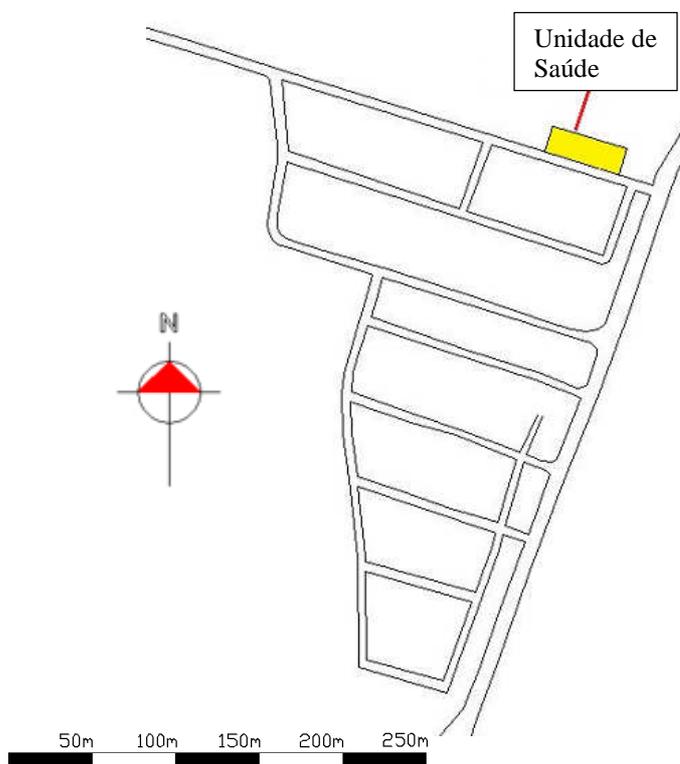
As preocupações com as questões relativas aos serviços de saúde são bastante marcantes entre os catadores. Existe na comunidade uma unidade de saúde, o ESF<sup>12</sup> XIV Acelino Flores, sob gestão da Prefeitura Municipal e, segundo o endereço eletrônico CNESNet (2015), cadastrado no CNES<sup>13</sup> em 30 de maio de 2014. De acordo com o mesmo endereço, a unidade conta com 1 médico e 7 “outros profissionais”, 1 sala de “clínicas indiferenciado”, 1 sala de enfermagem e 1 sala de imunização. A figura 25 mostra a localização da unidade.

---

<sup>12</sup> Estratégia de Saúde da Família

<sup>13</sup> Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

Figura 25 – Localização do posto de saúde.



Fonte: Marcações do autor sobre mapa da Prefeitura Municipal de Cruz Alta, 2015.

A figura 26 mostra a unidade de saúde. O prédio que se localiza na entrada do Bairro é recente, conforme os dados mencionados acima e, ao menos em termos cadastrais, possui pessoal e instalações adequadas para a população do Bairro.

Figura 26 – Unidade de Saúde do Bairro Acelino Flores gerida pela Prefeitura Municipal de Cruz Alta.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Apesar de ter havido a implantação relativamente recente da unidade de saúde no Bairro e dos dados referentes às instalações e pessoal se encontrarem, segundo o CNES, de acordo com as necessidades da comunidade, a questão dos serviços de saúde é uma das preocupações mais anotadas pelos pesquisados.

Algumas observações bem conceituais sobre o problema observado pelos pesquisados pode ser demonstrada literalmente em algumas de suas falas: “Tem um postinho mas não tem médico né? O médico não vem sempre e as crianças precisam de um pediatra”; “Se precisar de um atendimento rápido tem que ir até a cidade”; “Se tivesse médicos no postinho poderia resolver aqui”; “Eu quase nem vou mas o pessoal reclama muito que vão ali e não tem médico”.

Estes posicionamentos dos entrevistados gerou um questionamento do pesquisador em relação a como é feito o atendimento sem a presença de um médico e as respostas foram que fica um “atendente” para um atendimento mais imediato. De maneira uniforme, foi dito pelos catadores que o médico só comparece algumas vezes na unidade.

Além desta ausência bastante contínua de um médico, anotada nas respostas, também foi mencionado que o profissional que vem ao Bairro é um clínico geral e, por esta razão, muitas vezes as pessoas tem que se dirigir ao centro da cidade para procurar um especialista.

Outra menção bastante repetida foi a necessidade de um pediatra já que existem muitas crianças no Bairro e o deslocamento até o centro algumas vezes é difícil e oneroso pois implica

em um tempo de deslocamento e tempo de espera que, muitas vezes, resulta apenas na marcação de um horário para uma data posterior.

A carência de outros profissionais da saúde também foi mencionada pelos entrevistados. Muitos sentem a necessidade de que haja um dentista no posto, alguns relatam a importância de “uma” psicóloga e também um psiquiatra.

A referência marcada a “uma” psicóloga partiu de três dos entrevistados, ao que lhes foi perguntado o porquê da menção a que seja um profissional do sexo feminino. A resposta foi a de que assim se sentiriam melhor para conversar. Com isto parece ficar patente que todas estas respostas partiram de mulheres. Uma destas entrevistadas mencionou que tem uma filha que precisa de consultas periódicas com um profissional nesta especialidade.

Como é recursiva a prática de ausência do médico, os problemas relacionados ao acesso aos serviços de saúde se tornam agravados. As menções à necessidade dos deslocamentos até “a cidade” mostram que, em sua maioria, senão todos os entrevistados já precisaram deste tipo de alternativa de assistência. E este processo se torna mais problemático, como antes mencionado, pelo costumeiro processo de ter que fazer um deslocamento para marcação de consulta e outro para efetivá-la.

A esse respeito, outras colocações literais: “Quando precisa um médico tem que marcar praticamente quase uma semana antes pra pessoa consultar”; “As pessoas nunca vão saber quando vão ficar doentes e quando fica doente tem que marcar uma ficha”; “E as vezes não tem médico aí e tem que ir lá pra cima e aí chega lá e eles xingam a gente porque a gente não foi no posto”; “E se for no centro demora três, quatro meses pra fazer um exame, é bem complicado”.

Pelo conjunto destas observações é possível perceber que os serviços de saúde são apontados como um problema bastante grande, talvez o maior dos problemas do Bairro, em razão de a solução não depender apenas da comunidade.

Outra percepção clara relativa à saúde, é sobre a grande preocupação dos catadores em relação ao material de seu trabalho, o lixo. Apesar de trabalharem com resíduos sólidos reutilizáveis, portanto teoricamente limpos, eles demonstram bastante cuidado por esta proximidade.

Este cuidado pode ser embasado por Mangueira (2011, p. 54) ao citar Miúra, quando escreve que

O caráter excludente do trabalho do catador, [...] é intrínseco à semântica negativa do lixo, uma vez que essa situação interfere na imagem que o catador faz de si, como

também, no trabalho da catação quase sempre desfavorável ao trabalhador. Segundo estudos nessa área, o catador além de não ter acesso à educação e ao aperfeiçoamento técnico, ao reconhecimento de sua profissão e de seus direitos, sofre preconceitos de toda ordem, bem como está sujeito a riscos à saúde.

Ao mesmo tempo que é fácil concordar com a citação da autora no que tange aos riscos com a saúde, as colocações em relação à auto depreciação parece não ocorrer com os sujeitos pesquisados. É de crer que a razão para esta concepção não depreciativa seja em função de sua estrutura funcional, o que talvez não seja a mesma leitura que para os catadores autônomos.

A preocupação com o lixo também se faz presente quando os entrevistados comentam sobre os problemas presentes na comunidade, como se verá adiante.

À título de observação conclusiva em relação aos serviços de saúde, utilizando-se de palavras de um entrevistado: “A saúde tá muito ruim”.

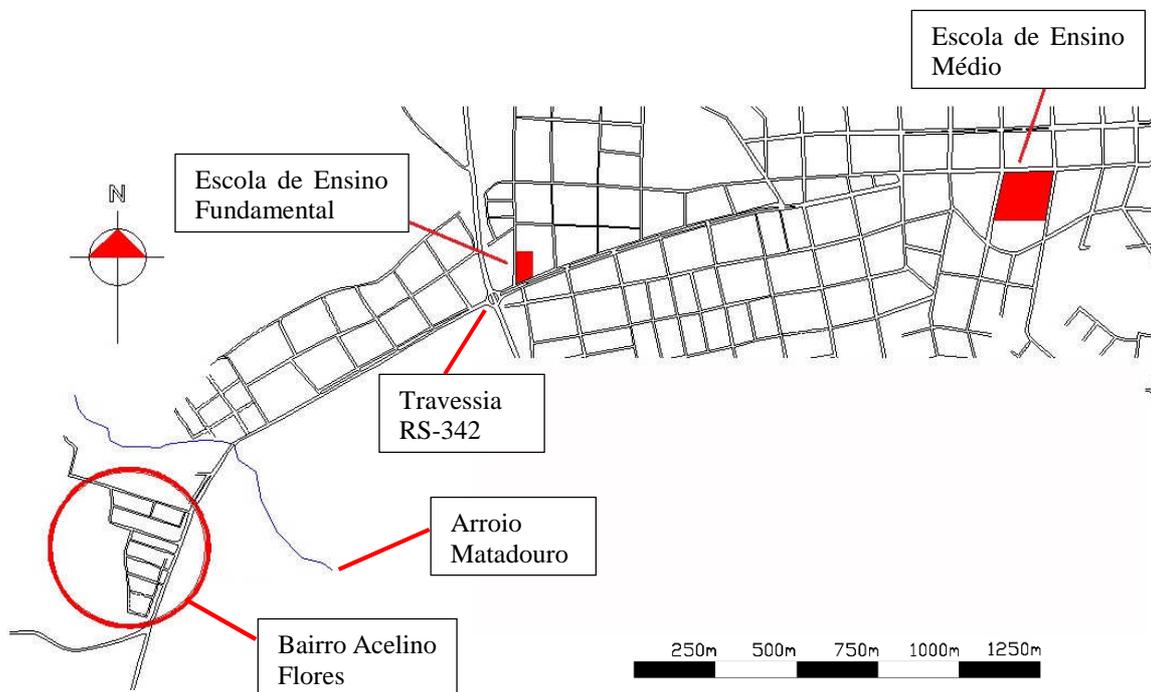
#### **5.4 Acesso ao sistema educacional**

No que diz respeito ao sistema educacional, de maneira similar ao que ocorre em relação ao sistema de saúde, existe unanimidade dos entrevistados em apontarem este aspecto como um dos grandes problemas da comunidade.

De uma maneira mais imediata, é fácil verificar a existência do problema simplesmente pelo fato de não haver unidade educacional no Bairro e, em decorrência, ser obrigatório o deslocamento dos alunos para escolas localizadas em regiões a alguma distância de suas residências.

A figura 27 mostra a localização das escolas mais próximas da área do Bairro Acelino Flores. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Gabriel Annes da Silva dista em torno de 1,5 quilômetros e o Instituto Estadual de Educação Professor Annes Dias, com ensino médio, se situa a 3,2 quilômetros do Bairro.

Figura 27 – Relações de distâncias entre o Bairro Acelino Flores e as escolas mais próximas e pontos problemáticos de acesso à elas.



Fonte: Marcações do autor sobre mapa da Prefeitura Municipal de Cruz Alta, 2015.

A simples questão da distância em relação às escolas já se traduz em um problema, que é muito agravado pelas condições de deslocamento à elas. Existe uma linha regular de ônibus urbano que atende ao Bairro, mas os entrevistados mencionam que o ônibus passa somente de hora em hora e os horários não são convenientes.

Esta observação pode ser verificada no endereço eletrônico da empresa de transportes, Fátima (2015), onde é mostrado que o ponto do Bairro, final de uma única linha que o atende, tem a primeira passagem do ônibus às 7:30 horas e a última às 19:30 e que a frequência ocorre realmente a intervalos de uma hora. Embora a existência da linha de ônibus, em função da frequência de sua passagem, ao ser perdida uma delas o percurso até as escolas tem de ser feito a pé.

Alguns moradores do Bairro, segundo os entrevistados, se valem do serviço de ônibus escolar, mas são poucos os que têm esta condição. O transporte escolar somente presta atendimento no turno da tarde e, assim, atende apenas aos alunos que frequentam até a 4ª série da Escola de Ensino Fundamental já que, da 5ª série em diante as aulas naquela escola são no turno da manhã. Em razão destas condições, algumas crianças cujas aulas são no período da manhã e têm menores condições financeiras, precisam se deslocar a pé até a escola.

Mesmo que estas observações sejam indicadoras de dificuldades para os moradores, as grandes reclamações dos catadores em relação aos deslocamentos até a malha urbana mais central, seja em direção às escolas ou qualquer outra necessidade, se referem a dois pontos que são considerados bastante problemáticos: a travessia do Arroio Matadouro e a travessia da RS-342. Estes pontos representam a única ligação do Bairro com a cidade. A figura 28 mostra as possibilidades de travessia do Arroio Matadouro.

Figura 28 – Ponte e estrutura para passagem de pedestres sobre o Arroio Matadouro. O acesso à estrutura é dificultado em períodos chuvosos por se tratar de área alagadiça.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

A ponte é uma construção antiga, com pouca largura e bastante utilizada já que faz a ligação da cidade com o interior do município, recebendo tráfego de veículos pesados e eventualmente maquinário agrícola.

Conforme observado pelo pesquisador, embora os pedestres utilizem mais a ponte para a travessia, existe uma estrutura para seu uso que, embora se mostre segura, apresenta alguma dificuldade em sua transposição. Os entrevistados comentaram que em períodos chuvosos o acesso à estrutura de pedestres fica enlameado onde não tem grama e encharcado onde ela existe. Esta situação dificulta a passagem muitas vezes de mães com crianças de colo além de estar distante do chão, principalmente para quem carrega uma criança. As crianças que se dirigem às escolas a pé necessitam utilizar um calçado adequado para manterem os pés secos e limpos durante o período das aulas.

As observações referentes à ponte também indicam problemas em épocas de chuvas quando ela fica tomada de barro em razão de em suas cabeceiras não haver pavimentação. A pavimentação da via que, é de pedras irregulares em ambos os lados da ponte, nas proximidades desta é inexistente, sendo a via apenas em terra como mostrado na figura 29. Também pode ser percebido pela imagem a proximidade do nível da água em relação à pista. Segundo os entrevistados, embora o arroio seja pequeno, com um pouco mais de chuva a água passa por sobre a ponte e algumas vezes sobre a travessia de pedestres e este fato é perceptível pela observação de uma vazão relativamente grande do arroio.

Figura 29 – Ponte de veículos sobre o Arroio Matadouro. O nível da água bastante próximo da pista de rolamento permite sua passagem sobre a ponte em períodos de chuvas mais intensas.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

O segundo ponto de preocupação dos entrevistados em relação ao deslocamento até as escolas diz respeito à travessia da estrada perimetral RS-342, mostrada na figura 30. Embora a existência de uma passarela próxima à rótula no cruzamento da estrada com a Avenida Xavantes, que liga a cidade à região do Bairro Acelino Flores, observações do pesquisador evidenciaram que, a exemplo da travessia do Arroio Matadouro, esta estrutura é pouco utilizada.

Apesar de, na estrada, existirem redutores de velocidade antes da rótula, a travessia de crianças é sempre motivo de risco e causa de inquietação para a população do Bairro.

Figura 30 – Travessia da RS-342 por pedestres mesmo com a proximidade da passarela.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Três entrevistados comentaram sobre a vontade de voltar a estudar, mas em função de seus horários de trabalho teriam que fazê-lo à noite e, em razão de haver passagens dos ônibus somente até às 19:30 horas, não têm condições de realizar suas aspirações.

A inexistência de uma escola na região, as dificuldades enfrentadas para os deslocamentos, a inevitável ausência dos estudantes em muitas ocasiões em razão destas dificuldades remete a um pensamento sobre o porquê da não dotação de uma unidade escolar. Permanece a dúvida se esta ausência se deve a fatores políticos locais ou existem razões menos explícitas, como é percebido em muitas outras cidades, inclusive de maior porte.

Esta ausência, talvez, possa ser explicada por Santos, Boaventura (2010, p. 106) ao escrever que

Como o conhecimento científico não se encontra distribuído de uma forma socialmente equitativa, as suas intervenções no mundo real tendem a ser as que servem os grupos sociais que têm acesso a este conhecimento. Em última instância, a injustiça social se assenta na injustiça cognitiva.

A bem da verdade, é necessário mencionar que, quando da finalização deste trabalho, existiam indícios da construção de uma unidade escolar pela Prefeitura Municipal. Este fato representará, sem dúvida uma grande evolução na qualidade de vida dos moradores da comunidade frente à todas as dificuldades anteriormente descritas.

## 5.5 Fatores positivos do Bairro

Os entrevistados expressam uma grande afeição por sua comunidade. Em suas opiniões existem poucos aspectos a serem descritos como negativos, estes serão descritos em seguimento. Seus primeiros comentários, mesmo sem que houvesse questionamentos mais diretos, foram em relação ao lugar, que se mantém limpo em boa parte da área, nas boas relações entre os moradores, já mencionadas anteriormente e, principalmente, na implantação e oportunidade de trabalho da Associação de Catadores que, a seu juízo, foi importante para a comunidade como um todo e não só para os que nela trabalham.

Em razão de indagação do pesquisador a respeito da segurança local, os entrevistados comentaram que a comunidade é segura e que, pelas boas relações entre os moradores, quase não acontecem incidentes mais graves. Segundo algumas observações, agora não existem problemas, antes existiam alguns roubos ou furtos nas casas.

Também foi dito que antes havia passagens mais frequentes de viaturas da Brigada Militar e da Polícia Civil e atualmente é mais rara a passagem de alguma viatura da Brigada Militar. Os catadores atribuem esta alteração às mudanças ocorridas no Bairro que antes era menos sossegado que agora.

Uma menção aos cuidados com o meio ambiente produziu respostas principalmente em relação à utilização mais consciente de água. Ficou possível perceber que, também pela participação na associação, os catadores demonstram um bom grau de preocupação ambiental. Sua vinculação com a organização oportuniza a eles contatos mais contínuos com a Universidade de Cruz Alta em várias ocasiões, e isto tem servido para uma elevação qualitativa em suas percepções sobre o meio ambiente.

Da mesma forma que com os próprios catadores, foi expresso que muitos moradores da comunidade têm cuidados com o uso da água, senão em função da condição ambiental, pelo menos por razões.

Algumas observações pontuais dos entrevistados mencionam: “Olha, isso é de cada um, eu cuido muito [desligar a torneira e o chuveiro] porque no final sai do bolso”; “Na minha casa vão acendendo a luz e eu vou apagando, senão Deus o livre né?”; “Mas eu acho que nessa parte aí, aqui no Bairro são todos que cuidam”.

Um outro aspecto induzido pelo pesquisador foi em relação à presença de templos religiosos. Os entrevistados responderam que existem 4 templos, todos evangélicos, mas que a maioria dos catadores frequentam um mesmo templo nas proximidades da residência de uma

das entrevistadas. À pergunta sobre a não existência de um templo católico, foi respondido que não existe necessidade já que toda a comunidade participa dos templos evangélicos existentes.

Quanto à existência de pontos comerciais, existem 4 “mercadinhos” ou mercearias, o que consideram suficiente e um ponto positivo mas, em contrapartida, mencionam que todos trabalham com preços abusivos, o que implica e um aspecto não tão positivo em suas observações.

### **5.5.1 A implantação da Associação de Catadores**

Os entrevistados consideram, como anteriormente citado, a implantação da Associação de Catadores como condição de destaque e uma grande referência para o Bairro. Esta menção permite perceber que eles não se sentem constrangidos por sua relação com o tratamento do lixo mas sim valorizados pela oportunidade de trabalho. Aliás, é importante a observação de que nunca é feita menção à lixo quando se trata do material que trabalham, o que é uma verdade, já que se trata de material reutilizável e normalmente limpo, basicamente papéis de todos os tipos, embalagens de papelão, plástico e metal. O designativo lixo sendo corretamente reservado para os resíduos orgânicos.

O surgimento da associação fez com que muitos dos moradores comessem a perceber o tratamento dos resíduos de outra maneira e passaram a manter seus quintais mais limpos e a destinarem o lixo aos locais adequados para a retirada pelos veículos de recolhimento.

Também foram comentadas algumas alterações nas condições pessoais e familiares proporcionadas pela participação na Associação. Entre essas melhoras, o aumento de renda da população e o valor obtido pela venda do material coletado em função da negociação ser feita de maneira coletiva e em quantidades maiores.

Antes do surgimento da associação alguns entrevistados já trabalhavam com catação mas, segundo eles, “era cada um por si”, a coleta e venda eram feitas individualmente e o valor recebido era bem menor do que agora. Algumas das razões mencionadas pelos entrevistados para a melhora do sistema anterior para o trabalho junto à Associação são: “A gente aprendeu a classificar que a gente não sabia”; “A gente tinha tudo misturado e aqui a gente aprendeu a classificar”; “Aprendeu o valor das coisas e aprendeu também a trabalhar em grupo”.

A melhora na situação pessoal dos catadores, segundo eles, ajudou a melhorar as condições da comunidade já que agora, principalmente por aprenderem a trabalhar em grupo, como mencionado por um entrevistado, aprenderam também a se darem melhor com os outros

moradores. Além disto, o aumento da renda da mesma forma proporcionou o acesso a equipamentos e utensílios domésticos a que antes não tinham acesso.

Entre as observações sobre a nova organização, surgem algumas críticas aos moradores que também trabalham com catação mas não querem se vincular à Associação: “E ainda tem uns que fazem o trabalho de catação de maneira individual”; “Tem uns ainda que não se adaptam às regras, tem uns que querem dinheiro na hora, mais rápido”; “Embora o dinheiro seja menos mas fazem”.

Mesmo com o conhecimento dos problemas e das carências do Bairro, os catadores acreditam que a comunidade disponha de uma boa qualidade de vida e que, na maioria de suas áreas, haja uma preocupação na manutenção das residências e nos aspectos gerais de limpeza e embelezamento dos jardins e ruas.

Para o cumprimento dos objetivos deste trabalho, foi importante a leitura da boa relação dos entrevistados com seus lugares de moradia e trabalho e com o restante de sua comunidade. Entretanto, no sentido de que seja buscada alguma melhora em suas condições de vida, os aspectos considerados problemáticos sejam indicadores mais importantes para a construção daqueles objetivos.

## **5.6 Fatores negativos e carências do Bairro**

Pela leitura dos itens anteriores já se podem antecipar alguns dos maiores problemas descritos pelos catadores em relação ao Bairro. Entre estes a presença de residências descuidadas por simples desleixo de seus ocupantes, a falta de uma escola e os problemas relacionados aos serviços de saúde, segundo eles inexistentes ou muitas vezes ineficazes. Mas, de uma maneira bastante visível entre os aspectos antes descritos, a necessidade mais premente reside no melhoramento das condições de acesso à cidade.

Os entrevistados mencionaram que a construção de uma escola e de uma nova ponte que melhore as condições de deslocamento até a cidade foram solicitadas várias vezes no processo de Orçamento Participativo e comentaram sobre a informação de que essas solicitações foram aprovadas. Da mesma forma, dizem que até então nada foi feito além da limpeza do terreno onde deverá ser construída a escola e mesmo assim, após a limpeza não foi feito mais nada.

Em função da menção feita pelos entrevistados em relação ao Orçamento Participativo lhes foi perguntado o que mais já foi pedido que não tenha sido atendido. Os entrevistados relataram que foi pedido o calçamento da estrada junto à ponte, onde ainda não há

pavimentação, a construção de uma praça, de uma creche e um campo de futebol e o calçamento de algumas ruas que eram de terra e com chuva ficavam muito embarradas. Pelas observações do pesquisador são ruelas secundárias de terra solta, sem compactação. Os entrevistados relataram que somente em algumas “foram colocadas umas pedras”.

A figura 31 mostra uma das ruas periféricas do Bairro sem pavimentação e, na ocasião de um das visitas ao Bairro após alguns dias de chuva, realmente se mostrava quase intransitável.

Figura 31 – Via periférica sem pavimentação, com a presença de animal solto e resíduos espalhados.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Entre as solicitações obtidas através do Orçamento Participativo estão a pavimentação da maioria das ruas com a colocação de camada de asfalto em algumas, e pedras irregulares em outras e a criação do posto de saúde.

Outra solicitação feita pelos moradores no Orçamento Participativo foi a reconstrução da quadra de esportes. Em relação à este equipamento comunitário, que poderia servir de área de lazer e recreação para os moradores, os próprios entrevistados mencionam que não é difícil seu melhoramento, dependendo apenas da manutenção das juntas de concretagem e de algumas rachaduras no pavimento que se encontram abertas, além da retirada de restos de estruturas em alvenaria e concreto com ferragens aparentes, que poderiam causar riscos aos usuários. Mesmo comentando que deveria caber ao poder público estes melhoramentos, os entrevistados

manifestam que, por se constituir em problema de fácil solução, poderia ser feito pela própria comunidade se houvesse o interesse de todos.

Figura 32 – Quadra de esportes abandonada apresentando riscos de utilização em razão da presença de suportes de concreto e ferragens.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Outras carências do Bairro, mencionadas pelos entrevistados é a instalação de uma praçinha para as crianças com brinquedos e aparelhos de ginástica, “que poderia até ser junto ao postinho de saúde.”

De acordo com os entrevistados, uma solicitação que vem sendo feita à Prefeitura Municipal mas ainda não houve resposta é em relação à possibilidade de os próprios catadores fazerem a coleta seletiva na cidade. Segundo eles, já faz tempo que vem sendo “prometida” a eles a possibilidade desta atividade mas até então não existe nada resolvido.

Afora as necessidades e faltas mencionadas nas descrições anteriores, ao se falar expressamente sobre os pontos menos favoráveis existentes no Bairro surgem muitas observações sobre as mais variadas características da comunidade.

Uma das indicações de condições negativas se refere à existência de construções abandonadas, como a apresentada na figura 33, com detritos no entorno e local de descarte de lixo por alguns poucos moradores, o que atrai animais e causa uma má impressão visual ao Bairro.

Figura 33 – Existência de residências abandonadas envolvidas por vegetação sem cuidados.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Outra observação feita como indicador de desqualificação do Bairro se refere à quantidade de animais soltos nas ruas, principalmente cachorros mas também cavalos. Esta realidade foi observada e chamou à atenção do pesquisador em suas incursões iniciais à região.

Embora mencionado que alguns cachorros tenham proprietários, a maioria é composta de animais de rua que surgem no Bairro. Os catadores dizem que são animais, cachorros e gatos, soltos na estrada pelo “pessoal da cidade” que acabam ficando pelas ruas, que muitos são animais doentes e por isso são abandonados. Em razão desta situação foi dito que também sentem a necessidade de um veterinário para tratar dos animais doentes e promover a castração dos animais de rua para evitar que seu número aumente como vem acontecendo. As figuras 34 e 35 dão uma amostra da quantidade de cachorros soltos nas ruas.

Alguns destes animais abandonados por algum tipo de enfermidade pode se transformar em vetor de enfermidades para os moradores, principalmente para crianças por serem em princípio menos imunes, e que brincam nas ruas como mostrado na figura 33.

Figura 34 – Presença numerosa de cães soltos nas ruas em proximidade com crianças.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

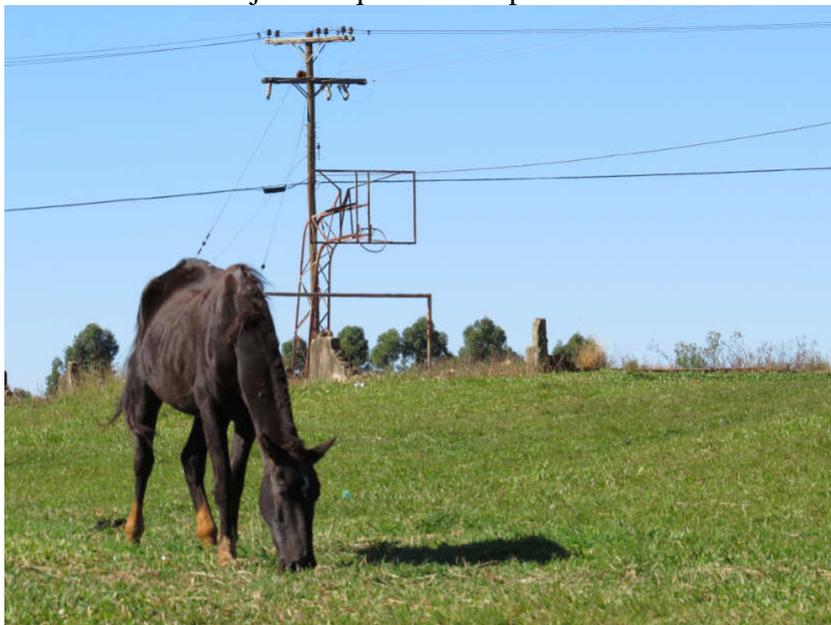
Figura 35 – Grande quantidade de cães sem donos soltos nas ruas do Bairro.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Também se observa uma quantidade grande de cavalos soltos nas ruas e terrenos desocupados. A presença dos cavalos é explicada em razão da existência de muitos catadores que se utilizam de carroças e estes animais são de sua propriedade mas, mesmo assim, alguns animais se encontram em visíveis condições de debilidade, como o retratado na figura 36.

Figura 36 – Animal visivelmente emagrecido e solto em área junto à quadra de esportes.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Ao falar sobre os cavalos, os entrevistados citam a existência, como ocorre com os cães, de animais doentes, machucados e mal tratados. Alguns se mantêm nesse estado por falta de condições de seus proprietários de solicitar a visita de um veterinário. Também por esta razão dizem que seria necessária a presença de um veterinário na unidade de saúde, o que já ocorreu algumas vezes mas já há algum tempo não acontece.

Outra constatação feita pelo pesquisador e mencionada posteriormente pelos entrevistados foi a existência de pocilgas em alguns terrenos na periferia do Bairro, nem todas em bom estado de manutenção. Este fato gera, segundo os catadores, alguns problemas em razão do odor e dos restos de comida que ficam ao redor destes locais e que também acabam atraindo outros animais que podem ser portadores de algum tipo de doença. A figura 37 mostra uma destas instalações onde aparecem a pocilga e um acúmulo de detritos junto à uma residência.

Figura 37 – Pocilga, resíduos e animal solto junto à habitações.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Certamente em razão de suas atividades, as questões relacionadas ao lixo são sempre observadas pelos catadores com mais atenção. Em razão disso, fizeram menções ao material colocado às margens das ruas, mesmo que se constitua de lixo limpo, ou material a ser aproveitado por catadores não vinculados à Associação como mostrado na figura 38.

Figura 38 – Resíduos abandonados em via de acesso ao Bairro.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

O material mostrado na figura anterior se trata de resíduos sólidos que, embora, esteja depositado em um acesso ao Bairro, pelo menos está parcialmente acondicionado em sacos aparentemente a espera de um destino final.

Já na figura 39, é percebida a presença de material simplesmente jogado à beira de uma rua, mesmo que periférica, mas pertencente ao Bairro. Os entrevistados comentam que, por esse motivo a limpeza do Bairro não é muito boa e, segundo eles, este tipo de material é resultado do descarte feito pelos catadores autônomos que separam o que lhes é aproveitável comercialmente e simplesmente jogam à beira das ruas mais afastadas tudo o que não o for, inclusive restos de lixo e detritos orgânicos, o que, mais uma vez pode ser mencionado, serve de atrator de animais.

Figura 39 – Material descartado nas vias periféricas do próprio Bairro Acelino Flores.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

A figura 40 mostra um descarte feito à beira da estrada em um ponto bem próximo ao Bairro. Este descarte, segundo os catadores e em suas palavras, é feito pelo “pessoal da cidade” que traz qualquer coisa em suas camionetes ou manda em caminhões para jogarem às margens da estrada, como se o Bairro fosse “o lixão da cidade”. Os catadores comentaram que deveria haver alguma multa para quem jogasse lixo nas ruas ou na estrada.

Os entrevistados ainda fazem uma crítica ao “pessoal da cidade” que, mesmo sabendo que existe um galpão de catadores, ao invés de conduzir o material reaproveitável para que fosse selecionado por eles simplesmente joga este material na estrada. “Na estrada tem pneu,

tem sofá, tem geladeira” e muita coisa disto poderia ser reaproveitada mas eles não pensam nisso e “ainda falam do Bairro, mas são eles que jogam tudo na estrada”.

Figura 40 – Material jogado à beira da estrada de acesso ao Bairro Acelino Flores.



Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Uma interrogação do pesquisador a respeito da existência de alguma associação do Bairro que sirva de ligação entre a comunidade e as instituições e órgãos públicos, com a finalidade de tentar a resolução de suas necessidades, deu origem a comentários bastante incisivos dos entrevistados.

Segundo eles, existe uma associação mas não existem reuniões com a comunidade e o presidente toma as decisões sozinho, embora não tenha atuação significativa e raramente vá em busca de alguma solução para os problemas locais. Além disso comentam sobre a dificuldade de acesso ao presidente da associação e, sobre esta situação uma das entrevistadas falou que já o procurou algumas vezes e seus pedidos nunca foram atendidos, que sua postura é de fazer apenas o que seja de seu interesse pessoal.

Os catadores também reclamam de que o presidente se envolve mais em eventos e desfiles do que com as carências da comunidade e colocam que deveria haver reuniões porque a “vila” tem muitos problemas que precisam ser debatidos entre os moradores e não só decididos pelo presidente. E sintetizam dizendo que a associação da “vila” não funciona mesmo

De uma maneira independente da região em que se encontrem ou da dimensão da cidade onde estejam inseridas, as periferias urbanas se mostram de uma maneira bastante uniforme. Esta constatação pode ser fundamentada em Holston (2013, p. 222) ao escrever que

[Ao penetrar] mais para dentro dos bairros se descobre uma incongruente mistura de condições de vida. Fora das ruas principais, sobretudo nas periferias mais distantes, tudo parece inacabado. O asfalto pode terminar abruptamente em estradas de terra sulcadas por valetas e pela chuva. As casas são barracos provisórios de tijolo ou madeira, com paredes sem pintura, cor de concreto acinzentado ou em tons desbotados de ripas recicladas.

Como descrito em observações anteriores, existem no Bairro Acelino Flores algumas das condições descritas por Holston, embora não seja uma verdade para toda a região. De qualquer maneira, os problemas existem e são diversos. Mesmo que haja um bom grau de satisfação dos moradores em relação ao seu lugar, como referenciado pelo sujeitos pesquisados, estes sujeitos, quando confrontados com os problemas existentes neste mesmo lugar, conseguem identificá-los nas mais diferentes situações.

Para Vitte (2009, p. 97/98),

As paisagens urbanas, constituem [...] elemento representativo da qualidade de vida urbana. Acessibilidade, fluidez, limpeza, iluminação, a qualidade das edificações, o tamanho das residências, a presença de áreas verdes e a disponibilidade de serviços básicos são indicativo de grau de satisfação de necessidades básicas [...] e referenciais para as gestões locais que almejam a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida. Assim, sem um mínimo de bem-estar material e de conforto urbano não é possível avançar no debate da qualidade de vida: efetivamente não faz sentido discutir a incorporação de necessidades mais complexas quando as necessidades básicas não estão sendo assistidas. Mas nada impede que elas sejam pensadas em seu conjunto.

Como enunciado por Vitte, os problemas e necessidades constatados pelo pesquisador em conjunto com os seus sujeitos de pesquisa, não invalidam os aspectos que fazem do Bairro, segundo as observações colhidas, um lugar qualificado para ser vivido. Os catadores percebem claramente tais problemas, seus anseios e, a partir deles imaginam as perspectivas de satisfação para estas condições menos favoráveis.

Uma última tomada do pensamento de Santos, Boaventura (2010, p. 123), escrevendo sobre a necessidade de se pensar ética e politicamente novas formas para a transformação social, deixa um questionamento com a seguinte formulação:

[...] se o sentido e a direção da transformação social não estão pré-definidos, se, por outras palavras, não sabemos ao certo se um mundo melhor é possível, o que nos legitima e motiva a agir como se soubéssemos? E se estamos legitimados e motivados,

como definir esse mundo melhor e como lutar por ele? Por outras palavras, qual é o sentido das lutas pela emancipação social?”

É razoável pensar que as respostas para os questionamentos do pesquisador possam ser extraídas após a compreensão do pensamento das comunidades em relação ao mundo ou, neste caso, ao seu mundo. A legitimação para a ação advém da correta interpretação conjunta do que é necessário e do que seja possível ser feito; a partir desta compreensão e da vontade real de uma mudança, aparentemente se dispõem dos dados necessários para a obtenção e para o modo de agir em busca deste novo mundo; e, finalmente, o sentido das lutas pela emancipação das comunidades periféricas se traduz no conhecimento de seus anseios e na tentativa de realização de suas perspectivas em direção à uma melhor qualidade em sua vivência e, em decorrência, a aquisição de um sentimento de auto-valorização pessoal e coletiva perante a sociedade como um todo, em outras palavras, a transformação de sua condição de excluídos para o nascimento de novos cidadãos.

## 6 A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Mesmo que a proposta que embasou a pesquisa possa beirar à utopia, é possível manter a crença de que uma utopia pode não ser uma verdade final, principalmente pelo fato de que o objeto do trabalho foi a sociedade que por si só é dinâmica, instável, e, portanto, passível de alterações, mas pode sim ter servido como um sinal de alerta a mostrar que a busca por melhores condições de vida e de participação no todo da sociedade é possível.

Parece razoável esperar que propostas exequíveis possam ao menos ser analisadas por aqueles que tem o poder de fazê-lo e, principalmente a prerrogativa, senão a obrigação institucional, de sua implementação. Em contrapartida também existe a possibilidade de que não haja interesse político, social ou econômico nas mudanças que poderão advir deste projeto e, neste caso, sua elaboração permanecerá como apenas mais uma tentativa de enxergar fatos que não estão sendo vistos ou, se estão, não há interesse em intervenções que levem a uma alteração do *status quo* do sistema social vigente.

Os encontros ocorridos após as primeiras entrevistas serviram para lapidar as primeiras observações e, finalmente, no último dos encontros, as conclusões finais a que chegou o pesquisador foram discutidas com os sujeitos pesquisados. Nestas últimas conversas se pôde perceber de uma forma conjunta que seja possível uma conjunção de vontades e ações para a construção de uma vida mais qualificada e de uma maior inclusão da comunidade local com o restante da comunidade urbana.

Na visão deste pesquisador, os objetivos inicialmente propostos para o desenvolvimento da pesquisa aparentemente foram contemplados ao longo do trabalho e relatados neste texto final. Parece importante a menção ao fato de que, mesmo que algumas das observações iniciais do pesquisador tenham se confirmado, embora sob um outro prisma, outras situações só puderam ser percebidas ao serem analisadas pelo enfoque do público pesquisado.

Esta oportunidade de uma nova visualização sobre os problemas e hipóteses inicialmente propostos não só induziram, mas fizeram com que o pensar do autor sobre estes fatos fosse reconstruído, como mencionado ao discutir os resultados obtidos. Isto leva a crer

que uma proposta de pesquisa, construída apenas com embasamento teórico e externo, muito provavelmente levaria à conclusões um tanto diferenciadas das que agora se chegou.

É possível que a visão do pesquisador, através apenas de seus referenciais teóricos, obscurecessem a realidade que os sujeitos entrevistados expuseram. Suas carências imaginadas de fato existem, suas necessidades são reais, mas existem aspectos positivos que sobressaíram quando olhados do interior e não haviam sido percebidos ao se olhar de fora.

A procura pela possibilidade de um pensar a respeito do funcionamento da cidade de uma maneira inclusiva com a intenção de um replanejar a sua funcionalidade ou, em outras palavras, as suas características urbanas, pode ser dada como satisfeita em função das posturas dos entrevistados em relação às condições atuais de vida de sua região. Suas leituras da realidade vivida por seu grupo social se mostraram bastante claras, indicando aspectos importantes em seu cotidiano mas quase sempre de uma maneira interna às fronteiras da comunidade.

Da mesma forma que expressam o conhecimento de suas potencialidades, mostram também a existência de condições menos favoráveis e eventuais possibilidades para a solução destas características, algumas podendo ser realizadas de forma interna à comunidade, outras dependentes de intervenções externas, do poder público e de outras instituições relacionadas a cada tipo de problema apontado.

De forma mais contrata, é possível a expectativa da construção de indicadores para a reorganização da comunidade de maneira a destitui-la da simples condição de um anexo urbano para uma inclusão em um novo espaço, senão geográfico, mas sim o que seja mais importante, a participação mais efetiva em um espaço social.

Esta possibilidade, real mesmo que não imediata, produzirá a cidadania inclusa no pensamento de Milton Santos, o surgimento do homem integrado na dualidade espacial e social. Mas, em paralelo e em uma aparente contradição, é necessário que ao se buscar a igualdade através da inclusão social, sejam mantidas, conforme o pensar de Boaventura de Sousa Santos, as diferenças essenciais que caracterizam a comunidade. Pelo que foi escrito ao longo deste texto e embasado nestes pensadores, deve ser buscada a igualdade enquanto dignidade e possibilidade de participação social e mantida a desigualdade que permita a este grupo a manutenção de seus costumes e modo de vida, desde que esta vida seja melhor qualificada.

O pensamento da população entrevistada demonstrou que, ao serem sanadas as suas carências mais prementes, ao haver respeito por parte da população mais central no sentido de não os perceberem de maneira pejorativa como “o lixão da cidade” ou a “vila dos catadores”,

de haver uma representação efetiva da comunidade através de representações ativas junto aos poderes públicos e de que haja uma participação de maior parte da população local no sentido de preservação de suas condições de habitação, muitos de seus anseios podem ser resolvidos até mesmo internamente.

Os sentimentos dos catadores em relação à sua inclusão social, pelo menos no que tange ao seu trabalho, não lhes causa auto-depreciação, já que compreendem a importância do que fazem e consideram a dignidade de sua atividade. Embora comentem sobre insinuações de inferioridade por trabalharem com “lixo”, em suas consciências esta não é uma realidade, como antes descrito e, portanto não se imaginam nesta condição de menor qualificação profissional.

Uma segunda e importante constatação obtida pelo pesquisador foi a validação da hipótese de que comunidades, mesmo que geográfica e socialmente periféricas, podem apresentar um grau de observação suficientemente lúcido para a construção conjunta de um pensar urbano alternativo, de maneira a implicar indiretamente na melhora de suas condições de vivência.

Esta observação, obtida através das conversas e entrevistas, foi reforçada quando do último encontro com os catadores no qual foram comentadas as análises a que se chegou após a compilação dos dados obtidos. Neste encontro, os catadores comentaram que, em sendo atendidas suas necessidades mais urgentes, a construção da escola e a presença de profissionais de saúde, muitos dos outros problemas podem ser resolvidos ou amenizados se trabalhados de uma forma coletiva dentro da própria comunidade.

Deve ser registrado que, ainda que o pesquisador tenha iniciado o trabalho munido de suas referências construídas ao longo da formação e prática profissionais, muito foi aprendido ao transpor aqueles conhecimentos teóricos para a observação conjunta e interna ao meio de seus pesquisados e da comunidade a que pertencem. Enquanto o profissional inicialmente teorizou uma realidade, os sujeitos vivem-na cotidianamente, e somente a partir desta continuidade de vivências é possível a observação de um todo complexo, de uma situação urbana, pois dotada de mobilidade, e não apenas da situação gráfica da cidade ou Bairro, em acordo com as definições de contextualização deste trabalho.

Desta forma e segundo o entendimento do pesquisador, o trabalho de pesquisa ao atingir seus objetivos e cumprir com sua metodologia, ao colher e compartilhar com os pesquisados as respostas necessárias, algumas esperadas, outras até mesmo surpreendentes, induz à consideração de que a proposta tenha sido concluída e as respostas esperadas tenham sido obtidas.

À título de compilação das observações e análises, em relação aos indicadores que poderão servir para um repensar e refazer urbano, devem ser citadas algumas conclusões: não apenas a escola, mas o acesso ao sistema escolar; não apenas a presença de profissionais de saúde, mas a eficiência e extensão destes serviços; não apenas a limpeza das vias internas ao Bairro, mas a conscientização do conjunto de seus moradores neste sentido; não apenas a construção da ponte mas maior facilidade de deslocamento, incluindo-se a ampliação de horários da linha de transporte urbano; não apenas a existência da associação comunitária, mas a importância de que esta representação seja atuante e lidere a comunidade em direção à uma evolução em sua vivência como comunidade e enquanto integrante do todo a cidade.

Embora esta ideia de conclusão, é necessário ainda expor que, para este pesquisador, o cumprimento da intenção mais importante a direcionar este trabalho, ou seja, o desenvolvimento das práticas necessárias para que as conclusões teóricas se tornem reais demandarão uma continuidade a ser executada em um momento posterior, seja ela desenvolvida e guiada por este pesquisador ou não.

Assim, depois destes contatos, desta construção conjunta, do conhecimento mais aprofundado da região pesquisada, fica a esperança de que, ao menos partes desta possível utopia, sejam construídas e estejam ao dispor da comunidade do Bairro Acelino Flores. A partir deste trabalho é verdadeiro afirmar que algumas das condições necessárias à melhoria de sua qualidade de vida possam ser efetivadas no interior da própria comunidade através de uma participação solidária de seus próprios integrantes.

Outras condições de qualificação da vida urbana do Bairro dependerão de participações externas, do poder público, de instituições, mas, de uma forma imperiosa, da aceitação do todo da comunidade urbana. Esta aceitação, cuja inspiração se embasa em Boaventura de Sousa Santos e que talvez seja o aspecto de maior dificuldade de ser atingido, deve estar impregnada do sentido de, ao aceitar as necessárias diferenças, promover as também necessárias igualdades.

Pensa-se, a exemplo do que escreveu Milton Santos, que a partir da construção destas novas condições de vivência, as periferias, mesmo que se mantenham geográficas, deixarão de ser periferias sociais e a emancipação e inclusão de todos os segmentos da urbe poderão, cada um com suas características, transformarem as cidades plurais em uma cidade singular, desprovida de preconceitos, de rejeições, de isolamentos e proporcionarão a transformação do habitante, do cidadão, em cidadão.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa**. São Paulo: EACH/USP, 2012.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: UnB, 1985.

**Bairro Acelino Flores – Cruz Alta**. Disponível em: <[http://populacao.net.br/populacao-acelino-flores\\_cruz-alta\\_rs.html](http://populacao.net.br/populacao-acelino-flores_cruz-alta_rs.html)>. Acesso em: 06 ago. 2014.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2007.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Urbanização de favelas: lições aprendidas no Brasil**. Washington, D.C./EUA: Fernanda Magalhães e Francesco di Villarosa, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. *In*: BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. 9. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A natureza da cidade e a natureza humana. *In*: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. P. 55-79.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos – o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur, 2007.

CNESNet – Secretaria de Atenção à Saúde – Ministério da Saúde. Disponível em: [http://cnes.datasus.gov.br/cabecalho\\_reduzido.asp?VCod\\_Unidade=4306107497660](http://cnes.datasus.gov.br/cabecalho_reduzido.asp?VCod_Unidade=4306107497660). Acesso em: 10 out. 2015.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1993.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Brasília: Liber Livro, 2007.

EDLER, Gabriel Octacilio Bohn. **Cidades multiculturais e democracia: a questão da sustentabilidade dos espaços urbanos**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Santo Ângelo/RS, 2015

Fátima Transporte Urbano. Disponível em: < <http://transportefatima.com.br/Acelino-Flores-x-Bairro-F%C3%A1tima.php>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: < <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Cruz+Alta>> Acesso em: 21 abr. 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio eletrônico v 5.12**. Curitiba: Positivo Informática, 2004.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GONÇALVES, Maria Flora. **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e forma de uso**. Cascais/Portugal: Princípia, 2014.

HITA, Maria Gabriela; GLEDHILL, John E. **Antropologia na análise de situações periféricas urbanas**. Cadernos Metrôpole. v. 12, n. 23, jan/jun 2010. São Paulo: Editores Científicos, 2010. p. 189-209.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE Cidades – Rio Grande do Sul – Cruz Alta. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430610&search=rio-grande-do-sul|cruz-alta|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012. p. 137-155.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MANGUEIRA, Jeanne Maria Oliveira. **Saberes de catadores(as) de material reciclável: uma aproximação ao universo íntimo do outro**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2011.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. *In*: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. (Orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: USP, 1999. p. 245-259.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Morfologia das cidades brasileiras: Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana**. Revista USP. São Paulo: USP, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012. p. 9-27.

Moradores do Bairro Acelino Flores reivindicam melhorias na ponte. Disponível em: <<http://grupopilau.com.br/noticias/vis/?v=6028>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NOGUEIRA, Bárbara Tatiane Martins Vieira. **Planejamento e determinação de áreas de conflitos de usos na zona urbana de Cruz Alta – RS**. Dissertação (Mestrado em Geomática). – Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. Santa Maria, 2010.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Para compreender o “Leviatã Urbano” – a cidadania como nexos político-territorial. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 177-206.

PAULA, João Antônio de. As cidades. *In*: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 21-33.

PECHMAN, Robert Moses. A cidade dilacerada. *In*: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Orgs.) **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PELLETIER, Jean; DELFANTE, Charles. **Cidades e urbanismo no mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

PENN, Gemma. Análise semiótica de imagens paradas. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012. p. 319-342.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

Projeto Profissão Catador: A importância das Cooperativas de Catadores. Disponível em: <<http://profissaocatador.blogspot.com.br/2011/09/importancia-das-cooperativas-de.html>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

Projeto Profissão Catador: Entre o viver e o sobreviver do lixo. Disponível em: <<http://profissaocatador.blogspot.com.br/2012/07/projeto-profissao-catador-entre-o-viver.html>> . Acesso em: 06 ago. 2014.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. O Estatuto da Cidade e a questão urbana brasileira. *In*: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (Orgs.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2012.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SALTINI, Márcia Regina. **A cidadania na contemporaneidade brasileira**. Brasília/DF, 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-cidadania-na-contemporaneidade-brasileira,49521.html>>. Acesso em: 21 set. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A solidariedade não é palavra vã. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cor do tempo quando foge: uma história do presentes – crônicas 1986-2013**. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25-68.

SANTOS, Luís Delfim; MARTINS, Isabel. **A qualidade de vida urbana: o caso da cidade do Porto**. Porto/Portugal: FEP-Faculdade de Economia da cidade do Porto, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: USP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SCHMIDT, Benício Viero; FARRET, Ricardo Libanez. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de Souza. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. *In*: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. (Orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: USP, 1999. p. 111-143.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: UNESP, 2013.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. (Orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: USP, 1999. p. 169-243.

VITTE, Claudete de Castro Silva. A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e sobre a cidade. *In*: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. (Orgs.) **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 89-109.

WILHEIM, Jorge. **Cidades: o substantivo e o adjetivo**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

## **ANEXOS**

## **Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

### **Dados de identificação**

**Título do Projeto:** O planejamento urbano como indutor de qualidade de vida e inserção social de comunidade de catadores da cidade de Cruz Alta

**Pesquisador Responsável:** Marco Antonio Ribeiro Edler

**Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável:** Universidade de Cruz Alta  
– UNICRUZ, Cruz Alta/RS

**Telefones para contato:** (55) 3321-1500 - (55) 3343-0273 - (55) 9934-4275

O Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**O planejamento urbano como indutor de qualidade de vida e inserção social de comunidade de catadores da cidade de Cruz Alta**”, de responsabilidade do pesquisador **Marco Antonio Ribeiro Edler**, com as seguintes características:

### **JUSTIFICATIVAS**

- A possibilidade de ouvir os participantes da comunidade objeto deste estudo e, através da junção de seus conhecimentos e de conhecimentos técnicos, buscar a elaboração do conjunto de indicadores que poderão induzir a uma melhora de suas condições de vida;

- a existência de uma certa organização social causada pela inserção de parte da comunidade no Projeto Profissão Catador poderá proporcionar uma visão de duas etapas de organização comunitária;

- a formação profissional e docência nas áreas de evolução urbana e projeto arquitetônico/urbanístico de interesse social que proporcionaram a aproximação à realidades de vivência de comunidades periféricas;

- visualizações informais proporcionadas pela atuação próxima às comunidades de catadores no desenvolvimento de atividades junto à Administração da Universidade de Cruz Alta.

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo geral**

Analisar os anseios e perspectivas da comunidade de catadores do Bairro Acelino Flores em relação às suas condições de vida e cidadania, a partir da visão dos próprios integrantes da comunidade.

### **Objetivos específicos**

- Diagnosticar a possibilidade do planejamento urbano como propulsor de ascensão social de comunidades periféricas;

- identificar as necessidades dos sujeitos da comunidade objeto deste trabalho em relação ao acesso aos serviços básicos colocados à disposição pelo poder público;

- buscar indicadores de melhorias na qualidade de vida desta população que sirvam como diretrizes para o desenvolvimento de um processo de planejamento urbano que a contemple.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo tem como foco a justiça social e será elaborado em forma de pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e, em função dos métodos a serem utilizados, se constituirá de uma pesquisa-ação.

A busca pelas respostas ao problema proposto será executada através de conversas e entrevistas com componentes da comunidade objeto do presente trabalho, levantamentos bibliográficos e iconográficos.

## PROCEDIMENTOS E ANÁLISE

As conversas e entrevistas registradas serão analisadas em busca de informações que permitam a construção de uma relação de indicadores para a elaboração de um processo de planejamento urbano direcionado às comunidades periféricas no sentido de proporcionar-lhes uma efetiva justiça social.

As conclusões obtidas com a pesquisa serão oportunamente compartilhadas com a comunidade pesquisada de maneira a que, ao se perceberem como participantes ativos do trabalho, os integrantes da comunidade possam transformarem-se em atores de sua própria evolução social.

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Cruz Alta, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Voluntário:

\_\_\_\_\_

Testemunha:

\_\_\_\_\_

Testemunha:

\_\_\_\_\_

## Anexo B – Termo de Confidencialidade

Eu abaixo assinado, **Marco Antonio Ribeiro Edler**, discente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta-UNICRUZ, comprometo-me a manter sigilo em relação às informações consideradas confidenciais a que poderei ter acesso no desenvolvimento da pesquisa “**O planejamento urbano como indutor de qualidade de vida e inserção social de comunidade de catadores da cidade de Cruz Alta**”,

Por este termo, comprometo-me:

1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso para gerar benefício próprio ou de terceiros e a não repassar o conhecimento das Informações confidenciais obtidas no processo de pesquisa;
2. a não efetuar nenhum registro de áudio ou imagem sem a autorização dos sujeitos da pesquisa;
3. a não apropriar-me de material confidencial ou sigiloso que venha a ser disponibilizado através da pesquisa;

Declaro, através deste termo, reconhecer que o descumprimento das condições acima mencionadas poderão implicar em sanções de cunho civil e/ou criminal cabíveis.

E, para todo e qualquer efeito, firmo o presente termo conjuntamente com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Cruz Alta, 03 de março de 2015

---

Marco Antonio Ribeiro Edler  
CPF: 290.856.670/20

---

Testemunha:

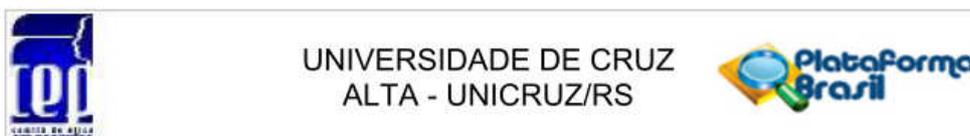
CPF:

---

Testemunha:

CPF:

## Anexo C – Comprovante de envio do projeto – Plataforma Brasil/CEP



### COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O planejamento urbano como indutor de qualidade de vida e inserção social de comunidade de catadores da cidade de Cruz Alta

**Pesquisador:** Marco Antonio Ribeiro Edler

**Versão:** 1

**CAAE:** 42523215.4.0000.5322

**Instituição Proponente:** Fundação Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS

#### DADOS DO COMPROVANTE

**Número do Comprovante:** 015129/2015

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**Endereço:** Campus Universitário Ulysses Guimarães - Rodovia Municipal Jacob Della Mèa, Km 5.6 - Caixa Postal 858  
**Bairro:** Campus Universitário Prédio **CEP:** 98.020-290  
**UF:** RS **Município:** CRUZ ALTA  
**Telefone:** (55)3322-1618 **E-mail:** comitedeetica@unicruz.edu.br

## Anexo D – Trâmite de aprovação do projeto – Plataforma Brasil/CEP

19/10/2015

Plataforma Brasil

Saúde



Marco Antonio Ribeiro Edler - Pesquisador | V3.0

Cadastros

Sua sessão expira em: 30min 43

### DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

#### DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O planejamento urbano como indutor de qualidade de vida e inserção social de catadores da cidade de Cruz Alta  
**Pesquisador Responsável:** Marco Antonio Ribeiro Edler  
**Área Temática:**  
**Versão:** 1  
**CAAE:** 42523215.4.0000.5322  
**Submetido em:** 05/03/2015  
**Instituição Proponente:** Fundação Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS  
**Situação da Versão do Projeto:** Aprovado  
**Localização atual da Versão do Projeto:** Pesquisador Responsável  
**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio



Comprovante de Receção: PB\_COMPROVANTE\_RECEPCAO\_476194

#### DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 1
      - Projeto Original (PO) - Versão 1
        - Documentos do Projeto
          - Folha de Rosto - Submissão 1
          - Informações Básicas do Projeto - Subm
          - Interface REBEC - Submissão 1
          - Outros - Submissão 1
          - Projeto Detalhado / Brochura Investiga
          - TCLE / Termos de Assentimento / Justif
          - Agradecimento 1 - Universidade de Cruz Alta -
          - Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------

#### LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação #	Pesquisador Responsável #	Versão #	Submissão #	Modificação #	Situação #	Exclusiva do Centro Coord. †	Ações
PO	Marco Antonio Ribeiro Edler	1	05/03/2015	16/04/2015	Aprovado	Não	

#### HISTÓRICO DE TRÂMITES

Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	16/04/2015 19:37:25	Parecer liberado			Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS		
PO	16/04/2015 19:26:24	Parecer do colegado emitido			Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS	Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS	
PO	14/04/2015 19:46:22	Parecer do relator emitido			Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS	Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS	
PO	14/04/2015 19:30:36	Acetação de Elaboração da Relatoria			Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS	Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS	
PO	06/03/2015 19:27:40	Confirmação de Indicação de Relatoria			Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS	Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS	
PO	06/03/2015 19:05:37	Indicação de Relatoria			Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS	Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS	
PO	05/03/2015 12:48:19	Acetação do PP			Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS	Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS	
PO	05/03/2015 03:12:33	Submetido para avaliação do CEP		Pesquisador Principal	PESQUISADOR RESPONSÁVEL	Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ/RS	

19/10/2015

Plataforma Brasil

**LEGENDA:**

**(\*) Apreciação**

PO = Projeto Original de Centro Coordenador	POp = Projeto Original de Centro Participante	POc = Projeto Original de Centro Coparticipante
E = Emenda de Centro Coordenador	Ep = Emenda de Centro Participante	Ec = Emenda de Centro Coparticipante
N = Notificação de Centro Coordenador	Np = Notificação de Centro Participante	

**(\*) Formação do CAAE**

Ano de submissão do Projeto						Tipo do centro			Código do Comitê que está analisando o projeto										
n	n	n	n	n	n	a	a	.	dv	.	t	x	x	x	.	i	i	i	i
Sequencial para todos os Projetos submetidos para apreciação						Digito verificador			Sequencial, quando estudo possui Centro(s) Participante(s) e/ou Coparticipante(s)										

Este sistema foi desenvolvido para os navegadores Internet Explorer (versão 7 ou superior), ou Mozilla Firefox (versão 3 ou superior).